

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO  
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

**Klauber dos Santos Gomes Junior**

**Permanência no Ensino Superior: desafios dos estudantes negros na graduação  
da Universidade Federal de Juiz de Fora**

Juiz de Fora  
2026

**Klauber dos Santos Gomes Junior**

**Permanência no Ensino Superior:** desafios dos estudantes negros na graduação  
da Universidade Federal de Juiz de Fora

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Rogéria Campos de Almeida Dutra

Juiz de Fora

2026

Gomes Junior, Klauber dos Santos.

Permanência no Ensino Superior : desafios dos estudantes negros na graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora / Klauber dos Santos Gomes Junior. -- 2026.

172 f.

Orientadora: Rogéria Campos de Almeida Dutra

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2026.

1. Permanência. 2. Racismo Institucional. 3. Ações Afirmativas. 4. Ensino Superior. I. de Almeida Dutra, Rogéria Campos , orient. II. Título.

**Klauber dos Santos Gomes Junior**

**Permanência no Ensino Superior:** desafios dos estudantes negros na graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 02 de fevereiro de 2026.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof(a) Dr(a). Rogéria Campos de Almeida Dutra** - Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof(a) Dr(a). Elisabeth Gonçalves de Souza**  
CEFET/RJ

**Prof(a) Dr(a). Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

Juiz de Fora, 30/12/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Rogeria Campos de Almeida Dutra, Professor(a)**, em 02/02/2026, às 23:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato, Usuário Externo**, em 03/02/2026, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELISABETH GONCALVES DE SOUZA, Usuário Externo**, em 04/02/2026, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2808087** e o código CRC **A4751161**.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é, sem dúvidas, um abraço em todas as pessoas que contribuíram, ainda que de forma singela, para a construção da pessoa que sou hoje. Sua elaboração e seus movimentos de revisão dialogaram intensamente comigo e com as transformações que vivi ao longo desse percurso.

À Profa. Rogéria Dutra, minha orientadora, agradeço o acompanhamento ao longo dessa jornada.

À Lethycia Pereira, pela orientação, pela confiança e, sobretudo, por me dar asas para seguir os caminhos escolhidos para a conclusão desta pesquisa.

À cada estudante que participou desta pesquisa, pelas suas experiências compartilhadas comigo.

À minha yvalorixá, por me lembrar que ser forte é dar o melhor de si e por me ensinar diariamente a confiar no amor dos Orixás.

Aos colegas UFJF, agradeço pelas trocas, pelo apoio e pela construção coletiva ao longo dessa caminhada, que tornou o percurso do mestrado mais leve e significativo. Em especial, a Gracielle, Larissa, Lívea e Sandro, com quem compartilhei desafios, aprendizados e resistências.

Aos amigos, agradeço a escuta, pelas palavras de incentivo e pelos momentos de leveza, tão importantes para sustentar essa jornada. Em especial, à Dra. Jessica Oliveira, que, além da amizade, me presenteou com a alegria de ser padrinho de Jorge durante esse processo.

Aos meus familiares, pois nada do que foi construído até aqui seria possível sem essa base de afeto e apoio.

Por fim, à minha companheira, Andressa, agradeço pelo apoio constante, pela paciência nos momentos de ausência e pela compreensão diante dos desafios vividos ao longo dessa trajetória.

## RESUMO

A implementação das políticas de ações afirmativas, especialmente a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), ampliou o acesso de estudantes negros ao ensino superior brasileiro. Contudo, a permanência desses estudantes nos cursos de graduação ainda enfrenta desafios significativos, relacionados a barreiras socioeconômicas, experiências de exclusão e à atuação do racismo estrutural. Nesse contexto, este estudo investiga como a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) se posiciona em relação à permanência de estudantes negros nos cursos de graduação. O problema de pesquisa que orienta o estudo consiste em compreender como a UFJF tem desenvolvido mecanismos institucionais voltados à garantia da permanência desse público. O objetivo geral é entender como a UFJF pode desenvolver mecanismos institucionais relacionados à permanência de pessoas negras nos cursos de graduação. A relevância do estudo justifica-se pela evasão de estudantes negros, reflexo das desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira, mesmo após a ampliação do acesso ao ensino superior. A pesquisa fundamenta-se nos conceitos de racismo estrutural (Bersani, 2017), racismo institucional (Bento, 2022), equidade (Lima; Rodriguez, 2008), evasão (Scalli, 2009), permanência (Santos, 2009) e ações afirmativas (Gomes, 2001), os quais evidenciam a necessidade de políticas específicas que assegurem a igualdade material no ensino superior. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, por meio de análise documental, aplicação de questionários a estudantes e realização de entrevistas semiestruturadas com gestores de setores estratégicos e estudantes negros da UFJF, além da análise de dados institucionais sobre evasão fornecidos pela Coordenação de Registros Acadêmicos (CDARA), em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados. Os resultados evidenciam que, embora a UFJF disponha de iniciativas voltadas à permanência estudantil, essas ações apresentam limitações quanto à articulação institucional e ao acompanhamento sistemático da permanência de estudantes negros, estando a evasão associada a fatores socioeconômicos, acadêmicos e institucionais. A partir desse diagnóstico, foi elaborado um Plano de Ação Educacional (PAE), estruturado em eixos voltados ao aprimoramento da gestão institucional, à articulação intersetorial, ao monitoramento da permanência dos estudantes negros e ao fortalecimento de ações de apoio acadêmico e psicossocial, orientadas pelo princípio da equidade racial. Conclui-se que a ampliação do acesso

ao ensino superior, embora necessária, é insuficiente quando não acompanhada de políticas consistentes de permanência, sendo fundamental o fortalecimento de mecanismos institucionais integrados e orientados pela equidade racial, com potencial para contribuir para a redução das desigualdades no ensino superior.

**Palavras-chave:** Permanência; Racismo Institucional; Ações Afirmativas; Ensino Superior.

## ABSTRACT

The implementation of affirmative action policies, especially the Quota Law (Law No. 12,711/2012), has expanded access for Black students to Brazilian higher education. However, the permanence of these students in undergraduate programs still faces significant challenges related to socioeconomic barriers, experiences of exclusion, and the operation of structural racism. In this context, this study investigates how the Federal University of Juiz de Fora (UFJF) positions itself regarding the permanence of Black students in undergraduate courses. The research problem guiding the study is to understand how UFJF has developed institutional mechanisms aimed at ensuring the permanence of this population. The general objective is to understand how UFJF can develop institutional mechanisms related to the permanence of Black students in undergraduate programs. The relevance of the study is justified by the persistence of dropout among Black students, reflecting structural inequalities present in Brazilian society, even after the expansion of access to higher education. The research is grounded in the concepts of structural racism (Bersani, 2017), institutional racism (Bento, 2022), equity (Lima; Rodriguez, 2008), dropout (Scalli, 2009), permanence (Santos, 2009), and affirmative action (Gomes, 2001), which highlight the need for specific policies to ensure substantive equality in higher education. Methodologically, the study adopts a qualitative approach, combining document analysis, the application of questionnaires to students, and semi-structured interviews with managers of strategic sectors and Black students at UFJF, as well as the analysis of institutional dropout data provided by the Academic Records Office (CDARA), in compliance with the General Data Protection Law. The results indicate that, although UFJF has initiatives aimed at student permanence, these actions present limitations in terms of institutional articulation and systematic monitoring of the permanence of Black students, with dropout associated with socioeconomic, academic, and institutional factors. Based on this diagnosis, an Educational Action Plan (PAE) was developed, structured around axes focused on improving institutional management, intersectoral articulation, monitoring the permanence of Black students, and strengthening academic and psychosocial support actions guided by the principle of racial equity. It is concluded that expanding access to higher education, although necessary, is insufficient when not accompanied by consistent permanence policies,

making it essential to strengthen integrated institutional mechanisms oriented toward racial equity, with the potential to contribute to reducing inequalities in higher education.

**Keywords:** Permanence; Institutional Racism; Affirmative Action; Higher Education.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção científica sobre permanência no ensino superior (2012–2025), segundo dados da base Scopus .....	28
Gráfico 2 - Produção científica sobre permanência de estudantes negros no ensino superior .....	29
Gráfico 3 - Produção científica sobre permanência de estudantes negros e políticas de ações afirmativas .....	30
Gráfico 4 - Taxas de evasão entre os anos de 2018 e 2023 na UFJF .....	53
Gráfico 5 - Taxas de evasão dos alunos negros entre de 2018 a 2023.....	53
Gráfico 6 - Taxas de evasão da UFJF e taxa de evasão dos estudantes negros.....	54
Gráfico 7 - Evasão dos estudantes negros e de outros grupos étnico-raciais reunidos .....	55
Gráfico 8 - Distribuição étnica dos respondentes .....	83
Gráfico 9 - Distribuição de gênero dos respondentes .....	84
Gráfico 10 - Distribuição dos respondentes por semestre de ingresso .....	86
Gráfico 11 - Tipos de apoio estudantil utilizados pelos respondentes .....	87
Gráfico 12 - Desafios enfrentados para permanecer na universidade .....	88
Gráfico 13 - Avaliação de ações focadas na permanência de estudantes negros ....	90
Gráfico 14 - Taxa de Ingressantes por sexo entre os anos de 2018 e 2023.....	92

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Ingresso, conclusão e evasão de estudantes negros na UFJF .....	50
Tabela 2 - Ingresso, conclusão e evasão de outros grupos étnico-raciais na UFJF..	51
Tabela 3 - Distribuição dos respondentes por unidade acadêmica .....	85
Tabela 4 - Síntese da percepção sobre os apoios oferecidos pela UFJF .....	89
Tabela 5 - Síntese dos alunos convidados para entrevista .....	92

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fontes normativas e documentais utilizadas na pesquisa.....	26
Quadro 2 – Fontes e instrumentos metodológicos da pesquisa: atores, finalidades e relevância para o estudo de caso.....	73
Quadro 3 – Objetivos, instrumentos metodológicos e atores envolvidos .....	75
Quadro 4 – Distribuição dos alunos entrevistados por unidade acadêmica .....	94
Quadro 5 – Síntese dos eixos de análise e questões da entrevista .....	95
Quadro 6 – Análise <i>SWOT</i> da Permanência dos estudantes negros na UFJF .....	122
Quadro 7 – Síntese da metodologia 5W2H .....	125
Quadro 8 – 5W2H – Agilizar e ampliar o acesso aos auxílios de assistência estudantil .....	127
Quadro 9 – Rodas de acolhimento e apoio psicossocial voltadas a estudantes negros .....	131
Quadro 10 – Formação continuada antirracista para docentes e técnicos.....	135
Quadro 11 – Centralizar informações sobre permanência .....	139

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
CA	Centro Acadêmico
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CDARA	Coordenação de Registros Acadêmicos
CNDA	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CGCO	Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional
COMPIR	Conselho Municipal para a Promoção da Igualdade Racial
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DA	Diretório Acadêmico
DIAAF	Diretoria de Ações Afirmativas
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MAMM	Museu de Arte Moderna Murilo Mendes
MNU	Movimento Negro Unificado
MEC	Ministério da Educação
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
PAE	Plano de Ação Educacional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PFAA	Programa Federal de Ações Afirmativas
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PROAE	Pró-reitoria de Apoio Estudantil
PROGRAD	Pró-Reitorias de Graduação
PROSDAV	Pró-Reitoria de Sistemas de Dados e Avaliação

Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNEB	Universidade Estadual da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2.</b>	<b>GESTÃO INSTITUCIONAL E PERMANÊNCIA .....</b>	<b>26</b>
2.1	AÇÕES AFIRMATIVAS E SEUS IMPACTOS NO ENSINO SUPERIOR .....	31
2.2	AÇÕES AFIRMATIVAS ÉTNICO-RACIAIS NA UFJF .....	38
2.3	PERMANÊNCIA E EVASÃO NA UFJF .....	46
<b>3.</b>	<b>PERMANÊNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS .....</b>	<b>57</b>
3.1	RAÇA, EXCLUSÃO E PERMANÊNCIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS .....	57
3.2	RACISMO ESTRUTURAL .....	59
3.3	RACISMO INSTITUCIONAL .....	62
3.4	EQUIDADE E AÇÕES AFIRMATIVAS .....	64
3.5	EVASÃO E PERMANÊNCIA .....	67
3.6	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA .....	72
3.7	ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO .....	81
3.7.1	CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES PARTICIPANTES .....	83
3.7.2	EXCLUSÃO SOCIAL, AÇÕES AFIRMATIVAS E OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA .....	95
3.7.3	GESTÃO INSTITUCIONAL VOLTADA PARA A PERMANÊNCIA .....	100
<b>4.</b>	<b>PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL .....</b>	<b>119</b>
4.1	AGILIDADE E AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS AUXÍLIOS .....	127
4.2	ACOLHIMENTO, PERTENCIMENTO E SAÚDE MENTAL .....	130
4.3	FORMAÇÃO ANTIRRACISTA, CURRÍCULO E AMBIÊNCIA ACADÊMICA .....	134
4.4	CENTRALIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL .....	138
4.5	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES .....	141
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>144</b>
	REFERÊNCIAS .....	150
	APÊNDICE A – EVASÃO POR CURSO DE GRADUAÇÃO NA UFJF .....	156
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) QUESTIONÁRIO COM ALUNOS .....	161
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ENTREVISTA COM GESTORES .....	163

<b>APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	
<b>(TCLE) ENTREVISTA COM ALUNOS .....</b>	<b>165</b>
<b>APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO COM OS ALUNOS.....</b>	<b>167</b>
<b>APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ALUNOS .....</b>	<b>170</b>
<b>APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS GESTORES.....</b>	<b>172</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A política de cotas no ensino superior, regulamentada pela Lei nº 12.711/2012, visa ampliar o acesso de estudantes<sup>1</sup> pretos, pardos, indígenas e de baixa renda às universidades públicas, buscando reduzir desigualdades históricas e promover maior equidade racial. Apesar desse avanço no acesso, a permanência desses estudantes nas instituições de ensino superior ainda representa um desafio, com taxas significativas de evasão associadas a fatores sociais, econômicos e institucionais.

A evasão é um problema que afeta milhares de estudantes no Brasil, com impactos profundos no desenvolvimento social e econômico do país. No caso dos alunos negros, esse fenômeno é ainda mais alarmante, refletindo desigualdades históricas e estruturais que dificultam sua permanência e conclusão dos cursos de graduação. Diversos fatores contribuem para a evasão dos estudantes negros, entre eles, podemos pressupor as barreiras socioeconômicas, a falta de representatividade e apoio institucional, e o racismo estrutural presente nas universidades.

Apesar do avanço nas políticas de ação afirmativa, como cotas raciais e bolsas estudantis, muitos desses estudantes enfrentam dificuldades financeiras para se manter na universidade. Esses desafios acabam criando um ciclo de exclusão, em que alunos negros, mesmo ingressando no ensino superior, enfrentam mais obstáculos para se destacar academicamente e, consequentemente, se veem desestimulados a continuar.

Neste contexto, esta pesquisa analisa a evasão no ensino superior com foco nos desafios enfrentados por estudantes negros, no que diz respeito à permanência nos cursos de graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), localizada em Minas Gerais. Na instituição, a Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF) tem atuado de forma estratégica na promoção da equidade racial e na implementação de políticas voltadas à permanência estudantil.

---

<sup>1</sup> Os termos "alunos" e "estudantes" podem ter conotações distintas dependendo do contexto. O termo "aluno" muitas vezes é associado à pessoa matriculada em uma instituição de ensino, enquanto "estudante" pode abranger um termo mais amplo, incluindo qualquer indivíduo que se dedique aos estudos, independentemente de sua formalização institucional (Michaelis, 2024). No entanto, nesta dissertação, ambos os termos são utilizados como sinônimos.

Nesse cenário, enquanto servidor técnico-administrativo da UFJF, minha<sup>2</sup> atuação no setor de apoio acadêmico me permitiu observar de perto os desafios enfrentados por estudantes que, muitas vezes, culminam em processos de evasão. Essa vivência institucional me proporcionou uma visão privilegiada sobre os obstáculos que impactam a permanência nos cursos de graduação.

A partir dessa experiência, percebi que não são raros os relatos de estudantes acerca das dificuldades enfrentadas para permanecer na UFJF. No entanto, essas informações acabam não sendo formalmente registradas pela instituição. Quando os relatos não chegam de forma estruturada aos setores responsáveis pelas políticas de permanência, as ações voltadas para esse público podem ser prejudicadas. Isso evidencia a necessidade de que a gestão universitária desenvolva mecanismos sistemáticos de escuta, registro e análise dessas vivências, transformando-as em dados capazes de subsidiar decisões e estratégias institucionais mais eficazes.

Além disso, minha trajetória como estudante evadido do curso de Engenharia de Produção na UENF, em 2017, reforça minha compreensão sobre os desafios para a permanência de estudantes negros e sobre o impacto direto que ações (ou a ausência delas) têm no percurso acadêmico dos alunos. Essa vivência pessoal, aliada à atuação profissional, fortalece meu compromisso com a análise crítica das políticas de permanência no ensino superior.

Reconhecer a maneira como a experiência pessoal influencia o percurso da pesquisa, determinando onde, como e quando a investigação e suas fases ocorrerão, é essencial para compreender a abordagem adotada neste trabalho. Assim, o estudo busca entender os fatores que influenciam essa evasão e propor alternativas para mitigar o problema, visando promover maior equidade e inclusão no ambiente acadêmico.

A motivação para essa pesquisa é, portanto, fruto de uma necessidade institucional de refletir sobre as condições de permanência desses alunos, com o intuito de pesquisar políticas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e a possibilidade de sucesso acadêmico de um grupo historicamente marginalizado. Nesse sentido, estudos como os de Tinto (1975) e Cunha (2021)

---

<sup>2</sup> Em alguns momentos deste trabalho, opta-se pelo uso da primeira pessoa do singular, uma vez que se referem a experiências vivenciadas pelo autor.

ressaltam que a integração acadêmica e social é determinante para a permanência dos estudantes no ensino superior. Nesse cenário esta pesquisa entende que para garantir o êxito acadêmico desses estudantes as ações afirmativas precisam ser acompanhadas por iniciativas de apoio contínuo.

A escolha do tema foi motivada pela preocupação com a desigualdade racial no ensino superior, evidenciada nas taxas de evasão entre estudantes negros em comparação com outros grupos. O acompanhamento dos dados de matrícula e as interações com os alunos trouxeram à tona questões relacionadas à inclusão e permanência para esse público na UFJF. Dados recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam que, em 2022, a taxa de desistência acumulada no ensino superior atingiu 58%, sendo ainda mais acentuada entre estudantes negros (pretos e pardos). Na UFJF, relatórios institucionais também indicam que a permanência desses alunos permanece um desafio, mesmo com a presença de ações afirmativas. Esses números reforçam a necessidade de compreender os fatores que dificultam a conclusão dos cursos por estudantes negros.

Ademais, a evasão dos alunos negros no ensino superior é um fenômeno multifacetado, que muitas vezes resulta em desigualdades socioeconômicas, falta de representatividade e apoio institucional. Para combater esse problema, pode ser interessante que as universidades adotem políticas de permanência que considerem essas especificidades, como a ampliação de bolsas de estudo, a criação de programas de apoio pedagógico e psicológico, e o fortalecimento de iniciativas que promovam a inclusão e a representatividade dos alunos negros no ambiente acadêmico. Somente com a implementação de ações afirmativas e inclusivas será possível reverter esse quadro e garantir a permanência e sucesso dos estudantes negros no ensino superior.

Compreender esse cenário requer também uma reflexão sobre a maneira como a sociedade brasileira construiu e ainda mantém uma diferenciação racial. A ideia de raça, longe de ser um conceito biológico, é uma construção social que historicamente tem sido usada para classificar e hierarquizar grupos humanos com base em signos culturais, físicos e simbólicos. Entretanto, como destaca Carvalho (2005), no Brasil a classificação racial apoia-se tanto nas características fenotípicas e na ascendência,

quanto no status socioeconômico da pessoa. Munanga (2004) também contextualiza sobre o conteúdo não biológico, mas político-ideológico do conceito de raça afirmando que:

O conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa em países distintos. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico (Munanga, 2004 p.6).

Diante disso, é importante pontuar também a diferença entre raça e etnia, onde uma tem seu conteúdo morfobiológico e outra sociocultural, histórico e psicológico. Assim, várias sociedades como as indígenas brasileiras e as africanas foram, ou são, etnias-nações. Dessa maneira, um conjunto de pessoas de uma mesma raça, pode conter diversas etnias. Munanga (2004) afirma que etnia é:

Um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território (Munanga 2004, p. 12).

Além disso, a cor da pele constitui um dos principais marcadores na construção social das relações raciais. Dessa forma, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) agrupa, racialmente, como negros as pessoas classificadas nas categorias pretas e pardas. Entretanto, é comum observar certa falta de consistência no uso da categoria "negra", uma vez que algumas pessoas, talvez receosas de expressar preconceitos, optam por substituir o termo "preta" por "negra" ao utilizar dados do IBGE. Essa escolha é frequentemente justificada pela crença amplamente difundida de que "preta é cor, negra é raça".

A pesquisa analisará a atuação das diretorias e pró-reitorias responsáveis pela permanência estudantil, especialmente a Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD), que gerencia a vida acadêmica dos estudantes de graduação; a Pró-reitoria de Apoio Estudantil (PROAE), responsável pelos auxílios estudantis; e a DIAAF, que coordena as ações afirmativas. A viabilidade da pesquisa é assegurada pelo acesso institucional aos dados acadêmicos e administrativos da UFJF, além da experiência do

pesquisador como servidor técnico-administrativo, o que proporciona uma compreensão aprofundada da realidade estudantil.

Para atender aos objetivos da pesquisa, definiu-se o recorte temporal de 2018 a 2023 com base em critérios metodológicos e de relevância analítica. O marco inicial em 2018 permite acompanhar o amadurecimento de políticas institucionais de ações afirmativas sei anos após a Lei 12.711 de 2012, possibilitando analisar seus efeitos sobre indicadores de acesso e permanência, como a evasão e as trajetórias acadêmicas dos estudantes ao longo do tempo. O ano de 2023, por sua vez, corresponde ao último período com dados consolidados disponíveis no momento da coleta, o que viabiliza uma análise atualizada e abrangente de um ciclo recente de seis anos. Esse intervalo temporal inclui, ainda, os impactos da pandemia da COVID-19, conferindo à análise uma dimensão crítica ao permitir observar como contextos de crise sanitária e social incidiram sobre a permanência no ensino superior, especialmente no percurso acadêmico de estudantes pertencentes a grupos historicamente vulnerabilizados, como os estudantes negros.

Considerando essa perspectiva, a questão norteadora deste estudo é: como a UFJF se posiciona para a permanência dos estudantes negros nos cursos de graduação?

O objetivo geral desta pesquisa é compreender como a UFJF pode desenvolver mecanismos institucionais para fortalecer a permanência de pessoas negras no ensino superior. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: i. mapear as iniciativas já existentes na UFJF voltadas para a permanência dos estudantes negros; ii. compreender os desafios enfrentados por esses estudantes para se manterem na universidade; iii. propor medidas institucionais que contribuam para sua permanência e sucesso acadêmico.

Este estudo abrange o período de 2018 a 2023, buscando analisar os impactos das ações institucionais na permanência de estudantes negros nos cursos de graduação da UFJF. A escolha do ano de 2018 como ponto de partida se justifica por corresponder, em muitos cursos, ao início de um ciclo regular de formação com duração média de cinco anos, permitindo acompanhar um recorte de ingressantes até o ano de 2023, por ser o ano com os dados mais recentes tabulados pela instituição no momento da pesquisa.

Além disso, o ano final do recorte permite considerar os efeitos provocados pela pandemia de COVID-19, especialmente no que diz respeito às políticas de permanência e à adaptação das estruturas institucionais às novas demandas dos estudantes durante e após o período de emergência sanitária.

Com base nesses objetivos, parte-se da hipótese de que, embora a UFJF possa ter implementado ações voltadas à permanência estudantil, ainda há lacunas no atendimento às demandas específicas dos estudantes negros. Supõe-se que as estratégias institucionais existentes nem sempre consideram, de forma suficientemente eficaz, as desigualdades estruturais que impactam esse grupo.

Dessa forma, a pesquisa almeja analisar criticamente as iniciativas já desenvolvidas, bem como identificar os desafios que ainda precisam ser enfrentados para garantir a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes. Além disso, espera-se que os resultados obtidos sirvam como subsídio para o aprimoramento das políticas institucionais. Ao fornecer um diagnóstico detalhado dos desafios enfrentados por estudantes negros e das boas práticas em andamento, esta pesquisa poderá contribuir diretamente para a formulação de ações mais eficazes, promovendo uma universidade mais inclusiva e equitativa.

O estudo pode contribuir com benefícios tanto para os estudantes quanto para a UFJF, especialmente no que se refere à gestão educacional. No caso dos estudantes, a dissertação busca identificar os desafios enfrentados no contexto acadêmico, possibilitando a proposição de medidas que aprimorem suas condições de permanência no ensino superior. Além disso, a pesquisa proporciona um espaço para que esses alunos compartilhem suas vivências, promovendo o empoderamento e a visibilidade de suas demandas. Esse processo contribui para o fortalecimento do senso de pertencimento no ambiente acadêmico, elemento essencial para a permanência e o êxito estudantil.

No âmbito institucional, a UFJF pode se beneficiar ao obter um possível diagnóstico sobre a eficácia das políticas de permanência já existentes, permitindo a identificação de lacunas nas ações institucionais. Esse levantamento possibilita o desenvolvimento de iniciativas mais eficazes e inclusivas, alinhadas às necessidades dos estudantes negros. Ademais, ao contribuir para a redução das taxas de evasão, a pesquisa impacta positivamente os indicadores institucionais, reforçando o

compromisso da universidade com a diversidade, a inclusão e a qualidade educacional. O aprimoramento das políticas afirmativas e das práticas de gestão educacional fortalece a UFJF como instituição.

Por fim, os impactos da pesquisa transcendem o contexto da UFJF e podem oferecer contribuições relevantes para a gestão educacional em uma perspectiva mais ampla. Os resultados e as análises obtidas podem servir como referência para outras instituições de ensino superior, fornecendo subsídios para a formulação de políticas afirmativas mais robustas. Dessa maneira, além de beneficiar a UFJF, a pesquisa contribui para o debate sobre boas práticas na gestão educacional, consolidando o compromisso com a inclusão e a redução das desigualdades no ensino superior.

A pesquisa terá abordagem qualitativa e utilizará análise documental, entrevistas semiestruturadas com estudantes e gestores, além de dados quantitativos fornecidos pela Coordenação de Registros Acadêmicos (CDARA) e pelo Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO) da UFJF.

Nesse sentido, esta dissertação adota o estudo de caso como abordagem metodológica, visando investigar as ações institucionais da universidade relacionadas à permanência de estudantes negros nos cursos de graduação. Essa escolha se justifica pela complexidade do fenômeno da evasão, que demanda uma análise aprofundada e contextualizada das políticas e práticas institucionais, bem como das vivências estudantis.

Para a coleta e análise de dados, foram utilizados múltiplos instrumentos, integrando técnicas qualitativas e quantitativas. Entre os procedimentos realizados destacam-se: análise documental de normativas e relatórios institucionais, levantamento e tratamento de dados quantitativos sobre matrículas e evasão, aplicação de questionário a estudantes, tendo como público-alvo os estudantes autodeclarados pretos ou pardos e realização de entrevistas semiestruturadas com esses estudantes e gestores institucionais. Essa combinação metodológica buscou garantir uma compreensão abrangente das políticas de permanência, articulando dados objetivos e percepções subjetivas.

Os participantes da pesquisa foram selecionados conforme critérios específicos: estudantes pretos ou pardos que ingressaram na UFJF há mais de dois semestres e gestores diretamente envolvidos com ações afirmativas e políticas de

permanência, com pelo menos seis meses de atuação no cargo. Esse delineamento visou assegurar que as informações coletadas fossem representativas e fundamentadas em experiências concretas, ampliando a validade e a profundidade da análise.

Por fim, optou-se pela triangulação dos dados obtidos, cruzando informações provenientes das fontes documentais, estatísticas e depoimentos dos sujeitos pesquisados. Tal estratégia metodológica possibilita uma análise integrada e robusta, favorecendo a compreensão das relações entre as normativas institucionais, as ações desenvolvidas e as experiências dos estudantes. Além disso, pretende-se que os resultados subsidiem a proposição de um Plano de Ação Educacional que contribua para o aprimoramento das políticas de permanência na UFJF.

Esta pesquisa está estruturada da seguinte forma: a Introdução apresenta o contexto da evasão estudantil no ensino superior, com ênfase na população negra, e examina o impacto das políticas de ação afirmativa na ampliação do acesso e permanência desses estudantes. No Capítulo 2, intitulado Gestão Institucional e Permanência, são descritas as iniciativas institucionais voltadas à permanência estudantil, com a sistematização de dados referentes a matrículas, taxas de evasão e políticas de apoio acadêmico e socioeconômico.

O Capítulo 3, intitulado Permanência: desafios e perspectivas, aprofunda a análise sobre os fatores que influenciam a permanência de estudantes negros no ensino superior, com foco na realidade da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A discussão inicia-se com o conceito de raça, passando pelo racismo estrutural, a partir das contribuições de autores como Almeida (2018), Bersani (2017) e Quijano (2005), este último com sua teoria da colonialidade do poder, que oferece uma base crítica para compreender como as desigualdades raciais se perpetuam. Na sequência, são abordados conceitos como racismo institucional, tendo como base Bento (2022) e as políticas de equidade e as ações afirmativas, discutidas com base em autores como Gomes (2001), Sen (2018) e Lima e Rodriguez (2008), que tratam da justiça social, da redistribuição de oportunidades e do reconhecimento das diferenças.

Ainda neste capítulo, a questão da evasão e da permanência no ensino superior é discutida com respaldo nos estudos de Silva Filho (2007), Scalli (2009) e

da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão (1996), permitindo articular os aspectos institucionais às dinâmicas sociais que afetam o percurso acadêmico dos estudantes negros. Além da fundamentação teórica, o capítulo apresenta o percurso metodológico da pesquisa, configurada como um estudo de caso com abordagem qualitativa. A investigação utilizou diversos instrumentos de coleta, como análise documental, análise de dados quantitativos, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com estudantes e gestores, permitindo a triangulação de informações subjetivas e objetivas. Essa combinação metodológica busca oferecer uma compreensão mais ampla, densa e contextualizada sobre as ações institucionais voltadas à permanência desses estudantes, bem como evidenciar percepções, desafios e possibilidades de aprimoramento dessas políticas.

O Capítulo 4, fundamentado nos achados apresentados anteriormente, dedica-se à elaboração de um Plano de Ação Educacional (PAE) que responde aos desafios estruturais e institucionais identificados ao longo da pesquisa. Com base na triangulação entre revisão teórica, análise documental e dados de campo, o capítulo apresenta um conjunto de propostas orientadas para o fortalecimento da permanência de estudantes negros na UFJF. A construção do PAE resulta do processo metodológico adotado no estudo, que articulou análise documental, aplicação de questionário on-line e realização de entrevistas semiestruturadas, permitindo integrar dados quantitativos e qualitativos para subsidiar o planejamento das ações. As propostas foram organizadas por meio da matriz 5W2H, ferramenta de gestão que possibilita a formulação sistematizada de intervenções ao definir objetivos, responsabilidades, prazos, recursos e procedimentos operacionais de forma clara e operacionalizável. Estruturado em eixos integrados que articulam assistência estudantil, acolhimento, formação docente, currículo e gestão institucional, o PAE apresenta intervenções alinhadas ao diagnóstico produzido nos capítulos anteriores, buscando orientar práticas capazes de enfrentar desigualdades raciais que incidem sobre a trajetória acadêmica de estudantes negros e contribuir para a consolidação de uma cultura universitária mais democrática, inclusiva e equitativa.

A partir dessa estrutura, o estudo busca oferecer uma análise crítica das políticas institucionais voltadas à permanência, identificando desafios e apontando caminhos para o fortalecimento das ações afirmativas na universidade.

## 2. GESTÃO INSTITUCIONAL E PERMANÊNCIA

O segundo capítulo dessa dissertação tem por objetivo descrever a importância da gestão institucional e a evasão na UFJF. Para isso, inicia-se uma descrição das políticas de acesso ao ensino superior no Brasil. Após a contextualização, são abordadas as ações afirmativas e seu impacto no ensino superior. Em seguida, na seção 2.1 são apresentadas as ações afirmativas de acesso ao ensino superior e seus impactos. Na seção 2.2 é realizada uma compreensão das ações afirmativas étnico-raciais na UFJF e, na seção 2.3 é descrito o problema da evasão na Universidade e os dados de ingressantes, concluintes e estudantes evadidos entre 2018 e 2023.

Nessa perspectiva, a gestão institucional exerce um papel central na formulação e execução de políticas voltadas à permanência estudantil. Então, a pesquisa busca entender, também, se a efetividade dessas políticas depende do acesso a informações qualificadas, capazes de identificar os fatores que contribuem para a evasão e de orientar ações de suporte acadêmico e social.

Com o objetivo de reunir e organizar as principais referências legais e institucionais que sustentam esta pesquisa, o Quadro 1 apresenta as fontes normativas e documentais utilizadas no estudo. Essas fontes contribuem para a compreensão das políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior e fundamentam a análise sobre a gestão institucional da UFJF no enfrentamento da evasão estudantil.

Quadro 1 - Fontes normativas e documentais utilizadas na pesquisa

Fonte de pesquisa	Finalidade	Importância para o estudo de caso
Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas	Apresenta dados sobre índices de diplomação, retenção e evasão nas universidades públicas brasileiras.	Fornece um referencial histórico e comparativo sobre a evasão, permitindo contextualizar os dados recentes da UFJF no cenário nacional. Além disso, o estudo traz um conjunto de dados sobre os índices de diplomação, retenção e evasão dos estudantes de seus cursos de graduação.
Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial)	Fundamenta a necessidade de ações afirmativas como forma de combater desigualdades raciais históricas.	Define conceitos essenciais, como população negra, discriminação racial e ações afirmativas, fornecendo base conceitual e jurídica para a análise da permanência de estudantes negros.

Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas)	Estabelece a reserva de vagas em instituições federais de ensino para estudantes de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.	Oferece o marco legal que garante o acesso ao ensino superior com recorte racial e social, sendo referência para a compreensão das políticas de ingresso e permanência.
Censo da Educação Superior 2022 (INEP)	Disponibiliza dados estatísticos sobre o sistema de educação superior no Brasil.	Permite a análise de indicadores de acesso, permanência e conclusão, oferecendo parâmetros de comparação com os dados institucionais da UFJF.
Lei nº 14.723/2023 (Atualização da Lei de Cotas)	Atualiza os critérios da Lei nº 12.711/2012, introduzindo mecanismos de avaliação e monitoramento das políticas afirmativas.	Amplia e ajusta os critérios de acesso e permanência, incorporando dimensões de equidade e acompanhamento institucional, fundamentais à análise da permanência estudantil. Permite uma leitura comparativa entre a política de cotas antes e depois da atualização, identificando impactos sobre a evasão.
Dados Institucionais da UFJF	Reúnem informações sobre políticas de permanência, assistência estudantil, ações afirmativas e registros acadêmicos.	Fornecem dados empíricos e evidências documentais para a análise da permanência e evasão, especialmente de estudantes pretos e pardos na instituição.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa (2025)

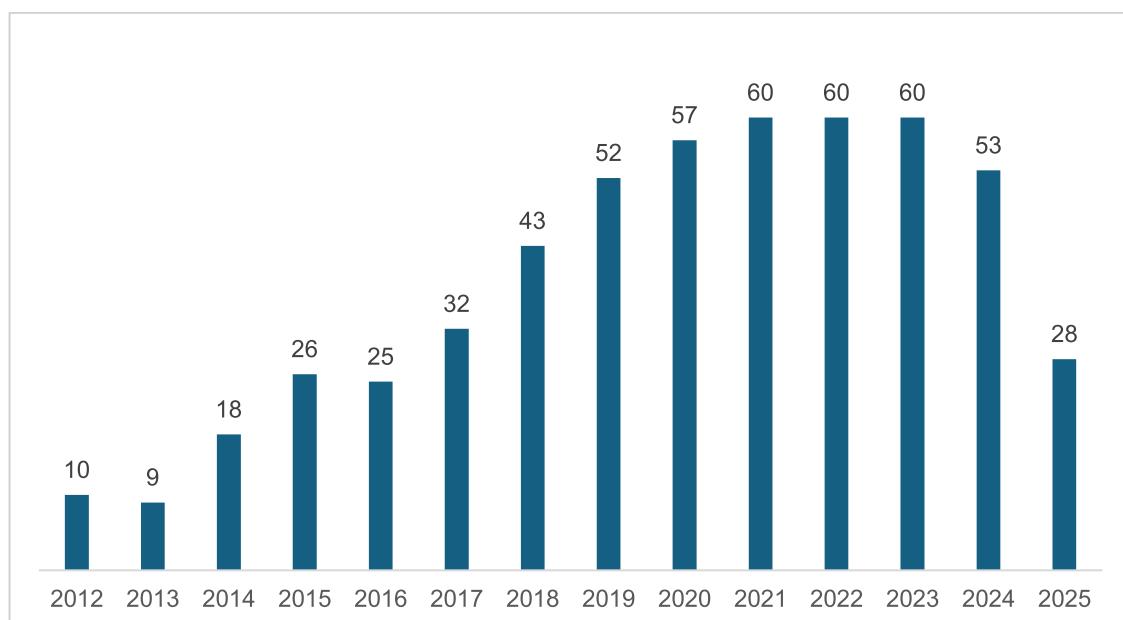
De acordo com os dispositivos normativos e documentos apresentados no Quadro 1, esta dissertação pretende analisar as políticas públicas que incidem sobre o acesso e a permanência de estudantes negros no ensino superior, com especial atenção ao contexto da UFJF. A fundamentação normativa, aliada aos dados estatísticos e relatórios institucionais, permitirá observar a efetividade das ações afirmativas e os desafios enfrentados por essa população ao longo da trajetória acadêmica.

Complementarmente, foi realizado um levantamento bibliográfico sistematizado na base *Scopus*, por sua abrangência internacional e relevância acadêmica. O objetivo desse levantamento foi identificar a produção acadêmica sobre permanência e evasão de estudantes no ensino superior, com ênfase nos recortes étnico-raciais e nas políticas de ações afirmativas. Esse processo foi estruturado em três rodadas de busca sucessivas, cada uma com descritores específicos, de modo a ampliar e refinar progressivamente a aproximação com a problemática central desta pesquisa. Um dos filtros utilizados foi o tempo, com um recorte temporal que se inicia em 2012, ano em

que a Lei de Cotas foi sancionada e termina em agosto de 2025, quando a busca foi realizada.

Na primeira rodada, utilizaram-se descritores mais amplos associados à “permanência no ensino superior”. Essa etapa teve como objetivo mapear a produção científica geral sobre a temática, permitindo identificar tendências de pesquisa, lacunas e referenciais teóricos que fundamentam o campo.

Gráfico 1 – Produção científica sobre permanência no ensino superior (2012–2025), segundo dados da base Scopus



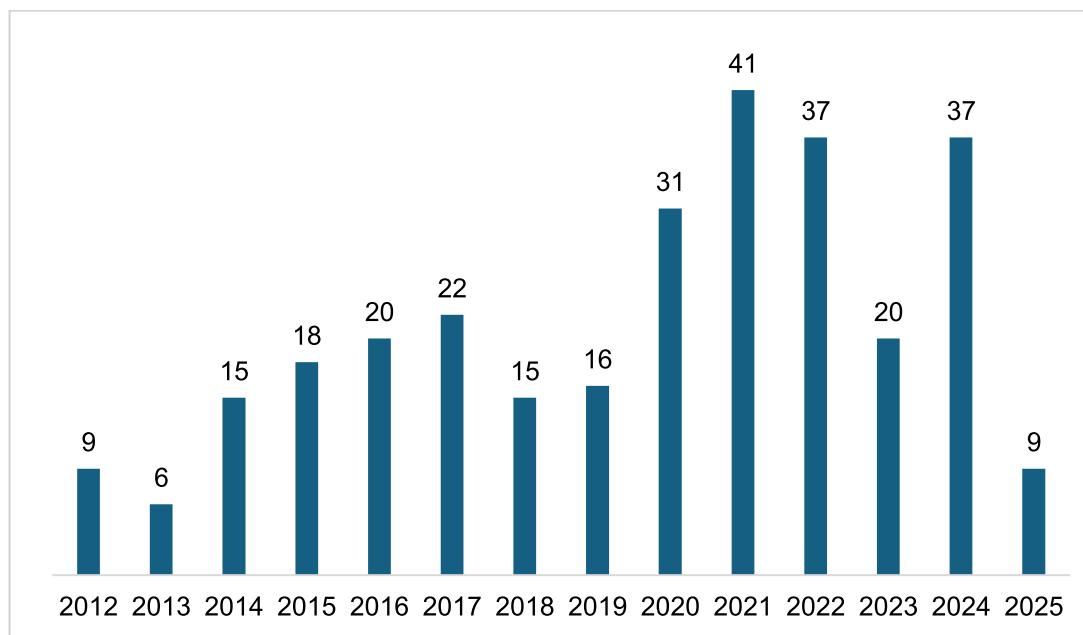
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos da base Scopus (2025).

Como fica evidenciado no gráfico 5 valendo-se de descritores mais gerais sobre a permanência no ensino superior, resultou em 533 documentos. Notou-se um crescimento contínuo a partir de 2014, com maior concentração de publicações entre 2018 e 2023, período em que houve uma mudança na atmosfera política do país e se intensificaram os debates sobre temáticas raciais como a revisão da Lei 12.711/2012. Esse resultado indica que a permanência, enquanto conceito, passou a figurar de forma consistente na literatura recente, constituindo uma base sólida para a análise do presente estudo.

Em seguida, na segunda rodada, os termos de busca foram refinados para incluir descritores diretamente relacionados à população negra, articulados com as

dimensões de permanência e evasão no ensino superior. Para tanto, utilizaram-se descritores de permanência e evasão (“permanência”, “*retention*”, “evasão”, “abandono”, “*dropout*”), de nível educacional (“ensino superior”, “educação superior”, “universidade”, “higher education”, *undergrad*\*), além da delimitação geográfica por país (“Brazil”, “Brasil”). Essa combinação justifica-se pela temática central da dissertação, que busca compreender os desafios enfrentados por estudantes negros na permanência no ensino superior. Com esse refinamento, tornou-se possível localizar estudos que abordam as desigualdades raciais na universidade e experiências institucionais voltadas ao enfrentamento do racismo estrutural e à promoção da equidade.

Gráfico 2 – Produção científica sobre permanência de estudantes negros no ensino superior



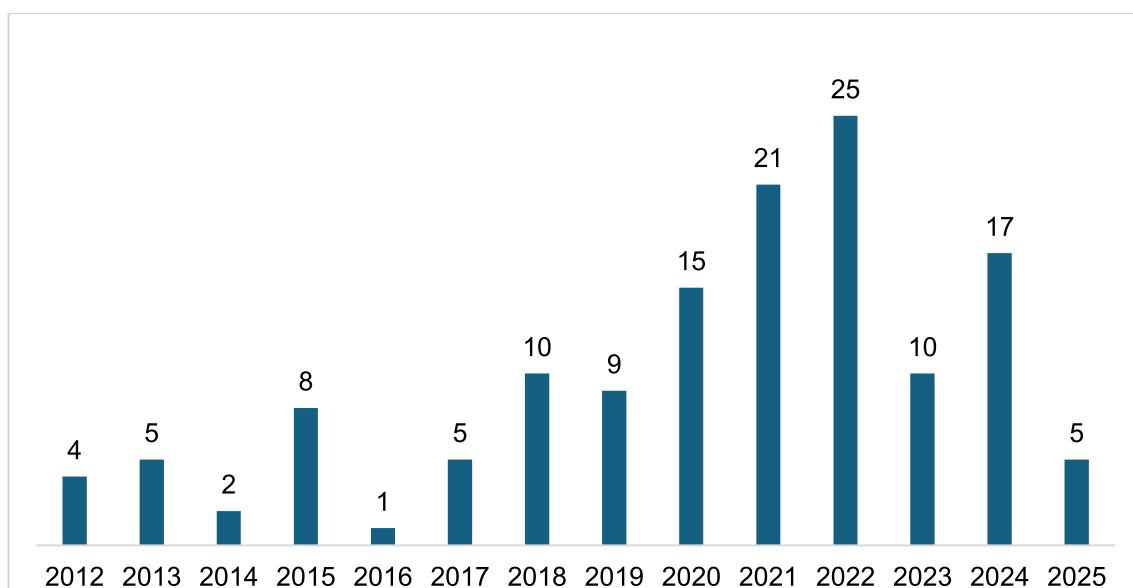
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos da base Scopus (2025).

Na segunda rodada, ao inserir termos relacionados à população negra, observou-se uma redução no número de documentos recuperados, mas com tendência de crescimento a partir de 2018 e pico em 2021. Esse dado evidencia que as discussões sobre permanência, quando atravessadas pela dimensão étnico-racial, são mais recentes. A concentração das publicações nesse período reforça a relevância de analisar os efeitos das políticas afirmativas não apenas no acesso, mas

também na permanência dos estudantes negros no ensino superior. Além disso, o gráfico 6 demonstra um crescimento nas publicações após a revisão da Lei 12.711/2012, prevista para 2022, mas efetivada apenas em 2023 com a sanção da Lei 14.723/2023, em novembro daquele ano.

Por fim, a terceira rodada foi direcionada a descriptores que relacionassem a permanência de estudantes negros às políticas de ações afirmativas, como cotas raciais e programas institucionais de apoio. Para tanto, utilizaram-se descriptores de permanência/evasão (“permanência”, “retention”, “evasão”, “abandono”, “dropout”), de nível educacional (“ensino superior”, “educação superior”, “universidade”, “higher education”, “undergrad\*”), étnico-raciais (“negro”, “pardo\*”, “pretos e pardos”, “afrobrasil\*”, “Afro-Brazil\*”, raça, cor), de políticas institucionais (“ações afirmativas”, “quotas”, “affirmative action”, “Lei 12.711”, “assistência estudantil”, “Bolsa Permanência”) e de país (“Brazil”, Brasil). Essa etapa permitiu identificar pesquisas que discutem não apenas o acesso, mas principalmente a permanência e o desempenho acadêmico, trazendo contribuições fundamentais para a análise crítica das iniciativas desenvolvidas pelas universidades em um contexto mais amplo das políticas públicas educacionais.

Gráfico 3- Produção científica sobre permanência de estudantes negros e políticas de ações afirmativas



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos da base Scopus (2025).

Essa rodada, direcionada à relação entre permanência de estudantes negros e políticas de ações afirmativas, resultou em 137 publicações, demonstrando que talvez a produção científica que associa explicitamente esses dois elementos seja incipiente. Apesar do número reduzido, observa-se crescimento gradual a partir de 2018 e concentração entre 2020 e 2022, o que indica que o tema começa a ganhar espaço mais recentemente. Essa lacuna na literatura justifica a pertinência de estudos de caso, como esta dissertação, que buscam compreender como as políticas de permanência se materializam em contextos específicos, como o da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Após a realização do levantamento bibliográfico, que permitiu identificar e analisar as produções científicas mais recente sobre permanência e evasão no ensino superior, com ênfase nas desigualdades raciais, procedeu-se à sistematização dos demais instrumentos metodológicos adotados neste estudo. Assim, os gráficos apresentados demonstram não apenas o volume, mas também a evolução das pesquisas em cada rodada, evidenciando como o refinamento dos descritores permitiu uma aproximação progressiva com a problemática central da dissertação. Dessa forma, o levantamento bibliográfico se integra às demais estratégias metodológicas, servindo de base para o diálogo entre a literatura científica e a investigação empírica realizada na UFJF.

Assim, é possível examinar em que medidas tais instrumentos normativos contribuem para compreender a dinâmica da evasão e os mecanismos institucionais voltados à permanência dos estudantes negros nos cursos de graduação da UFJF. A seção 2.1, a seguir, descreve um percurso histórico sobre as ações afirmativas e seus impactos no ensino superior.

## 2.1 AÇÕES AFIRMATIVAS E SEUS IMPACTOS NO ENSINO SUPERIOR

A discussão sobre ações afirmativas teve seu marco como política de Estado no século XXI, com a Lei Estadual nº 3.708 de 2001, instituindo o sistema de cotas raciais para admissão na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

No ano seguinte, houve a edição do Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002, que instituía, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas sob a coordenação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça. A normativa tinha como objetivo estabelecer uma política de igualdade material, como assegura o artigo 2º:

Art. 2º O Programa Nacional de Ações Afirmativas contemplará, entre outras medidas administrativas e de gestão estratégica, as seguintes ações, respeitada a legislação em vigor:

I - observância, pelos órgãos da Administração Pública Federal, de requisito que garanta a realização de metas percentuais de participação de afrodescendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência no preenchimento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS;

II - inclusão, nos termos de transferências negociadas de recursos celebradas pela Administração Pública Federal, de cláusulas de adesão ao Programa;

III - observância, nas licitações promovidas por órgãos da Administração Pública Federal, de critério adicional de pontuação, a ser utilizado para beneficiar fornecedores que comprovem a adoção de políticas compatíveis com os objetivos do Programa; e

IV - inclusão, nas contratações de empresas prestadoras de serviços, bem como de técnicos e consultores no âmbito de projetos desenvolvidos em parceria com organismos internacionais, de dispositivo estabelecendo metas percentuais de participação de afrodescendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência (Brasil, 2002).

Essas ações representam uma tentativa do Estado de não apenas reconhecer a desigualdade estrutural que permeia o acesso a espaços de poder, mas de enfrentá-la de forma proativa e institucionalizada. Ao incorporar critérios de inclusão e diversidade na administração pública, o decreto tensiona a lógica tradicional de meritocracia neutra e propõe um modelo que reconhece as desigualdades históricas e promove correções estruturais. Além disso, o Decreto instituiu o Comitê de Avaliação e Acompanhamento do Programa Nacional de Ações Afirmativas, que tinha como finalidade:

I - propor a adoção de medidas administrativas e de gestão estratégica destinadas a implementar o Programa;

II - apoiar e incentivar ações com vistas à execução do Programa;

III - propor diretrizes e procedimentos administrativos com vistas a garantir a adequada implementação do Programa, sua incorporação aos regimentos internos dos órgãos integrantes da estrutura

organizacional da Administração Pública Federal e a consequente realização das metas estabelecidas no inciso I do art. 2º;

IV - articular, com parceiros do Governo Federal, a formulação de propostas que promovam a implementação de políticas de ação afirmativa;

V - estimular o desenvolvimento de ações de capacitação com foco nas medidas de promoção da igualdade de oportunidades e de acesso à cidadania;

VI - promover a sensibilização dos servidores públicos para a necessidade de proteger os direitos humanos e eliminar as desigualdades de gênero, raça e as que se vinculam às pessoas portadoras de deficiência;

VII - articular ações e parcerias com empreendedores sociais e representantes dos movimentos de afrodescendentes, de mulheres e de pessoas portadoras de deficiência;

VIII - sistematizar e avaliar os resultados alcançados pelo Programa e disponibilizá-los por intermédio dos meios de comunicação; e

IX - promover, no âmbito interno, os instrumentos internacionais de que o Brasil seja parte sobre o combate à discriminação e a promoção da igualdade (Brasil, 2002).

Dessa forma, o Decreto configura-se como um avanço relevante na política pública brasileira, ao conjugar diagnóstico, planejamento, ação e controle social em uma mesma proposta, uma política afirmativa com estrutura, voltada para a consolidação de práticas estatais mais inclusivas, equitativas e coerentes com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade material. E ainda, o comitê tinha o prazo de 60 dias para apresentar propostas de ações e metas a serem implementadas pelos órgãos da Administração Pública Federal. Buscando um perfil heterogêneo dentro da estrutura do Poder Executivo Federal, o comitê era composto por pelo Secretário de Estado dos Direitos Humanos, pelo presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e por um representante da presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores; do Ministério do Desenvolvimento Agrário; do Ministério da Ciência e Tecnologia; do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Ministério do Trabalho e Emprego; do Ministério da Cultura; do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE); do Conselho Nacional de Combate à Discriminação; e um representante do Grupo de Trabalho Interministerial e Valorização da População Negra.

A partir dessa configuração institucional, observa-se que tanto a Lei do Estado do Rio de Janeiro quanto o Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002, representaram

marcos iniciais que conferiram legitimidade e sustentação política para a adoção das cotas raciais no ensino superior. Esses instrumentos normativos funcionaram como precedentes que incentivaram universidades brasileiras a avançar na institucionalização de ações afirmativas, especialmente por meio da reserva de vagas.

Na vanguarda de um movimento institucional para a reserva de vagas, a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), a UENF e a UERJ tornaram-se precursoras na implementação de ações afirmativas. No âmbito das universidades federais, a Universidade de Brasília (UnB) adotou as cotas em 2004.

É importante destacar que as iniciativas das universidades estaduais não foram as primeiras. Já no início da década de 1980, o então Deputado Federal Abdias do Nascimento apresentou um projeto de Lei que previa a presença de pelo menos 20% de homens negros e de 20% de mulheres negras em todos os órgãos públicos em todos os escalões de trabalho e de direção, particularmente aquelas funções que exigem melhor qualificação e que seriam mais bem remuneradas. Embora pioneiro, o projeto não chegou a ser implementado, mas demonstrava a articulação precoce de uma agenda política negra no Congresso Nacional.

A proposição de Abdias do Nascimento versava também sobre algumas mudanças estruturais, perseguidas até hoje pelos movimentos organizados, nos ensinos primários, secundários, de graduação e pós-graduação como:

- I - Incorporar ao conteúdo dos cursos de História Brasileira o ensino das contribuições positivas dos africanos e seus descendentes à civilização brasileira, sua resistência contra a escravidão, sua organização e ação (a nível social, econômica e político) através dos quilombos, sua luta contra o racismo no período pós-abolição;
- II - Incorporar ao conteúdo dos cursos sobre História Geral o ensino das contribuições positivas das civilizações africanas, particularmente seus avanços tecnológicos e culturais antes da invasão europeia do continente africano;
- III - Incorporar ao conteúdo dos cursos optativos de estudos religiosos o ensino dos conceitos espirituais, filosóficos e epistemológicos das religiões de origem africana (candomblé, umbanda, macumba, xangô, tambor de minas, batuque etc.);
- IV - Eliminar de todos os currículos referências aos africanos como "um povo apto para a escravidão", "submisso" e outras qualificações pejorativas;
- V - Eliminar a utilização de cartilhas ou livros escolares que apresentem o negro de forma preconceituosa ou estereotipada;
- VI - Incorporar Material de ensino primário e secundário a apresentação gráfica da família negra de maneira que a criança negra

venha a se ver, a si mesma e à sua família, retratadas de maneira igualmente positiva àquela em que se vê retratada a criança branca; (Brasil, 1983).

Anos após a proposição de Abdias do Nascimento e com a implementação das cotas nas universidades públicas federais, o perfil dos estudantes do ensino superior começou a se modificar. A ampliação do acesso, promovida pela Lei de Cotas, trouxe novas perspectivas para o destino desses estudantes, que agora enfrentam o desafio não apenas de ingressar, mas também de permanecer e concluir seus cursos. Esse novo cenário exige uma análise cuidadosa da permanência estudantil e dos fatores que contribuem para a evasão, pois a saída precoce dos alunos representa perdas não apenas individuais, mas também institucionais — financeiras, pedagógicas e, sobretudo, sociais.

A mobilização do Movimento Negro brasileiro resultou na sanção da Lei 12.288/2010, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial. Essa lei tem como objetivo combater a discriminação e as desigualdades raciais que afetam a população afro-brasileira, incluindo a promoção de políticas públicas voltadas para a equidade racial.

No ano de 2012, foi sancionada a Lei 12.711, conhecida como Lei de Cotas, um marco na luta pela inclusão e equidade no acesso ao ensino superior no Brasil. A norma determina que instituições federais de ensino reservem vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, assegurando reserva de vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Essa política resulta de um longo processo de reivindicação do Movimento Negro, que antecede sua formalização legal. Uma alteração em 2016 incluiu pessoas com deficiência como público-alvo dessa política.

Com a revisão da Lei de Cotas em 2023, a Lei 14.723 promove algumas alterações na Lei de 2012 trazendo mudanças significativas para que a política atenda seus destinatários, as quais são elencadas a seguir. A inclusão dos ministérios da Igualdade Racial; dos Direitos Humanos e da Cidadania; e dos Povos Indígenas outros ministérios, além do Ministério da Educação (MEC), como responsáveis da política de cotas pode auxiliar no monitoramento, que passou a ser anual, além da avaliação da política em dez anos. Outro dispositivo adicionado nesse sentido foi a

utilização de outras pesquisas além do Censo para o cálculo da proporção de cotistas nas Unidades da Federação.

Como forma de aumentar o alcance do programa houve a inclusão dos estudantes quilombolas como beneficiários das cotas e a expansão da política para a pós-graduação.

As mudanças no mecanismo de ingresso trouxeram algumas inovações como a redução do critério de renda familiar per capita para um salário-mínimo na reserva de vagas de 50% das cotas e a mudança de concorrência às vagas. Na forma de ingresso anterior, o cotista concorria apenas nas vagas destinadas às vagas reservadas, mesmo que tivesse pontuação suficiente para ingresso na ampla concorrência. Com a mudança, primeiramente serão observadas as notas pela ampla concorrência e, posteriormente, as vagas reservadas para cotas.

Outra alteração foi sobre as vagas não preenchidas, as vagas reservadas em uma subcota que não forem preenchidas serão repassadas para outra subcota e, posteriormente, para as vagas de escola pública. Anteriormente essas vagas ociosas eram direcionadas para a ampla concorrência.

A Lei de 2023 observa que tão importante quanto o acesso é a permanência, de maneira que estabelece a prioridade dos cotistas no recebimento de auxílio estudantil. Assim, a Lei estabeleceu que o MEC divulgará, anualmente, relatório com informações sobre o programa, do qual deverão constar, pelo menos, dados sobre o acesso, a permanência e a conclusão dos alunos beneficiários e não beneficiários desta Lei.

Os antecedentes dessa luta remontam ao período pós-abolição, quando a população negra enfrentava sérias barreiras para acessar direitos fundamentais como educação e trabalho. A ideia de cotas foi sendo consolidada ao longo do século XX, com o fortalecimento dos movimentos sociais, especialmente na década de 1990.

Em 1991 a autodeclaração foi instituída no Censo demográfico conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que incluiu a pergunta de cor ou raça. Esse foi o marco oficial que começou a padronizar o uso de autodeclaração em grandes levantamentos populacionais.

A autodeclaração racial no Brasil é o processo pelo qual um indivíduo se identifica racialmente de acordo com suas próprias percepções e vivências. Esse

método é amplamente utilizado em censos, pesquisas e, mais recentemente, em políticas de ação afirmativa, como cotas raciais. A partir dos anos 2000, com a implementação das políticas de cotas raciais em universidades públicas, a autodeclaração tornou-se um procedimento ainda mais central.

A Lei foi aplicada de forma progressiva nos quatro anos seguintes, passando a garantir a reserva de 50% das vagas nas universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio para pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de escola pública.

Assim, além do acesso é importante dedicar atenção à evasão, que pode ser compreendida, tanto como fenômeno que ocorre nas instituições de ensino quanto na perspectiva específica adotada por esta pesquisa, a qual será detalhada adiante. Segundo Brasil (1996), na ausência de um consenso sobre o conceito de evasão, é necessário defini-lo de acordo com o contexto particular de cada estudo.

Nesse cenário, uma abordagem que considere tanto as políticas públicas de inclusão quanto os desafios enfrentados pelas instituições e pelos próprios estudantes. A Lei nº 12.711/2012 estabeleceu critérios objetivos para o acesso às cotas, contemplando estudantes oriundos do ensino médio público, pessoas com deficiência, candidatos com renda familiar per capita inferior a 1,5 salário-mínimo e aqueles que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas. A autodeclaração, nesse contexto, assume papel central, sendo reconhecida pelo ordenamento jurídico brasileiro como um critério legítimo de pertencimento étnico-racial, conforme previsto no Estatuto da Igualdade Racial.

Rios (2018) reflete que a autodeclaração étnico-racial é um método que reconhece a identidade como uma construção subjetiva, cabendo exclusivamente ao indivíduo se identificar com determinado grupo racial. Esse entendimento é fundamental para sustentar a legitimidade das ações afirmativas, políticas públicas voltadas à promoção da igualdade material, especialmente no acesso ao ensino superior.

A partir do conceito de autodeclaração esta pesquisa aborda ações afirmativas, políticas que visam garantir a igualdade material na sociedade, e que podem ser entendidas como:

As ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (Gomes, 2001, p.7).

Assim, compreender o impacto de ações afirmativas e da Lei de Cotas na mudança do perfil dos estudantes do ensino superior público, especialmente no que se refere aos estudantes negros, exige uma análise que considere tanto o acesso quanto a permanência desses sujeitos nas universidades.

A autodeclaração, como instrumento de identificação étnico-racial, reforça a centralidade da subjetividade na constituição das identidades, ao mesmo tempo em que dialoga com critérios institucionais voltados à promoção da equidade, utilizando ferramentas como as bancas de heteroidentificação. Dessa forma, ao considerar os desafios enfrentados por esses estudantes e os mecanismos instituídos para garantir sua permanência, esta pesquisa busca contribuir para o debate sobre a eficácia e os limites das políticas públicas no enfrentamento das desigualdades raciais no ensino superior brasileiro.

Dessa forma, com o objetivo de verificar a abordagem das ações afirmativas mais específicas na UFJF, são apresentadas na próxima seção um panorama das ações afirmativas étnico-raciais instituídas na universidade e a descrição da UFJF como Instituição de Ensino Superior (IES).

## 2.2 AÇÕES AFIRMATIVAS ÉTNICO-RACIAIS NA UFJF

A UFJF é uma instituição pública de ensino superior localizada na região da Zona da Mata Mineira, em uma área que abrange cerca de 2,5 milhões de habitantes. Criada em 1960, a universidade conta com dois campi: em Juiz de Fora, com aproximadamente 50 cursos e habilitações de graduação; e o campus avançado de Governador Valadares, criado em 2012, que oferta nove cursos, com destaque para as áreas da saúde e ciências sociais aplicadas. A UFJF também atua na educação a

distância, com oito cursos de graduação e cinco de pós-graduação, distribuídos em 30 polos nos estados da região Sudeste.

No total, estão matriculados aproximadamente 23 mil estudantes, sendo cerca de 15 mil na graduação presencial. O crescimento da oferta de vagas está relacionado à adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). A instituição mantém um Hospital Universitário que é referência para mais de 90 municípios da Zona da Mata Mineira e do estado do Rio de Janeiro, com atuação integrada nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. No campo cultural, a UFJF administra espaços como o Cine-Theatro Central, o Museu de Arte Moderna Murilo Mendes (MAMM) e o Fórum da Cultura, além de outros museus localizados no campus. A extensão universitária é desenvolvida por meio de aproximadamente 250 projetos nas áreas de saúde, educação, cultura e direitos humanos, atendendo a um público estimado em mais de 69 mil pessoas. Nesse contexto institucional, torna-se relevante compreender como a UFJF tem enfrentado os desafios relacionados à permanência de estudantes negros nos cursos de graduação.

Para compreender como a UFJF se posiciona em relação à permanência de estudantes negros nos cursos de graduação, é importante conceituar a evasão, tanto como fenômeno que ocorre nas instituições de ensino quanto na perspectiva específica adotada por esta pesquisa, a qual será detalhada adiante. Segundo Brasil (1996), na ausência de um consenso sobre o conceito de evasão, é necessário definí-lo de acordo com o contexto particular de cada estudo.

A política de reserva de vagas, implementada no Brasil em 2012, representou um avanço significativo na democratização do acesso ao ensino superior, ao ampliar as oportunidades para estudantes de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e egressos de escolas públicas. No entanto, a reserva de vagas, por si só, não garante a permanência e o sucesso acadêmico desses alunos, uma vez que a trajetória universitária é influenciada por múltiplos fatores que vão além do ingresso.

Além disso, alguns desafios como dificuldades socioeconômicas, a falta de políticas institucionais de apoio e a experiência de exclusão e racismo que muitos enfrentam no ambiente universitário. Segundo Tinto (1975), os estudantes são mais propensos a permanecer na universidade se conseguirem se integrar tanto

academicamente quanto socialmente. Esses dois tipos de integração desempenham papéis centrais na decisão dos alunos de continuar ou abandonar o curso.

Embora a Lei de Cotas tenha sido fundamental para a democratização do acesso ao ensino superior, a permanência desses alunos ainda está comprometida por fatores como a precariedade socioeconômica, a falta de políticas de apoio acadêmico e emocional, e a experiência de exclusão racial e social dentro das universidades. Para garantir que os alunos cotistas não apenas ingressem, mas também concluam seus cursos com sucesso, é fundamental que as universidades desenvolvam políticas de assistência financeira, programas de apoio pedagógico e emocional, além de ações para combater o racismo e promover a inclusão dentro do ambiente acadêmico.

Nesse cenário, a instituição tem a sua própria normativa, a Resolução nº 16, de 04 de novembro de 2004, que dispõe acerca da reserva de vagas, destinando 50% das vagas de todos os cursos para egressos de escolas públicas, e dentro deste percentual, uma reserva de 25% de vagas para autodeclarados negros (UFJF, 2004). A instituição entendeu como egressos de escola pública, pessoas que cursaram, no mínimo, sete séries no sistema público de ensino. Em fevereiro de 2005, por meio da Resolução nº 5, o Conselho Superior da UFJF fixou os percentuais e a periodicidade em que as cotas seriam aplicadas. Esse sistema de cotas entrou em vigor a partir do processo de ingresso em 2006 (UFJF, 2006).

Com as inovações trazidas pela Lei nº 14.723, de 2023 — como a inclusão de estudantes quilombolas entre os beneficiários das cotas; a redução da renda familiar máxima para participação nas cotas, de 1,5 para 1 salário mínimo por pessoa; a priorização de estudantes cotistas no recebimento de auxílio estudantil; a promoção de políticas de ações afirmativas para a inclusão de pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência na pós-graduação; e a atualização anual dos percentuais desses grupos em relação à população das unidades da Federação —, torna-se possível aprofundar a observação dos fenômenos de permanência e evasão. Essas mudanças legais fornecem subsídios importantes para o estudo de um problema que impacta tanto os estudantes quanto as instituições. Dessa forma, é necessário compreender os desafios enfrentados por estudantes negros nos cursos

de graduação da UFJF, uma vez que tais obstáculos podem comprometer sua permanência e, consequentemente, contribuir para a evasão.

Embora diversos segmentos sejam afetados pela evasão, os estudantes são os principais prejudicados, visto que a não conclusão de sua formação acarreta consequências substanciais em suas trajetórias e reconhecer as implicações socioeconômicas decorrentes da não permanência significa que elas não podem ser quantificadas de forma simplista, uma vez que variam de acordo com os contextos coletivos e individuais. Contudo, observa-se que pessoas pretas e pardas frequentemente enfrentam desafios adicionais ao deixarem a universidade sem concluir a graduação.

Do ponto de vista social, a evasão estudantil representa uma preocupação relevante, especialmente considerando-se o contexto de democratização do acesso ao ensino superior, como observado após a implementação da Lei de Cotas. Apesar disso, a evasão estudantil persiste, levantando questões sobre os fatores individuais, sociais e institucionais que contribuem para esse cenário. Uma instituição como a UFJF, comprometida com a formação transdisciplinar, a evasão estudantil representa não apenas um desafio pedagógico, mas também administrativo e conceitual comprometendo a missão da universidade, com a possibilidade até de causar impactos negativos novos investimentos na instituição.

A evasão também está diretamente ligada às políticas de permanência e, a UFJF oferece algumas modalidades de auxílio à permanência, como bolsas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio transporte e auxílio creche. Embora a UFJF disponha de recursos diversos, há uma carência evidente de políticas específicas voltadas para a permanência desse grupo de estudantes.

No contexto administrativo, é necessário que as Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD) e de Apoio Estudantil (PROAE) e DIAAF, trabalhem em conjunto para mitigar os desafios à permanência.

A PROGRAD possui a missão de fomentar a formação de profissionais com excelência acadêmica e profissional, preservando o bem público mediante a formulação e a aplicação de critérios baseados na legislação, diretrizes, normas e regulamentações educacionais.

No que se refere às questões pedagógicas como fator de evasão, é importante que a PROGRAD analise seus processos de avaliação e burocráticos, os quais podem impor dificuldades adicionais aos estudantes. Por exemplo, a alocação de servidores responsáveis por determinados cursos na gestão de estágios pode representar um obstáculo para os alunos que dependem dessa fonte de renda para dar prosseguimento ao curso.

A PROAE é a Pró-reitoria dedicada à formulação, implantação, gestão e acompanhamento de ações institucionais de assistência estudantil. Por assistência estudantil, compreende-se o enfrentamento de demandas socioeconômicas dos discentes, bem como o enfrentamento de demandas psicopedagógicas, com o objetivo de que os alunos possam se sentir acolhidos e reconhecidos em suas singularidades.

A Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF) foi instituída em 2014, mas somente em 2024 teve suas atribuições formalizadas por meio da Portaria nº 133/2024 da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), que também vinculou o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI). Esse ato normativo representou um marco para a universidade, pois consolidou a DIAAF como órgão central na proposição e articulação de políticas que promovem a convivência cidadã e a valorização da diversidade. Nesse escopo, passaram a integrar suas responsabilidades o desenvolvimento de ações voltadas às questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade, tradições culturais, vulnerabilidades socioeconômicas, entre outras dimensões que atravessam a vida acadêmica.

Nessa perspectiva, a Portaria 133/2024 detalha as competências da DIAAF, estabelecendo diretrizes fundamentais para a promoção da diversidade e inclusão no âmbito da UFJF. Entre elas, destacam-se a formulação de diretrizes relacionadas à Política de Cotas (Lei n. 12.711/2012), a criação de estratégias de acompanhamento dos estudantes cotistas, a articulação de ações de sensibilização e mobilização da comunidade acadêmica, bem como o fomento à inclusão e acessibilidade em todos os segmentos da universidade. Além disso, a DIAAF também é incumbida de estimular a presença de estudantes negros, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação e em programas de intercâmbio, alinhando-se às normativas do Ministério da Educação. Tais competências, ao mesmo tempo em que organizam o papel

institucional da Diretoria, revelam sua centralidade na consolidação de políticas de permanência.

Essas competências não apenas refletem um compromisso institucional com a promoção da equidade, mas também servem como fundamento para a implementação de ações voltadas à permanência dos alunos negros na UFJF. Nesse sentido, observa-se que as diretrizes da Portaria 133/2024 se articulam com a Lei 12.711/2012 e suas atualizações, como a Lei 14.723/2023 — revisão da Lei de Cotas — e com o Decreto 11.781/2023, que redefine os critérios de renda para o enquadramento nas cotas. Cabe destacar ainda que a portaria formaliza a vinculação do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) à Diretoria, reforçando o caráter institucional do compromisso com a diversidade e a inclusão.

Em síntese, a DIAAF tem como objetivo promover e implementar políticas que favoreçam a igualdade, bem como o reconhecimento e a inclusão das diferenças e diversidades. A diretoria vem atuando em três eixos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFJF, que está em vigência desde 2022 até 2027.

O acompanhamento e avaliação da política de cotas na graduação e pós-graduação consiste entre outras atividades no levantamento de vagas oferecidas, no acompanhamento do número de vagas preenchidas e a taxa de ocupação geral dos cursos dos anos a que se refere o PDI.

A implementação de conteúdos étnico-raciais nos currículos dos cursos de graduação trata do levantamento das disciplinas e conteúdos curriculares que atendam às Leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), incluindo a obrigatoriedade das temáticas história e cultura afro-brasileira e africana e história e cultura afro-brasileira e indígena.

Com base nos relatórios de gestão, a DIAAF realizou uma série de ações entre 2016 e 2021 com o objetivo de promover a diversidade e inclusão na instituição. As ações abrangeram diferentes grupos, como pessoas com deficiência, negros, indígenas, pessoas trans e a comunidade LGBTQIAPN+<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> LGBTQIAPN+: sigla que representa lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, pessoas não binárias e outras identidades de gênero e orientações sexuais que fogem da norma cisheterossexual.

As ações da Diretoria voltadas para a temática étnico-racial, entre outras foram:

- i. criação da ouvidoria especializada em ações afirmativas criada em 2016 para receber denúncias de discriminação;
- ii. a DIAAF organizou a Semana da Consciência Negra em Juiz de Fora em 2016 e na UFJF em 2018, 2019 e 2020, buscando conscientizar sobre a importância da data, valorizar a cultura afro-brasileira e debater a situação da população negra;
- iii. criação do Grupo de Trabalho “Cotas na Pós-graduação” em 2016 para elaborar políticas de ações afirmativas para a pós-graduação;
- iv. promoção do I Encontro de Pesquisadores/as e Estudantes Negros/as da UFJF em 2019;
- v. criação do Programa de Extensão "Encontro Temático da Comunidade Negra de Juiz de Fora", iniciado em 2019 e continuado em 2020 e 2021, visa fortalecer o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) e promover debates sobre questões étnico-raciais, com a participação de professores, pesquisadores e estudantes negros da UFJF e de outras instituições;
- vi. comissão de heteroidentificação, criada em 2018 e reorganizada em 2019, a Comissão analisa a autodeclaração racial de candidatos às vagas reservadas para negros na UFJF, buscando garantir a lisura do processo de ingresso. A DIAAF coordenou a comissão e ofereceu oficinas de formação para os seus membros, além de analisar recursos de candidatos que tiveram suas autodeclarações indeferidas;
- vii. criação do Fórum Permanente de Ações Afirmativas da UFJF em 2017, com grupos de trabalho sobre diferentes temas como relações étnico-raciais, identidade de gênero, acessibilidade, direitos humanos e vulnerabilidade social;
- viii. criação do Projeto de Acolhimento e Acompanhamento Acadêmico para estudantes cotistas em 2018, com a oferta de bolsas de tutoria;
- ix. a DIAAF participou ativamente do Conselho Municipal para a Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), representando a UFJF e contribuindo para a promoção da igualdade racial em Juiz de Fora.

A DIAAF reconhece o NEAB como o principal responsável por ações de ensino, pesquisa e extensão sobre relações étnico-raciais e a cultura afro-brasileira. Em 2019 e 2020, a DIAAF se reuniu com coletivos negros e professores negros para fortalecer o núcleo.

A implementação das cotas raciais nas instituições públicas de ensino superior representa uma conquista histórica do Movimento Negro, que lutou por décadas pela inclusão efetiva da população negra no espaço acadêmico. Denúncias de fraudes em

autodeclarações raciais têm evidenciado a necessidade de mecanismos de verificação, levando à criação das bancas de heteroidentificação, instâncias responsáveis por validar a autodeclaração racial com base em critérios fenotípicos.

Na UFJF, através da DIAAF, essas bancas têm atuado em diferentes etapas dos processos seletivos, tanto na graduação quanto na pós-graduação stricto sensu, bem como em concursos públicos. Sua atuação ocorre em três frentes principais: análise de denúncias recebidas pela ouvidoria especializada; verificação de candidatos no momento da matrícula em cursos de graduação e pós-graduação; e validação da autodeclaração antes da convocação de aprovados em concursos públicos.

A atuação dessas comissões está regulamentada por normativas institucionais específicas, como a Resolução nº 19, de 18 de maio de 2021, do Conselho Setorial de Graduação, que prevê a gravação em áudio e vídeo das bancas e a análise de características fenotípicas como cor da pele, textura do cabelo e traços faciais. Na pós-graduação, a Resolução nº 67, de 28 de outubro de 2021, do Conselho Superior, estabelece diretrizes semelhantes, enquanto a Resolução nº 38, de 2 de agosto de 2021, normatiza a atuação das bancas nos concursos públicos da instituição. Esses dispositivos demonstram o esforço institucional da UFJF para assegurar a efetividade da política de ações afirmativas.

Ao longo dos anos, a DIAAF demonstrou um compromisso consistente com a promoção da diversidade e inclusão na UFJF, atuando em diferentes frentes e implementando políticas e ações para a inclusão de diversos grupos. A Diretoria vem atuando como um importante ator na construção de um ambiente universitário mais justo e igualitário, trabalhando em conjunto com outros setores da universidade e com a comunidade externa.

Para assegurar uma atuação institucional mais coordenada e mais eficaz, é necessário que as informações acerca da permanência dos estudantes negros sejam compartilhadas entre os setores da UFJF envolvidos nos processos de matrícula, apoio estudantil, gestão da informação, entre outros.

Durante o processo de coleta de dados, a partir de uma conversa informal com servidores da instituição, identificou-se a possibilidade de haver um problema no fluxo de informações em dois setores diretamente envolvidos com as políticas de

permanência de estudantes negros. Observou-se que não há registros sistematizados que evidenciem claramente quais ações foram ou estão sendo implementadas, o que dificulta não apenas o mapeamento dessas iniciativas, mas também a avaliação de sua efetividade e continuidade.

Diante dessa lacuna, optou-se por aprofundar a investigação após a etapa de qualificação, com o apoio das entrevistas com gestores, conforme descrito na seção 3.4 - Percurso Metodológico, buscando compreender os processos de comunicação institucional e verificar a existência, a natureza e a sistematização das ações voltadas para a permanência estudantil.

Os dados acerca da evasão, levando em conta a autodeclaração racial dos estudantes pode ser obtida por meio de uma solicitação à Coordenação de Registros Acadêmicos (CDARA) da UFJF, com apoio do Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO) e pretende-se realizar a solicitação e gestão desses dados ao decorrer da pesquisa.

Assim, para investigar a permanência dos estudantes negros nos cursos de graduação da UFJF, são demonstradas, na próxima seção, o cenário institucional da universidade com relação ao fenômeno da evasão.

## 2.3 PERMANÊNCIA E EVASÃO NA UFJF

O fenômeno da evasão não possui consenso com relação ao seu conceito. Gaioso (2005) reflete que a evasão é conceituada como interrupção no ciclo de estudos. Já a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (Brasil, 1996) define evasão como a saída do aluno de seu curso de origem, sem tê-lo concluído.

A partir de três marcos legais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a institucionalização do Sistema de Avaliação da Educação Superior, a partir de 2004, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2007, Coimbra *et al* (2021) assegura que:

Inicialmente, é constatável que a maioria das definições usa expressões diferentes, mas alinha-se na descrição da evasão como sendo simplesmente a perda de vínculo, a saída da instituição, o

abandono do curso, o desligamento - do curso, instituição ou sistema, sejam eles atos voluntários ou não (Coimbra *et al*, 2021, p.7)

Assim, percebe-se que permanência de estudantes no ensino superior não depende apenas do desempenho acadêmico individual, mas está fortemente relacionada às condições sociais, econômicas, culturais e institucionais que moldam suas trajetórias. Nesse sentido, a gestão integrada assume papel estratégico ao articular ações de diferentes setores da universidade – na administração superior através da PROAE, PROGRAD, PROSDAV e DIAAF. Nas unidades acadêmicas com as coordenações de curso e com os discentes por meio do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Diretórios Acadêmicos (DAs) e Centros Acadêmicos (CAs) – com vistas à construção de políticas coerentes, intersetoriais e sensíveis às especificidades dos estudantes.

A análise das taxas de evasão ao longo dos anos constitui um importante indicador para compreender os desafios enfrentados pelos estudantes na trajetória acadêmica. A evasão, caracterizada pela interrupção definitiva do vínculo do estudante com a instituição, pode ser influenciada por diversos fatores, como dificuldades socioeconômicas, insuficiência de políticas de permanência, questões acadêmicas e subjetivas.

Dessa forma, uma gestão integrada favorece a produção de diagnósticos mais precisos, a definição de prioridades institucionais e o monitoramento contínuo dos indicadores de evasão, retenção e conclusão. Dias Sobrinho (2010) aborda a integração da gestão do ensino superior de uma perspectiva que entende que o direito social à educação pode ser observado por diferentes prismas, assegurando que a educação deve ser vista e organizada como um sistema articulado.

Por outro lado, uma gestão fragmentada tende a tratar os desafios da permanência de forma pontual e desarticulada, o que dificulta a identificação de situações de risco e a proposição de intervenções eficazes. Dias Sobrinho (2010) pondera que a qualidade da educação superior não pode ser pensada sem considerar como cada instituição se posiciona em seu âmbito interno e em seus vínculos com o entorno mais próximo.

No caso dos estudantes negros, a gestão integrada pode ser ainda mais necessária, uma vez que os desafios enfrentados por esse grupo podem envolver,

além de barreiras socioeconômicas, o racismo estrutural. Dias Sobrinho (2010) argumenta tratar equidade como um valor cuja aplicação tende a diminuir as desigualdades sociais.

Nesse sentido, atores institucionais deveriam empreender esforços para interromper esse círculo vicioso de desigualdade socioeducativa. Além disso, a articulação entre políticas afirmativas, ações de apoio acadêmico, acolhimento e formação antirracista de servidores e docentes pode contribuir decisivamente para a construção de um ambiente universitário mais justo, inclusivo e comprometido com a equidade racial. Acerca desse engajamento da comunidade universitária, bem como da sociedade como um todo, esta dissertação adota uma visão que corrobora com Dias Sobrinho (2010):

Um sistema educativo que reforça os preconceitos e amplia a marginalização social não pode ser de qualidade, do ponto de vista dos princípios de bem público e equidade. Uma sociedade que nega a oferta de educação de qualidade para todos é uma sociedade injusta e democraticamente pouco desenvolvida. A educação de qualidade reservada a uma pequena elite pode interessar a alguns aspectos do mercado mais exigente e que requer tecnologias de ponta e conhecimentos de refinado desenvolvimento, mas não ajuda a promover a justiça social (Dias Sobrinho, 2010, p. 1231).

Nesse sentido, esta pesquisa surge da necessidade de compreender os desafios que impactam a permanência dos estudantes negros na UFJF, em diálogo com as políticas públicas de acesso ao ensino superior. Considerando que a evasão desses alunos contribui para a perpetuação das desigualdades sociais e econômicas, o estudo se justifica por sua relevância social. Além disso, essa dissertação busca mapear as políticas em curso.

A urgência do estudo fica evidente nos dados do Inep (2022) sobre a evasão dos estudantes de ensino superior evidenciam a gravidade do problema: a taxa de desistência acumulada aumentou de 11% em 2013 para 58% em 2022, mantendo-se elevada desde 2018, quando já atingia 54%. No caso das instituições públicas de ensino superior, os índices seguiram uma trajetória semelhante, passando de 8% em 2013 para 52% no último Censo Universitário, realizado em 2022.

Vale ressaltar que, para dar conta dos objetivos, definiu-se o recorte temporal de 2018 a 2023 foi definido com base em critérios metodológicos e de relevância

analítica para a presente pesquisa. Esse marco inicial permite captar os efeitos dessas políticas sobre a permanência dos estudantes ao longo do tempo. Esse intervalo temporal contempla, ainda, os impactos da pandemia da COVID-19, o que confere à análise uma dimensão crítica sobre os efeitos de crises sanitárias e sociais na trajetória acadêmica de estudantes, sobretudo daqueles pertencentes a grupos historicamente vulnerabilizados, como os estudantes negros.

Optou-se pelo uso de tabelas e gráficos, uma vez que eles proporcionam uma análise mais abrangente e acessível dos indicadores de permanência e evasão de estudantes da UFJF segundo a variável étnico-racial.

As tabelas permitem detalhar os valores absolutos de ingressantes, concluintes e evadidos em cada ano, favorecendo a observação precisa das quantidades e a comparação entre grupos específicos. Sobre a utilização de tabelas Marconi e Lakatos (2001) asseguram que:

É bom auxiliar na apresentação dos dados, uma vez que facilita, ao leitor, a compreensão e interpretação rápida da massa de dados, podendo, apenas com uma olhada, apreender importantes detalhes e relações. Todavia seu propósito mais importante é ajudar o investigador na distinção de diferenças, semelhanças e relações, por meio da clareza e destaque que a distribuição lógica e a apresentação gráfica oferecem às classificações (Marconi, Lakatos, 2001, p.170)

Os gráficos, por sua vez, possibilitam a visualização das tendências ao longo do tempo, facilitando a identificação de padrões, flutuações e disparidades entre os diferentes grupos étnico-raciais. Essa dissertação utiliza os conceitos de Marconi e Lakatos (2001), que asseguram:

Gráficos são figuras que servem para a representação dos dados. O termo é usado para grande variedade de ilustrações: gráficos, esquemas, mapas, diagramas, desenhos etc. Os gráficos, utilizados com habilidade, podem evidenciar aspectos visuais dos dados, de forma clara e de fácil compreensão. Em geral, são empregados para dar destaque a certas relações significativas. A representação dos resultados estatísticos com elementos geométricos permite uma descrição imediata do fenômeno (Marconi, Lakatos, 2001, p.171).

Assim, o uso conjunto dessas duas formas de representação contribui para uma análise quantitativa mais clara e fundamentada, alinhando-se à proposta desta

pesquisa de evidenciar, com base em dados, possíveis desafios enfrentados por estudantes negros na trajetória acadêmica no ensino superior.

Os dados que subsidiam essa análise são apresentados a seguir e foram obtidos junto à CDARA da UFJF e despersonalizados de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) pelo CGCO. A metodologia foi aprovada pelo Comitê de Ética<sup>4</sup> da instituição. A coleta e o tratamento das informações respeitaram os critérios de sigilo e ética na pesquisa com dados sensíveis, conforme detalhado na seção de metodologia.

A Tabela 1 evidencia a distribuição de estudantes negros ingressantes, concluintes e evadidos nos cursos de graduação da UFJF, no período de 2018 a 2023. O recorte étnico-racial contempla estudantes autodeclarados pretos e pardos, conforme os registros institucionais. Os dados permitem observar o comportamento desses três indicadores ao longo dos anos, oferecendo subsídios para a análise da permanência dos estudantes negros na instituição.

Tabela 1 - Ingresso, conclusão e evasão de estudantes negros na UFJF

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Ingressantes	761	982	884	818	693	716
Concluintes	213	228	189	196	373	353
Evadidos	297	342	387	347	415	278

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pela instituição (2025)

Ao analisar os dados da Tabela 1, nota-se uma oscilação no número de ingressantes negros, com um pico em 2019 (982 estudantes) e uma leve redução nos anos subsequentes, chegando a 716 ingressantes em 2023. No entanto, o número de concluintes apresentou crescimento a partir de 2022. A evasão, por sua vez, manteve o patamar durante todo o período, atingindo seu ponto mais alto em 2022 (415 estudantes evadidos) e caindo para 278 em 2023. A Tabela 2 apresenta a distribuição de estudantes de outros grupos étnico-raciais<sup>5</sup> – excluindo os estudantes negros – ingressantes, concluintes e evadidos na UFJF, entre 2018 e 2023. Esses dados possibilitam uma análise comparativa entre os dois grupos de estudantes,

<sup>3</sup>O processo foi aprovado e tem o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 86317125.4.0000.5147.

<sup>5</sup>Outros grupos étnico-raciais se referem as autodeclarações pertencentes as etnias: amarela, branca, indígena ou outra de acordo com a informação enviada pelos estudantes.

contribuindo para a identificação de possíveis desigualdades raciais no que se refere ao acesso, à permanência e à conclusão dos cursos de graduação. A distinção entre os grupos étnico-raciais é fundamental para avaliar a efetividade das ações afirmativas e das políticas de permanência adotadas pela universidade no período.

Tabela 2 - Ingresso, conclusão e evasão de outros grupos étnico-raciais na UFJF

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Ingressantes	1213	1474	1713	1616	1487	1524
Concluintes	498	498	337	362	590	620
Evadidos	422	450	533	497	599	465

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pela instituição (2025)

Os dados da Tabela 2 demonstram que, embora o número absoluto de ingressantes e concluintes de outras etnias seja consistentemente superior ao dos estudantes negros, os padrões de evasão também são preocupantes. A evasão entre estudantes de outras etnias também alcança picos elevados, como os 599 estudantes em 2022. No entanto, proporcionalmente, os dados demonstram que estudantes negros enfrentam maior vulnerabilidade no percurso até a conclusão, o que reforça a importância de políticas direcionadas e com recorte racial bem definido.

A comparação dos dados evidencia desigualdades estruturais persistentes e aponta para a necessidade de fortalecer ações afirmativas visando a permanência e na conclusão do ensino superior. Essa análise quantitativa será aprofundada após a qualificação em diálogo com os marcos legais e institucionais da UFJF, bem como com o depoimento de estudantes e gestores, visando compreender os fatores que impactam diretamente a trajetória acadêmica da população negra na universidade.

A análise dos anos de 2020, 2021 e 2022 se mostra ainda mais relevante quando considerados os impactos decorrentes da pandemia de COVID-19, que afetou diretamente o funcionamento das universidades públicas em todo o país. Esses dados sugerem um agravamento dos desafios relacionados à permanência estudantil e à conclusão dos cursos, possivelmente agravado pelos efeitos da pandemia, que impôs mudanças abruptas na rotina acadêmica, dificuldades de acesso às atividades remotas e fragilização do vínculo institucional, especialmente entre os estudantes em situação de maior vulnerabilidade.

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade dos impactos da pandemia de COVID-19 no ensino superior brasileiro, especialmente nas instituições públicas. A necessidade de manutenção das atividades remotas, as incertezas quanto ao retorno presencial e os desafios socioeconômicos enfrentados por parte dos estudantes contribuíram para acentuar as dificuldades relacionadas à permanência e à conclusão dos cursos.

Nesse cenário, os dados referentes ao número de ingressantes, concluintes e evadidos permitem observar os efeitos prolongados da crise sanitária sobre o fluxo acadêmico, oferecendo elementos importantes para compreender o comportamento das taxas de evasão e formatura no período pós-2020.

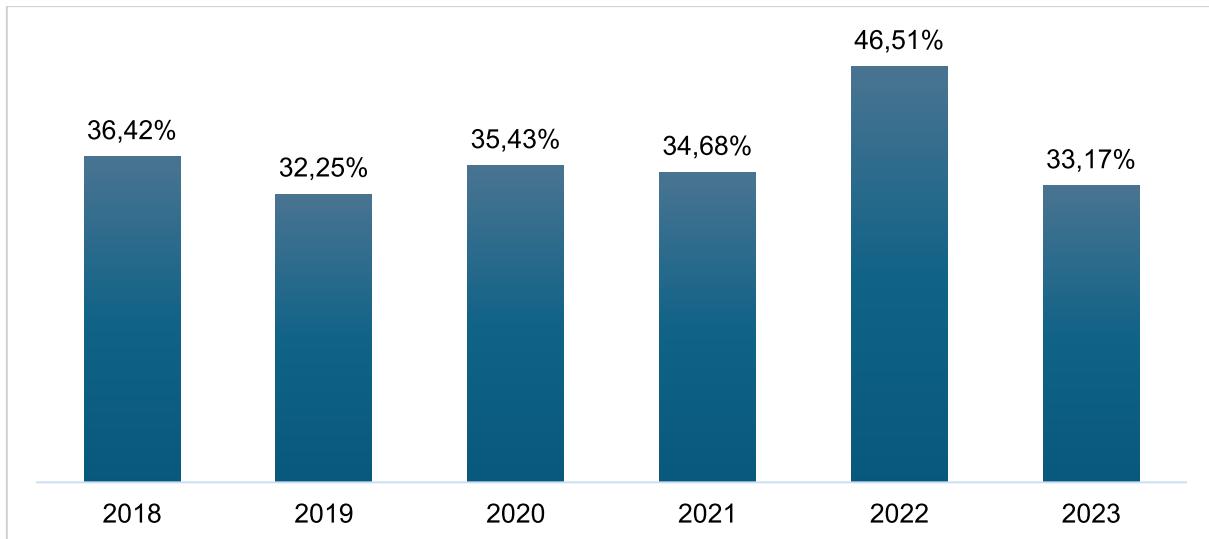
O estudo investiga, entre outras razões, se essa variação está relacionada a fatores ligados à gestão da informação na instituição ou se houve represamento de dados durante a pandemia de COVID-19.

Essa hipótese se justifica a partir da análise do comportamento atípico da taxa de evasão no ano de 2022, que se destaca dos demais anos do período observado. Considerando o contexto da pandemia, entre 2020 e 2021, existe a possibilidade de que a rotina administrativa das universidades — incluindo os fluxos de registro, processamento e divulgação de dados sobre matrícula e evasão — tenha sido impactada.

Nesse sentido, esta dissertação investiga se há a possibilidade de que parte dos dados referentes a evasões ocorridas nesses anos tenha sido represada ou processada com atraso, sendo contabilizada apenas em 2022. Além disso, a hipótese também considera eventuais limitações ou inconsistências nos sistemas de informação da instituição, o que poderia afetar a forma como os dados são coletados, organizados e disponibilizados para análise.

A fim de ilustrar a evolução do fenômeno da evasão, o gráfico 1 apresenta a taxa de evasão na UFJF no período de 2018 a 2023. A análise desses dados possibilita identificar tendências e avaliar o impacto das ações institucionais voltadas à permanência estudantil. Além disso, ao observar variações nas taxas ao longo dos anos, é possível levantar hipóteses sobre a efetividade das políticas de assistência estudantil e a necessidade de aprimoramento das estratégias de suporte acadêmico e social.

Gráfico 4 - Taxas de evasão entre os anos de 2018 e 2023 na UFJF

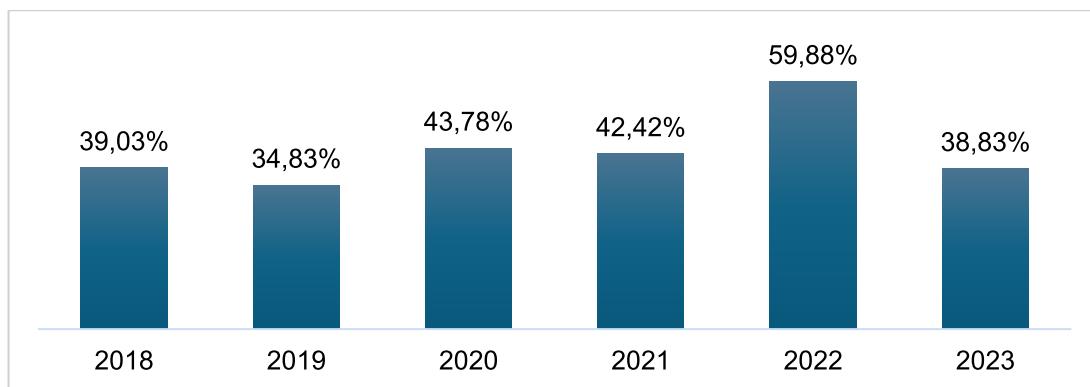


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pela instituição (2025)

O Gráfico 1 evidencia que a taxa de evasão dos estudantes de graduação da UFJF se manteve relativamente estável ao longo do período analisado, com exceção de 2022, quando se observa um aumento.

Já o Gráfico 2 apresenta a taxa de evasão dos alunos negros no período de 2018 a 2023, possibilitando uma comparação com a evasão geral e uma reflexão sobre a efetividade das ações institucionais voltadas à permanência desse grupo (estudantes negros). A análise desses dados permite avaliar possíveis oscilações nas taxas ao longo dos anos e levantar hipóteses sobre fatores que possam ter influenciado tais variações.

Gráfico 5 - Taxas de evasão dos alunos negros entre de 2018 a 2023

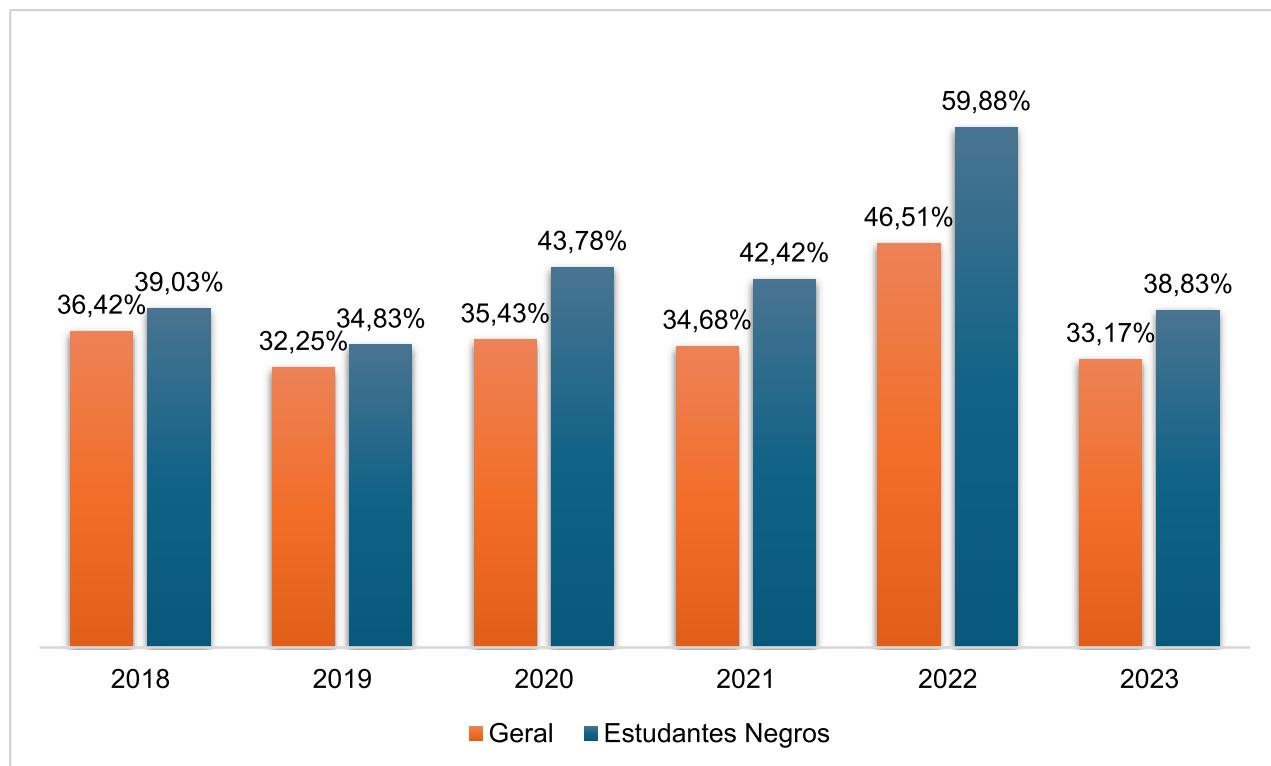


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pela instituição (2025)

Assim como na taxa de evasão geral, a evasão entre estudantes negros na UFJF apresentou um pico em 2022, atingindo 59,88% em relação aos ingressantes daquele ano. Esse aumento ocorre no contexto do menor número de ingressantes na série histórica analisada.

Dessa forma, a comparação entre a taxa de evasão geral da UFJF e a taxa de evasão dos estudantes negros permite uma análise mais aprofundada das desigualdades na permanência no ensino superior. O gráfico 3 apresenta essa relação ao longo do período de 2018 a 2023, evidenciando possíveis discrepâncias entre os grupos. A identificação de diferenças significativas entre as taxas pode indicar a necessidade de políticas institucionais mais direcionadas para garantir a permanência e a conclusão da graduação por parte dos estudantes negros. Além disso, a análise desses dados contribui para a compreensão dos desafios estruturais enfrentados por esse grupo e da efetividade das ações afirmativas implementadas pela universidade.

Gráfico 6 - Taxas de evasão da UFJF e taxa de evasão dos estudantes negros

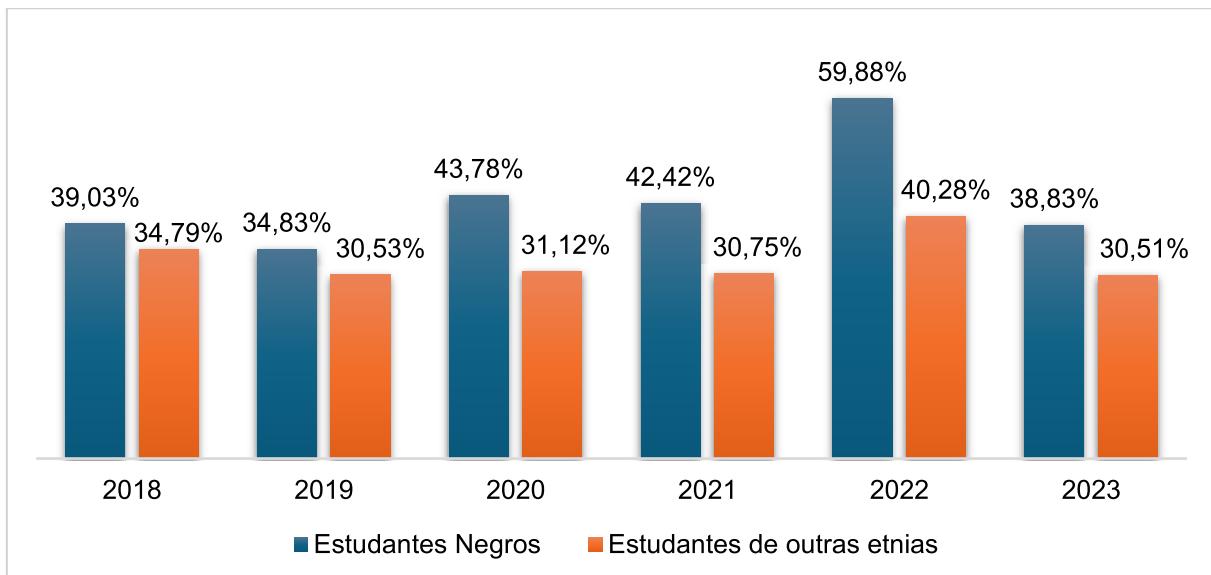


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pela instituição (2025)

A partir da análise do Gráfico 3, é possível observar que embora a universidade tenha avançado na adoção de ações afirmativas, os dados indicam que ainda existem obstáculos para garantir que os estudantes negros não apenas ingressem, mas também permaneçam e se formem com sucesso. É importante que a gestão da universidade reforce o acompanhamento e a avaliação contínuos dessas políticas, ajustando-as conforme necessário para minimizar as desigualdades e promover a equidade no acesso e permanência.

Os dados demonstram uma taxa de evasão mais alta entre os estudantes negros quando comparados com os índices de seus pares de outras etnias.

Gráfico 7 - Evasão dos estudantes negros e de outros grupos étnico-raciais reunidos



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pela instituição (2025)

Nesse cenário, uma comparação adicional, apresentada no gráfico 4, evidencia as diferenças nas taxas de evasão entre os estudantes negros e os estudantes de outras etnias (agrupadas). Esse gráfico permite uma análise mais detalhada das especificidades e das possíveis desvantagens enfrentadas por esses grupos dentro da universidade.

Além disso, a partir das informações fornecidas pela Coordenação de Registros Acadêmicos (CDARA), foi possível detalhar a distribuição da evasão por curso de graduação, no período de 2018 a 2023 (Apêndice A). Os dados complementam a análise anterior, permitindo observar diferenças entre áreas de conhecimento e

identificar cursos com maiores e menores índices de permanência. Tal detalhamento nos auxilia a compreender de que maneira a evasão se manifesta de forma diferenciada na estrutura acadêmica da UFJF, a fim de subsidiar a formulação de estratégias específicas de acompanhamento.

Dessa forma, a análise desenvolvida neste capítulo evidencia a relevância das políticas afirmativas e de gestão institucional para o enfrentamento da evasão e a promoção da permanência de estudantes negros na UFJF. Contudo, os dados apresentados indicam que compreender a permanência e a evasão exige não apenas um olhar quantitativo, mas também uma fundamentação conceitual mais aprofundada. Nesse sentido, o Capítulo 3 retoma e discute as principais abordagens teóricas sobre esses conceitos, oferecendo subsídios para a análise crítica dos resultados desta pesquisa.

### **3. PERMANÊNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Dando sequência à discussão apresentada no capítulo anterior, este capítulo aprofunda a análise da permanência e da evasão de estudantes negros nos cursos de graduação da UFJF, articulando conceitos fundamentais para a compreensão do fenômeno. Busca-se, assim, associar os dados quantitativos já apresentados a uma reflexão teórica e metodológica que possibilite compreender, em maior profundidade, os desafios enfrentados por esse grupo no ensino superior. Para tanto, a seção 3.1 aborda as perspectivas teóricas sobre exclusão, raça e educação; a seção 3.2 discute o racismo estrutural e sua relação com a educação; a seção 3.3 trata o racismo institucional; a seção 3.4 aborda a questão da equidade e das ações afirmativas; a seção 3.5 analisa os conceitos de evasão e permanência; a seção 3.6 descreve o percurso metodológico da pesquisa; e a seção 3.7 apresenta a análise da pesquisa de campo.

Esta investigação busca evidenciar os conceitos fundamentais para compreender como a UFJF se posiciona em relação à permanência de alunos negros nos cursos de graduação. A partir da análise desses conceitos, a pesquisa busca evidenciar as práticas, políticas e estratégias institucionais que podem impactar a vivência e a trajetória acadêmica desses estudantes. Esses fundamentos serão essenciais para interpretar os dados coletados e sustentar as análises realizadas nos capítulos seguintes.

Esses conceitos contextualizam a realidade dos alunos negros na instituição e permitem uma reflexão crítica sobre as ações de permanência em curso. A partir desses aspectos, o estudo pretende oferecer uma base teórica sólida que sirva de suporte para a análise das iniciativas existentes e para a proposição de novas ações que possam contribuir para a permanência desse grupo de alunos na UFJF.

#### **3.1 RAÇA, EXCLUSÃO E PERMANÊNCIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS**

A compreensão da permanência de estudantes negros na universidade exige um olhar que vá além dos indicadores quantitativos e das políticas institucionais de apoio. Trata-se de reconhecer que a experiência de permanecer é atravessada por

dimensões históricas, sociais e subjetivas que refletem a estrutura desigual da sociedade brasileira. Nesse sentido, o referencial teórico que sustenta esta análise articula diferentes autores que discutem a exclusão social, o racismo e a educação emancipadora, permitindo uma leitura mais ampla das trajetórias dos estudantes.

Nessa perspectiva, Sawaia (2017) contribui ao compreender a exclusão social como um processo complexo, que envolve simultaneamente aspectos materiais, políticos e simbólicos. Para a autora, a exclusão não é uma falha do sistema, mas parte constitutiva de seu funcionamento, manifestando-se de forma sutil nas relações e nos sentimentos dos indivíduos. Essa concepção ajuda a perceber como os estudantes negros podem vivenciar, mesmo dentro do espaço universitário, formas simbólicas e cotidianas de exclusão.

Dialogando com essa concepção, Gomes (2019) aborda que o Movimento Negro construiu novos enunciados para explicar como o racismo brasileiro opera, tanto na estrutura do Estado quanto na vida cotidiana. Nessa perspectiva, a educação foi o campo escolhido pela autora em suas reflexões pelo fato de ser um direito social conquistado pelos grupos não hegemônicos no Brasil.

Dessa maneira, Gomes (2019) argumenta que o Movimento Negro constrói um saber emancipatório, buscando subverter a relação entre a lógica da branquitude e o conhecimento. Nesse sentido, a autora reflete sobre a intervenção do Movimento Negro na luta pela presença de jovens negros nas universidades:

No entanto, a eficácia da intervenção do Movimento Negro na luta pela presença de jovens negros via cotas raciais na universidade corre o risco de ficar comprometida. Isso poderá acontecer se o movimento não questionar com profundidade a própria universidade pública brasileira enquanto instituição responsável pela produção do conhecimento. É preciso descolonizar os currículos e o conhecimento. Há também outras questões como os processos reguladores do sistema de Ensino Superior brasileiro como, por exemplo, os currículos, a distribuição e oferta das disciplinas, as bolsas de pesquisa e de extensão, a abertura de vagas para professores negros universitários em atendimento à Lei 12.990/2014, a necessidade do aumento de vagas, o número alto de vagas ociosas. A destinação desigual dos recursos públicos para as diferentes áreas de conhecimento, entre outros, que precisam ser equacionadas junto com as políticas de cotas (Gomes, 2019, p. 82).

A partir dessa reflexão, fica evidenciada a preocupação da autora com a permanência de estudantes negros e sua possível entrada na pós-graduação, já que, em sua visão, as estruturas de regulação têm caráter colonial e conservadora. Assim, Gomes (2019) evidencia que o Movimento Negro tem desempenhado um papel fundamental como sujeito político e pedagógico na construção de saberes e práticas que desafiam o racismo institucional. Refletindo as estratégias de resistência e afirmação identitária que sustentam a permanência dos estudantes negros na universidade.

Nessa mesma direção, Bento (2022) aprofunda a discussão ao revelar a existência do pacto da branquitude, um acordo implícito que preserva privilégios e naturaliza desigualdades raciais nas instituições. Essa noção é importante para compreender as barreiras invisíveis e as sutilezas do racismo que atravessam o cotidiano das instituições e influenciam as experiências de pertencimento.

Assim, o diálogo entre as autoras permite compreender a permanência como um fenômeno que não se limita ao acesso ou à assistência material, mas que envolve o enfrentamento das desigualdades raciais e a construção de relações pedagógicas e institucionais pautadas na equidade e no reconhecimento da diversidade.

### 3.2 RACISMO ESTRUTURAL

Esta seção trata do racismo estrutural e sua relação com a educação, bem como os conceitos e as possíveis causas desse fenômeno apresentadas na literatura.

A partir do conceito de raça, desenvolvido historicamente em um contexto marcado por interesses de dominação, consolidou-se o racismo como ideologia que justifica comportamentos, valores e práticas discriminatórias. A noção de que diferenças biológicas poderiam ser associadas a atributos morais, psicológicos, intelectuais e culturais foi utilizada para sustentar a hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores. Nesse sentido, Almeida (2019) ressalta que raça não é um termo estático, mas um conceito situado nas circunstâncias históricas em que é mobilizado, servindo de pano de fundo para a reprodução de dinâmicas de poder, conflito e decisão.

A ideia de raça, segundo Quijano (2005), foi construída historicamente como um instrumento de dominação, ao hierarquizar povos e legitimar a inferiorização dos

colonizados. Esse foi o primeiro critério para hierarquização da população mundial, podendo ser considerado o instrumento mais eficaz e duradouro de dominação.

Essa lógica de dominação, enraizada desde o período colonial, não apenas perdurou ao longo do tempo, mas se solidificou nas instituições sociais, culturais, políticas e econômicas. Uma das manifestações mais evidentes dessa discriminação étnico-racial corresponde ao racismo estrutural, Bersani (2017) conceitua como:

o sistema de opressão cuja ação transcende a mera formatação das instituições, eis que perpassa desde a apreensão estética até todo e qualquer espaço nos âmbitos público e privado, haja vista ser estruturante das relações sociais e, portanto, estar na configuração da sociedade, sendo por ela naturalizado (Bersani, 2017, p. 381).

Nesse cenário, as dimensões de inferiorização impostas pelo racismo vão além das questões fenotípicas, passando pela educabilidade, civilidade e pelos aspectos mental e cultural, como demonstra Veiga (2019):

Por sua vez, a desqualificação e subalternização se fez largamente na representação estética das crianças negras e pobres, presente em ilustrações de textos escolares, conteúdo de músicas e literatura infantil, conteúdos de História, temáticas das festas escolares, entre outros. De modo crescente e abrangente, consolidava-se, também pela escola, o entendimento de que havia uma estética branca superior, e que tudo o que não se assemelhava a ela, era feio, um feio também associado ao degradante e imoral, ao irracional (Veiga, 2019 p. 73).

Essa representação, internalizada na infância, pode perpetuar estereótipos que afetam a autoestima e a relação dos estudantes negros com o ambiente escolar. Almeida (2019) reflete que analisar o racismo a partir da perspectiva estrutural o desdobra em dois processos: político e histórico. Além disso, Almeida (2019, p.33) assegura que:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição.

Diante dessa compreensão, torna-se evidente a necessidade de instituições capazes de romper com esse ciclo. A educação, nesse contexto, pode ser entendida como agente de mudança que busca formar cidadãos ativos e conscientes, Bersani (2017) defende uma visão de educação que vai além do ensino tradicional de conhecimentos técnicos e teóricos, propondo um processo formativo que estimule o pensamento crítico e a capacidade de transformação social, como assegura Almeida (2019) que a reprodução de práticas racistas acontece nas ordens política, econômica e jurídica da sociedade, se manifestando como desigualdade em cada um desses aspectos.

Nesse sentido, ao relacionar o racismo estrutural com o direito à educação, é necessário observar tanto o acesso à educação, quanto a permanência. Dessa maneira, essa pesquisa reflete sobre a permanência de estudantes negros e, como a UFJF lida com essa questão.

Isto posto, é importante pensar as políticas públicas para além das políticas universais, que tem seu fundamento na concepção de igualdade. Em face das diferentes necessidades dos sujeitos, surge o conceito de equidade.

A literatura apresentada demonstra que o racismo estrutural não se restringe a práticas discriminatórias individuais, mas constitui um mecanismo de reprodução de desigualdades que atravessa as dimensões políticas, econômicas, culturais e educacionais da sociedade. Ao naturalizar hierarquias raciais e legitimar privilégios historicamente construídos, Almeida (2019) argumenta que esse sistema impõe barreiras concretas às pessoas negras, inclusive no que diz respeito à permanência da população negra no ensino superior. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender como essas dinâmicas, enraizadas na estrutura social, se manifestam nas práticas institucionais que, muitas vezes de forma velada ou não intencional, comprometem a trajetória acadêmica de estudantes negros. Tal perspectiva conduz ao debate sobre o racismo institucional, categoria que possibilita analisar como as instituições, em sua organização normativa e administrativa, reproduzem e sustentam desigualdades no cotidiano.

### 3.3 RACISMO INSTITUCIONAL

O conceito de racismo institucional surge como desdobramento do racismo estrutural, ao evidenciar as formas pelas quais organizações e instituições, públicas ou privadas, produzem e reproduzem desigualdades raciais em seus procedimentos, políticas e práticas cotidianas. Bento (2022) assegura que se trata de um fenômeno que não depende exclusivamente da ação individual, mas da maneira como as regras, rotinas e decisões institucionais resultam, direta ou indiretamente, em desvantagens para determinados grupos raciais.

No contexto educacional, o racismo institucional pode se manifestar, por exemplo, na ausência de políticas efetivas de permanência, na invisibilidade das demandas específicas dos estudantes negros e na insuficiência de mecanismos de apoio que considerem as desigualdades históricas. Assim, analisar a permanência na universidade a partir dessa perspectiva significa compreender não apenas as barreiras externas impostas pelo racismo estrutural, mas também as responsabilidades internas da instituição em garantir condições equânimes de formação. Nessa seção, são discutidas as contribuições de diferentes autores que conceituaram o racismo institucional, de modo a fundamentar teoricamente a análise das práticas universitárias e suas implicações na permanência estudantil.

Após essa delimitação conceitual, Bento (2022) contribui para o aprofundamento da discussão ao evidenciar como o racismo institucional se manifesta nas práticas e estruturas das organizações. Para a autora, as instituições - públicas ou privadas - exercem papel central na manutenção da estrutura racista, o que se expressa tanto nas escolhas teóricas e curriculares quanto nas relações cotidianas. A autora ressalta que:

É na escolha exclusiva de perspectivas teóricas e metodológicas eurocêntricas que se manifesta a branquitude. Elementos da cultura negra e indígena, quando presentes no currículo, não são reconhecidos como tais ou estão estigmatizados. O racismo institucional, às vezes, se refere a práticas aparentemente neutras no presente, mas que refletem ou perpetuam o efeito de discriminação praticada no passado (Bento, 2022, p.77).

Assim, dimensões material e simbólica atuam de modo a garantir que determinados ambientes sejam majoritariamente ocupados por pessoas brancas, representadas de forma positiva e recorrente nos meios de comunicação. Esse processo, como observa Bento (2022), contribui para a naturalização da subordinação e desqualificação de outros grupos raciais, caracterizando o racismo institucional como uma forma de violência estrutural reproduzida nas práticas e rotinas institucionais.

Dessa maneira, ainda que se reivindique uma suposta neutralidade ou objetividade, posição que este trabalho comprehende não ser possível diante das desigualdades estruturais da sociedade brasileira, o racismo institucional manifesta-se em práticas que perpetuam efeitos discriminatórios oriundos do passado. Nesse sentido, Bento (2022) destaca que:

Os pactos narcísicos exigem a cumplicidade silenciosa do conjunto dos membros do grupo racial dominante e que sejam apagados e esquecidos os atos anti-humanitários que seus antepassados praticaram. Devem reconstruir a história positivamente e assim usufruir da herança, aumentar os ativos dela e transmiti-los para as próximas gerações. As instituições são constituidoras, regulamentadoras e transmissoras desses pactos, que em sua essência são coletivos (Bento, 2022, p.120).

Ao enfatizar o papel das instituições como guardiãs e transmissoras desses pactos, Bento (2022) evidencia que a manutenção das hierarquias raciais não se dá apenas por atitudes individuais, mas está enraizada em estruturas institucionais que legitimam e reproduzem desigualdades. Nessa mesma direção, Souza (2011) argumenta que as instituições não são neutras, pois funcionam em consonância com os interesses dos grupos dominantes e reproduzem estruturas de poder que sustentam sua própria lógica de existência. Essa dinâmica permite que desigualdades raciais se manifestem nos resultados institucionais, mesmo na ausência de intenção discriminatória por parte dos agentes envolvidos, configurando o que a literatura denomina racismo institucional. Ao se considerar o impacto desse fenômeno no campo educacional, evidencia-se como as instituições de ensino também podem reproduzir barreiras sistemáticas, o que torna urgente refletir sobre mecanismos institucionais capazes de enfrentá-las.

Ao demonstrar que o racismo institucional opera de maneira sistemática na produção de barreiras ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes negros no ensino superior, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas não apenas reconhecer tais desigualdades, mas que atuem no seu enfrentamento. Nesse contexto, o debate sobre equidade e ações afirmativas assume centralidade, pois desloca o foco da igualdade meramente formal para a promoção de condições reais de justiça, instituindo mecanismos voltados à correção de assimetrias históricas e à garantia de oportunidades concretas de permanência acadêmica.

### 3.4 EQUIDADE E AÇÕES AFIRMATIVAS

Com o objetivo de fundamentar o entendimento sobre equidade e ações afirmativas enquanto políticas de Estado, são apresentados nesta seção os conceitos de equidade e ações afirmativas, além de um sucinto percurso histórico normativo.

O conceito de equidade é central para o debate sobre políticas públicas, especialmente no contexto de ações afirmativas e estratégias de permanência estudantil. O presente estudo, considera a definição de equidade trazida por Lima e Rodriguez (2008) e sua relação com o conceito de igualdade.

Nota-se que ora o conceito é entendido como em tratar de forma igual os desiguais (igualdade de oportunidade, por exemplo) ora em tratar de forma desigual os desiguais (dar mais a quem tem menos). Atente que não se trata de um jogo de palavras, mas de conceitos que orientam as políticas públicas que se implementam referenciadas nestas concepções. A aplicação prática de “tratar de forma igual os desiguais” produz resultados diferentes de “tratar de forma desigual os desiguais” e este é o conceito de equidade que consideramos correto, pois de alguma forma isto pode contribuir para resultados mais igualitários (Lima, Rodriguez, 2008, p. 9).

O conceito, conforme definido por Lima e Rodriguez (2008), é necessário para fundamentar as ações de permanência, pois justifica a adoção de medidas diferenciadas para garantir que grupos historicamente desfavorecidos, como os alunos negros, possam permanecer e ter sucesso no ensino superior.

A partir dessa perspectiva, a ideia de igualdade formal, quando confrontada com a igualdade material, ou substancial, é vista como uma ideia ultrapassada, como assegura Gomes (2001):

Da transição da ultrapassada noção de igualdade “estática” ou “formal” ao novo conceito de igualdade “substancial” surge a ideia de “igualdade de oportunidades”, noção justificadora de diversos experimentos constitucionais pautados na necessidade de se extinguir ou de pelo menos mitigar o peso das desigualdades econômicas e sociais e, consequentemente, de promover a justiça social. Dessa nova visão resultou o surgimento, em diversos ordenamentos jurídicos nacionais e na esfera do Direito Internacional, dos Direitos Humanos, de políticas sociais de apoio e de promoção de determinados grupos socialmente fragilizados (Gomes, 2001, p.3).

Essa concepção de igualdade substancial, ao reconhecer desigualdades históricas e estruturais, fundamenta a adoção de políticas públicas que busquem não apenas a justiça social em sentido amplo, mas também a equidade racial em áreas como a educação. A promoção da equidade racial na educação pública deve incorporar tanto a ampliação das capacidades quanto o enfrentamento das estruturas discriminatórias, assegurando tanto o acesso, quanto a permanência de estudantes negros em sua trajetória educacional.

Ao compreender o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades dos indivíduos, Sen (2019) muda o foco das análises, até então centradas no crescimento econômico ou na simples provisão de recursos. Essa abordagem exige que se vá além da igualdade de acesso, observando os fatores que condicionam a permanência e o sucesso dos estudantes. A equidade, nessa perspectiva, pode ser associada à capacidade de cada sujeito de exercer escolhas a partir de suas circunstâncias concretas, o que implica o reconhecimento de desigualdades que afetam de modo distinto os diferentes grupos sociais.

Nesse sentido, a reflexão de Almeida (2019), ao abordar o racismo em seu aspecto estrutural, oferece uma análise importante para compreender os desafios enfrentados por estudantes negros no sistema educacional brasileiro. Assim, políticas públicas que buscam promover a equidade racial precisam assumir um compromisso com a justiça social que considere os efeitos históricos e cotidianos do racismo na experiência formativa da população negra.

A articulação entre as obras de Sen (2019) e Almeida (2019) traz a reflexão de que a equidade educacional só será efetiva se estiver ancorada em uma justiça contextualizada, capaz de tratar desigualmente os desiguais com objetivo de que os sujeitos construam e usufruam de oportunidades e liberdades reais e concretas.

Nessa perspectiva, Vallandro e Bornheim (1978) na tradução de “Ética a Nicômaco” (Aristóteles 300 A.C) argumentam que, o equitativo é justo, superior a justiça que o equitativo é uma correção da justiça legal quando ela é deficiente em razão da sua universalidade.

Nesse sentido, é importante destacar que o Decreto nº 4.228, de 2002, que dispunha sobre políticas de promoção da igualdade racial, foi revogado em 2019 pelo Decreto nº 10.087. Essa revogação integrou um conjunto mais amplo de medidas que diziam ter como foco a desburocratização administrativa, no entanto, impactaram diretamente decretos voltados à valorização da população negra. Essa ação normativa extinguiu mecanismos de coordenação interministerial importantes, enfraquecendo institucionalmente a agenda de ações afirmativas até sua reestruturação em 2023 com a instituição do Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA).

No sentido de efetivar a promoção de direitos e a equidade nas oportunidades através ações afirmativas tendo como sujeito de direito as populações negra, quilombola e indígena, as pessoas com deficiência e as mulheres, considerando as especificidades de cada grupo, o Decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023 institui o PFAA, reformando o Decreto nº 4.228 de 2002.

O novo Decreto considera ações afirmativas os programas e as medidas adotadas pelo Poder Público para corrigir as desigualdades e promover a equidade e os direitos de grupos sociais historicamente discriminados. Nessa modalidade incluem-se:

- I - políticas de cotas ou reservas de vagas;
- II - bonificações ou critérios diferenciados de pontuação em processos seletivos;
- III - estabelecimento de metas destinadas a ampliar a participação e a inclusão dos referidos grupos;
- IV - critérios de desempate em processos competitivos, com vistas a ampliar a participação dos referidos grupos;
- V - cursos preparatórios voltados para processos seletivos;

VI - programas de assistência financeira, incluída a concessão de bolsas e auxílios para garantir o acesso e a permanência em instituições de ensino ou de qualificação profissional;  
 VII - políticas de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional ou programática; e  
 VIII - destinação de parcela de recursos e fundos existentes para ações afirmativas ou criação de fundos específicos para ações afirmativas (Brasil, 2023).

A norma dispõe ainda que os órgãos da Administração Pública Federal poderão implementar outras modalidades de ações afirmativas em favor dos grupos indicados no decreto. Além disso, a norma dispõe que o PFAA deve ter um olhar transversal, interseccional e intersetorial para as políticas públicas do ponto de vista de gênero, raça, etnia e de pessoas com deficiência, além de trazer para a discussão a participação e o controle social nas políticas públicas.

Assim, as políticas de Estado que visam a igualdade material nas oportunidades, devem observar além da questão do acesso ao ensino superior público, as questões relativas à permanência, como são tratadas na seção a seguir.

### 3.5 EVASÃO E PERMANÊNCIA

A seção apresenta os conceitos de evasão e permanência adotados por este estudo, com foco na realidade da UFJF e no impacto das políticas públicas de ações afirmativas. A reflexão sobre a permanência surge da percepção de que apenas políticas de ingresso não garantem a efetividade de políticas públicas aos grupos historicamente excluídos, como as populações negra, quilombola, indígena e pessoas com deficiência.

Dessa forma, a permanência, de maneira ideal, deveria trazer as ideias duração e transformação, Santos (2009, p.68) assegura que:

De um modo geral, pode-se dizer que a permanência é, pois, duração e transformação; é o ato de durar no tempo, mas sob um outro modo de existência. A permanência traz, portanto, uma concepção de tempo que é cronológica (horas, dias, semestres, anos) e outra que é a de um espaço simbólico que permite o diálogo, a troca de experiências e a transformação de todos e de cada um.

Assim, Santos (2009) entende que a permanência pode ser dividida em dois tipos de permanência: permanência material, associada às condições materiais da permanência e a permanência simbólica, ligada às questões simbólicas de permanência na universidade, como por exemplo se sentir integrado ao grupo, tanto como ser pertencente quanto como merecedor de estar naquele espaço, o que, de certa forma, se alinha ao conceito de integração social de Tinto (1975)<sup>6</sup>. Assim, essa situação de não-pertencimento, pode impedir a permanência simbólica dos estudantes. Dessa forma, os conceitos de duração e transformação trazidos pela autora acenam para a possibilidade de que os estudantes permaneçam até a conclusão de seus cursos de graduação, ocasionando a transformação individual dos estudantes e do seu meio social.

Nesse cenário, a evasão é um dos fenômenos que preocupa as instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas, Silva Filho *et al* (2007, p.642) assegura que:

A evasão estudantil no ensino superior é um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais. As perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno.

Ao evidenciar essas perdas, os autores reforçam a necessidade de políticas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos estudos, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade.

No contexto das IES, a evasão revela a responsabilidade das instituições pela ausência de mecanismos que auxiliem os alunos na conclusão de seus cursos (Brasil, 1996). Assim, é possível classificar a evasão em três tipos distintos: a evasão do sistema de ensino superior; a evasão institucional, que se verifica quando o aluno opta por trocar de instituição; e a evasão de curso, que ocorre quando o aluno se desliga de um curso, independentemente de realizar uma mudança para outro. Essa categorização é importante para entender as dinâmicas que envolvem a permanência

---

<sup>6</sup> Segundo Tinto, os estudantes são mais propensos a permanecer na universidade se conseguirem se integrar tanto academicamente quanto socialmente, desempenhando papéis centrais na decisão dos alunos de continuar ou abandonar o curso.

dos estudantes e as ações que podem ser implementadas para minimizar esses índices.

Nesse contraponto, a permanência pode ser compreendida não apenas como a ausência de evasão, mas como a garantia de condições que possibilitam a continuidade e a conclusão do percurso formativo. Trata-se de um processo dinâmico que envolve dimensões materiais, pedagógicas e simbólicas, como o apoio financeiro, a oferta de acompanhamento acadêmico, os serviços de assistência estudantil e a criação de ambientes institucionais inclusivos. Dessa maneira, podemos entender que a permanência exige da instituição de ensino superior uma postura ativa, na qual a oferta de políticas de apoio dialogue com as necessidades sociais e educacionais dos estudantes, em especial daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica e racial.

Nesse sentido, é importante destacar que a evasão pode ser analisada em diferentes escalas — seja no âmbito de um sistema de ensino ou de forma mais aprofundada dentro de uma instituição específica. Esta dissertação estuda o fenômeno na UFJF, considerando que, conforme argumentam Silva Filho *et al* (2007):

O estudo interno, realizado por uma IES com base em seus dados, pode ser muitas vezes mais detalhado porque é possível institucionalizar-se um mecanismo de acompanhamento da evasão, registrando os diversos casos, agrupando e analisando subgrupos, ou diferentes situações (cancelamento, trancamento, transferência, desistência, por exemplo) e, a partir daí, organizar tabelas e gráficos que demonstrem a evolução da evasão para buscar formas de combatê-la com fundamento nos resultados.

Numa IES, a evasão pode ser medida pela simples organização das informações disponíveis nos setores de registro e controle acadêmico. É possível até medir a evasão em uma turma pela comparação entre o número de ingressantes no ano de formação dessa turma e o número de concluintes do mesmo grupo de alunos (Silva Filho *et al*, 2007, p.644).

Com base nessa perspectiva, o estudo abrange cursos presenciais e a distância da UFJF, no período de 2018 a 2023, a partir de informações fornecidas pela CDARA e pelo CGCO. Cabe destacar, como aponta Silva Filho (2017), que os cursos à distância apresentam taxas de evasão mais elevadas em comparação aos cursos presenciais – um fenômeno que é reconhecido internacionalmente. No entanto, isso

não compromete a relevância dessa modalidade de ensino, sobretudo quando articulada com práticas presenciais que possam fortalecer a permanência estudantil.

Nesse sentido, Silva Filho (2017) considera que as boas práticas de combate à evasão ainda não se efetivaram na maioria das IES brasileiras e reflete que:

No Brasil, na verdade, as taxas de evasão vêm se mantendo aproximadamente constantes ao longo dos últimos 15 anos, com pequenas variações de ano para ano, ficando aproximadamente em 22%, menor para o setor público e maior para o privado (Silva Filho, 2017 p.2).

É possível observar que a permanência de alunos negros no ensino superior enfrenta desafios significativos, como o racismo estrutural e a integração social e acadêmica. Para que esta pesquisa alcance seus objetivos, especialmente a proposição de medidas que favoreçam a permanência dos estudantes, é fundamental compreender o conceito de evasão do ponto de vista institucional.

A análise das publicações sobre a evasão no ensino superior no Brasil evidencia a existência de diversas iniciativas pontuais que buscam compreender o fenômeno, mas também destaca a dificuldade de conceituá-lo de maneira clara e consensual. Nesse sentido, Scalli (2009, p. 14) observa que:

Devido à preocupação de superar tais problemas de definição, iniciaram-se as pesquisas de sistematização do estudo da evasão. Nesse contexto, para atenuar os problemas relacionados à significação do fenômeno, a Comissão Especial de Estudo da Evasão, em 1996, assumiu a distinção entre evasão de curso, de instituição e do sistema.

Além das definições apresentadas em documentos oficiais, é relevante analisar como o conceito de evasão é abordado na produção científica. Segundo Maciel, Júnior e Cunha (2019, p. 3), a temática da evasão ganhou maior relevância nas pesquisas acadêmicas a partir de 2011. Essa ampliação das discussões acadêmicas contribui para a identificação de elementos que auxiliem no combate à evasão.

Conforme Maciel, Júnior e Cunha (2019), embora evasão e permanência sejam aspectos interrelacionados das trajetórias acadêmicas, é essencial diferenciá-los para fins de pesquisa. Os autores destacam que o conceito de permanência permite

compreender o acesso ao ensino superior de maneira ampla, considerando as etapas de ingresso, permanência e conclusão.

Neste estudo, adota-se a concepção de evasão como um fenômeno multifacetado. Scalli (2009, p. 15) define evasão como a não conclusão do curso em que o estudante estava matriculado, englobando diversas situações que levam à interrupção do vínculo acadêmico. Essa abordagem amplia a compreensão do fenômeno, permitindo identificar padrões institucionais e desenvolver políticas e práticas voltadas à permanência estudantil, especialmente em contextos que envolvem grupos historicamente vulnerabilizados.

Dessa maneira, esta pesquisa utilizará tanto a definição de evasão de curso apresentada pela Comissão Especial de Estudos sobre Evasão (Brasil, 1996) quanto a conceituação de Scalli (2009) para analisar as ações da UFJF em relação à permanência de estudantes negros nos cursos de graduação. A Comissão Especial de Estudos sobre Evasão define o fenômeno como:

a situação em que o estudante se desliga do curso superior em situações diversas, tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional (Brasil, 1996, p. 14).

A articulação entre as definições apresentadas em documentos oficiais e aquelas oriundas das produções científicas sobre o tema é relevante para a compreensão dos fatores que contribuem para a evasão, bem como suas implicações na permanência estudantil e na formulação de políticas institucionais voltadas ao enfrentamento desse fenômeno.

Assim, compreender a evasão sem associá-la ao debate sobre a permanência produz uma análise incompleta. A permanência, nesse sentido, deve ser entendida como a efetivação do direito à educação superior, assegurando que os estudantes não apenas ingressem, mas tenham meios concretos para se desenvolver e concluir seus cursos. Como observa Santos (2009), trata-se de reconhecer que a evasão decorre de fatores estruturais e institucionais, enquanto a permanência se configura como resultado de políticas institucionais consistentes de inclusão, acompanhamento e suporte acadêmico.

Em síntese, as reflexões em torno da evasão e da permanência revelam que, no caso dos estudantes negros, os desafios extrapolam as dimensões estritamente acadêmicas, envolvendo também o enfrentamento das desigualdades sociais e do racismo institucional presentes na universidade e do racismo estrutural da sociedade brasileira. Nesse sentido, para esta pesquisa, a análise da evasão será sempre tensionada pela busca de compreender em que medida a UFJF estrutura ações de permanência voltadas para estudantes negros, de modo a promover trajetórias acadêmicas mais equitativas e a reduzir desigualdades historicamente reproduzidas no ensino superior. Para aprofundar essa análise, a pesquisa se apoia em um percurso metodológico que busca articular dados quantitativos e qualitativos, de modo a evidenciar as ações já em curso, bem como apontar possibilidades de aprimoramento e implementação de novas estratégias voltadas à permanência dos estudantes negros. É nessa perspectiva que se organiza a seção seguinte, dedicada à descrição dos procedimentos metodológicos adotados.

### 3.6 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esta seção apresenta o percurso metodológico adotado, descrevendo os métodos de coleta e análise utilizados para investigar as ações institucionais voltadas à permanência de estudantes negros nos cursos de graduação da UFJF, quais ações institucionais estão em curso e quais podem ser aprimoradas ou implementadas.

Tendo em vista que a evasão é um problema social complexo, a metodologia utilizada nesta dissertação é o estudo de caso<sup>7</sup>, que, segundo Gil (2002, p. 54) “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”, permitindo uma investigação de eventos da vida real preservando suas características holísticas e significativas (Yin, 2001). Assim, esta dissertação defende a utilização do estudo de caso como forma de:

---

<sup>7</sup> Lembrando que a pesquisa em questão foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Juiz de Fora e aprovado pelo CAAE (86317125.4.0000.5147).

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e
- e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (Gil, 2002, p. 54).

Este estudo de caso aborda os fenômenos da permanência e da evasão dos alunos negros nos cursos de graduação da UFJF e foram utilizadas as seguintes fontes e métodos de investigação: i. Análise documental de relatórios institucionais, resoluções internas e políticas de permanência da UFJF; ii. Dados quantitativos sobre matrículas e evasão, obtidos por meio da Coordenação de Registros Acadêmicos (CDARA) e do Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO); iii. Questionário a ser respondido pelos estudantes; iv. entrevistas semiestruturadas com e estudantes negros para compreender suas percepções sobre os desafios e suportes institucionais para a permanência; v. Entrevista semiestruturada com gestores para compreender suas percepções, as ações em cursos e a perspectiva futura para o fenômeno da evasão do ponto de vista institucional.

O próximo quadro apresenta, de forma sintética, os métodos de coleta empregados, os atores envolvidos e a justificativa para a escolha desses instrumentos, evidenciando a articulação entre a revisão bibliográfica e a investigação empírica desenvolvida na UFJF.

Quadro 2 – Fontes e instrumentos metodológicos da pesquisa: atores, finalidades e relevância para o estudo de caso

<b>Instrumento de pesquisa</b>	<b>Atores</b>	<b>Justificativa para escolha dos atores</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Importância para o estudo de caso</b>
Análise documental	Documentos institucionais da UFJF (resoluções, relatórios, normativas e dados administrativos)	Permite compreender o posicionamento institucional diante da permanência e evasão de estudantes negros.	Identificar e examinar as políticas, programas e diretrizes institucionais relacionadas à permanência estudantil.	Fornece evidências normativas e administrativas que sustentam a análise das ações e lacunas das políticas de permanência.

Análise de dados quantitativos	Base de dados da CDARA e do CGCO	Permite examinar informações sistematizadas sobre matrículas, formaturas e evasões.	Obter indicadores quantitativos que permitam comparar a evasão e a conclusão de estudantes negros e não negros.	Oferece dados empíricos que fortalecem a compreensão do fenômeno da evasão e subsidiam o diálogo com a análise qualitativa.
Levantamento bibliográfico	Produção científica nacional e internacional sobre permanência e evasão no ensino superior	Fundamenta teoricamente a pesquisa e evidencia lacunas na literatura sobre o tema.	Mapear o estado da arte sobre permanência e evasão com recorte racial e políticas afirmativas.	Sustenta teoricamente a análise e legitima as inferências feitas sobre a UFJF em diálogo com o contexto acadêmico mais amplo.
Questionários	Estudantes negros da UFJF	Possibilitam atingir maior número de participantes e captar percepções sobre experiências acadêmicas e apoio institucional.	Coletar dados quantitativos e qualitativos sobre perfil, condições de permanência e acesso a políticas institucionais.	Permitem identificar padrões e tendências sobre o impacto das políticas institucionais na trajetória estudantil.
Entrevistas semiestruturadas	Estudantes e gestores vinculados à permanência estudantil e ações afirmativas	Favorecem a coleta de percepções subjetivas sobre experiências e práticas institucionais.	Aprofundar a compreensão dos desafios, motivações e percepções sobre as políticas de permanência.	Complementam os dados quantitativos, permitindo triangulação e interpretação crítica do fenômeno.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base nos procedimentos metodológicos adotados.

Para garantir uma abordagem metodológica que conte com diferentes perspectivas sobre a permanência de estudantes negros na UFJF, a pesquisa utiliza múltiplos instrumentos de coleta de dados. A escolha dos métodos reflete a necessidade de combinar fontes quantitativas e qualitativas, permitindo uma análise aprofundada das políticas institucionais e das experiências dos estudantes.

Os instrumentos selecionados foram planejados para captar tanto as percepções subjetivas dos estudantes e gestores quanto os aspectos formais das políticas institucionais. O quadro a seguir apresenta a relação entre os objetivos específicos da pesquisa, os métodos adotados para coleta de dados e os participantes envolvidos, evidenciando a coerência metodológica que sustenta o estudo.

Quadro 3 – Objetivos, instrumentos metodológicos e atores envolvidos

Objetivos	Questões propostas	Instrumento	Atores
Compreender os desafios enfrentados	Quais são os principais desafios que você enfrenta para permanecer na universidade?	Questionário	Estudantes
	Na sua opinião, quais desafios a universidade enfrenta para garantir a permanência de estudantes negros? Você propõe ou vislumbra alguma estratégia para superar esses desafios?	Entrevista	Gestores
	Como você entende vê a integração entre diferentes setores da universidade para a criação ou execução de ações de permanência? E para você, quais são as áreas mais envolvidas?	Entrevista	Gestores
Mapear as iniciativas existentes	A universidade oferece apoio financeiro para superar os desafios que você enfrenta para permanecer estudando	Questionário	Estudantes
	A universidade oferece apoio pedagógico para superar os desafios que você enfrenta para permanecer estudando	Questionário	Estudantes
	A universidade oferece apoio psicológico para superar os desafios que você enfrenta para permanecer estudando	Questionário	Estudantes
	Você tem em mente quais ações ou programas a instituição desenvolve para apoiar a permanência de estudantes negros nos cursos de graduação? Caso tenha sido na sua gestão, como essas ações foram elaboradas e implementadas?	Entrevista	Gestores
	A universidade realiza algum tipo de monitoramento ou avaliação das ações voltadas para a permanência de estudantes negros? Se sim, como os resultados dessas ações são analisados e utilizados para melhorias?	Entrevista	Gestores

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa (2025).

Nesse sentido, a pesquisa tem caráter qualitativo, tendo em vista a busca por compreender o posicionamento institucional oferecendo uma visão mais detalhada e interpretativa sobre o tema. Denzin e Lincoln (2006) conceituam a pesquisa qualitativa como:

Uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma

série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (Denzin, Lincoln, 2006, p.17).

Dessa maneira, além de corroborar com o entendimento dos autores acima, a pesquisa tem ênfase em características e processos da instituição, que não podem ser medidos quantitativamente.

Com o intuito de responder à questão norteadora da pesquisa, “Como a UFJF se posiciona em relação à permanência de estudantes negros nos cursos de graduação?”, bem como alcançar o objetivo geral da pesquisa, que busca “Entender como a UFJF pode desenvolver mecanismos institucionais relacionados a permanência de pessoas negras nos cursos de graduação”, a pesquisa será dividida em seis momentos, utilizando diferentes instrumentos metodológicos que são:

1. Análise documental e bibliográfica, descrita nos itens 2.1 e 2.2 desse estudo;
2. Coleta e análise de dados quantitativos, descrita no item 2.3 dessa dissertação;
3. Envio do questionário aos alunos de graduação (Apêndice D);
4. Entrevista semiestruturada com alunos negros, selecionados aleatoriamente respondentes do questionário;
5. Entrevista semiestruturada com os gestores da DIAAF e da PROAE; e
6. Análise dos dados coletados.

Inicialmente, realizou-se uma análise documental de normativas nacionais e institucionais relacionadas às políticas de permanência e ações afirmativas no ensino superior. O levantamento descrito nas seções 2.1 – Ações afirmativas e seus impactos no ensino superior e 2.2 – Ações afirmativas étnico-raciais na UFJF possibilitou identificar o arcabouço legal e político que orienta as estratégias voltadas à permanência de estudantes no ensino superior com ênfase no recorte racial.

Em seguida, foram percebidas as primeiras evidências de viés quantitativo, apresentadas na seção 2.3 – Permanência e Evasão na UFJF. Os dados foram obtidos através de levantamento pela CDARA em conjunto com o CGCO solicitando a desidentificação dos dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Os dados foram organizados com base nas taxas de ingresso,

conclusão e evasão. O objetivo foi quantificar as taxas de evasão nos cursos de graduação entre estudantes que se autodeclararam pretos ou pardos comparando-os aos estudantes de outras etnias.

O próximo passo foi a construção de um questionário (Apêndice D) para traçar o perfil os estudantes negros da instituição, o qual é composto, em sua maioria, por perguntas fechadas. O questionário tem o objetivo de obter informações objetivas sobre suas condições socioeconômicas, acesso às políticas de permanência, trajetórias acadêmicas e percepções sobre a universidade. O questionário buscou identificar fatores associados à permanência ou risco de evasão. Os autores Marconi e Lakatos (2001) definem o questionário como:

Instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo (Marconi, Lakatos, 2001, p.201).

O questionário foi distribuído de forma on-line pela plataforma (Google Formulários), com apoio institucional, seguindo os trâmites previstos na Portaria PROPP/UFJF nº 101/2024, assegurando legitimidade ao processo de coleta. Nele constava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) na primeira página, para saber se o estudante concorda em participar da pesquisa. Além disso, foram contatadas as coordenações de curso, secretarias de unidades acadêmicas e representações estudantis solicitando que possam repassar o convite para responder o questionário aos estudantes.

A partir das respostas ao questionário, que continha um campo específico para que o estudante indicasse sua disponibilidade em participar de uma entrevista, foram convidados alguns respondentes a integrar essa etapa qualitativa da pesquisa (Apêndice E). A seleção dos participantes não seguiu critérios previamente estabelecidos, tendo ocorrido com base na pertinência e riqueza das respostas apresentadas, sem que houvesse identificação nominal dos estudantes nesse momento. Essa dinâmica assegurou que a escolha fosse orientada pelo conteúdo das respostas, e não por informações pessoais. As entrevistas permitiram explorar aspectos subjetivos da experiência universitária, incluindo percepções sobre

pertencimento, enfrentamento do racismo e avaliação das políticas institucionais. Buscamos selecionar um grupo mais diverso possível.

Enquanto os questionários forneceram um panorama mais amplo, reunindo dados de um maior número de participantes, as entrevistas auxiliaram na compreensão as percepções e desafios enfrentados pelos alunos e gestores. Para compreender os principais pontos de acordo com as respostas do questionário, os dados das entrevistas foram analisados de forma descritiva a partir dos objetivos da pesquisa. A entrevista é definida por Marconi e Lakatos (2001) como:

um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (Marconi, Lakatos 2001, p.195).

Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Apêndice F) com os gestores institucionais vinculados às áreas de assistência estudantil e ações afirmativas. A comunicação foi realizada via e-mail, apresentando os objetivos da pesquisa e solicitando participação nas entrevistas. O objetivo dessas entrevistas é mapear as iniciativas institucionais existentes e compreender como esses setores vêm se posicionando em relação à permanência dos estudantes negros na UFJF. Além disso, essa etapa busca compreender as percepções institucionais sobre os desafios e limites das políticas de permanência voltadas aos estudantes negros.

É importante salientar que, nessa comunicação, bem como no TCLE (Apêndice B), consta a informação de que, devido à natureza dos cargos ocupados, pode haver possibilidade de identificação dos gestores participantes, mesmo que todas as medidas para preservar a confidencialidade das informações sejam adotadas. Ao concordar em participar, os gestores declararam estar cientes desse possível risco. Ressalta-se ainda que, a qualquer momento, é possível desistir da participação, sem prejuízo ou necessidade de justificativa.

Assim, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para esta pesquisa na intenção de garantir que os participantes tenham experiência suficiente para fornecer informações relevantes sobre os desafios de permanência dos estudantes autodeclarados pretos ou pardos nos cursos de graduação da UFJF. Foram definidos

dois grupos principais de participantes: estudantes autodeclarados pretos ou pardos e gestores envolvidos na temática da permanência estudantil.

No primeiro grupo, foram incluídos estudantes que se autodeclararam pretos ou pardos nos cursos de graduação da UFJF, conforme sua resposta à pergunta sobre raça/cor em formulário aplicado pela instituição. A escolha desse critério justifica-se pela necessidade de compreender os desafios específicos enfrentados por esse grupo para permanecer na universidade e concluir sua formação.

Já no segundo grupo, foram incluídos gestores diretamente ligados às políticas institucionais de permanência estudantil e ações afirmativas. A inclusão desses gestores busca mapear as iniciativas já existentes na UFJF e compreender como a universidade se posiciona de maneira prática em relação à permanência dos estudantes negros.

Os critérios de exclusão foram estabelecidos para assegurar que os participantes tenham vivenciado os desafios relacionados à permanência acadêmica. No caso dos estudantes, foram excluídos aqueles que ingressaram na UFJF há dois semestres letivos ou menos, pois esse período pode não ser suficiente para que tenham enfrentado as dificuldades inerentes à permanência universitária. Além disso, a exclusão desses estudantes considera o fato de que seu ingresso ocorreu após a greve dos servidores da UFJF, o que pode ter impactado a experiência inicial na instituição.

Em relação aos gestores, foram excluídos aqueles que ocupam seus cargos há menos de seis meses. Essa delimitação visa garantir que os participantes tenham experiência prática com as políticas e desafios institucionais relacionados à permanência dos estudantes negros, permitindo uma análise mais consistente das ações desenvolvidas e de suas efetividades.

Dessa forma, a definição dos critérios de inclusão e exclusão na pesquisa busca garantir que as análises sejam embasadas em experiências concretas e significativas, permitindo uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pelos estudantes negros na UFJF e das estratégias institucionais voltadas para sua permanência acadêmica.

Por fim, procedemos à triangulação dos dados obtidos nas etapas anteriores, com o objetivo de cruzar dados objetivos e subjetivos, bem como relacionar as

normativas institucionais com as vivências dos estudantes e as interpretações dos gestores. Esse processo possibilitou uma análise mais consistente e integrada da realidade investigada. Os processos da triangulação podem possibilitar uma visão do pesquisador sobre o fenômeno dos desafios à permanência dos estudantes negros nos cursos de graduação da UFJF. Henrique e Sá (2019) asseguram que:

estando o pesquisador a visualizar o objeto de pesquisa e seus diversos aspectos relacionados em um determinado ponto, serão necessários, no mínimo, outros dois pontos de vista, autores, pesquisadores ou dados empíricos, dentre outras possibilidades, a fim de ajustar a definição dos conceitos e analisar o conteúdo de forma ampla e adequada para chegar a resultados mais concretos. Portanto, há diversos tipos de triangulação como, por exemplo, a triangulação de dados, de teorias, de investigadores e de métodos (Henrique, Sá, 2019, p. 648).

Dessa forma Henrique e Sá afirmam que:

o contexto da pesquisa utilizando a metodologia da triangulação demonstra a riqueza e o entrelaçamento crítico de informações que o pesquisador pode obter por meio das várias fontes, técnicas, métodos ou estratégias, a fim de conseguir captar uma versão ampla, e cheia de detalhes, a respeito do objeto ou fenômeno estudado (Henrique, Sá, 2019 p. 653).

A proposta de triangulação utilizando diversos dados e métodos de obtenção de dados, duas categorias de sujeitos – gestores e estudantes – com objetivo de construir uma resposta mais robusta à questão de pesquisa a partir de diferentes perspectivas utilizadas na triangulação dos dados.

Essa abordagem busca compreender como a UFJF, por meio de suas normativas e ações institucionais, atua para promover a permanência de estudantes negros nos cursos de graduação, levando em consideração também os dados quantitativos sobre as taxas de evasão. Além disso, o estudo busca propor um Plano de Ação Educacional baseado em boas práticas e evidências levantadas durante a pesquisa, visando aprimorar ações já existentes e a proposição de novas estratégias. Dessa forma, espera-se que os resultados obtidos contribuam para o aprimoramento das políticas institucionais.

Em síntese, com a descrição do percurso metodológico adotado, torna-se possível avançar para a análise dos dados coletados, etapa em que se evidenciam os desafios e particularidades das ações institucionais voltadas à permanência de estudantes negros nos cursos de graduação da UFJF. A seção seguinte apresenta os resultados da pesquisa de campo, articulando-os com as referências teóricas discutidas anteriormente, de modo a oferecer uma compreensão integrada entre os procedimentos metodológicos e as evidências empíricas obtidas, permitindo, assim, evidenciar os fatores que contribuem para a permanência e os desafios que ainda persistem nesse contexto.

### 3.7 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

A presente seção dedica-se à análise da pesquisa de campo realizada com estudantes negros da UFJF, buscando compreender suas percepções, experiências e desafios relacionados à permanência e à evasão no ensino superior. Para melhor organização, a análise está dividida em dois momentos: a seção 3.7.1 apresenta a caracterização dos estudantes participantes, com o intuito de contextualizar o perfil do grupo investigado; em seguida a seção 3.7.2 discute a relação entre exclusão social, ações afirmativas e os desafios para a permanência; e a seção 3.7.3 trata da gestão institucional voltada para a permanência.

Na pesquisa de campo utilizamos o questionário como instrumento para mapear quem são os estudantes negros da UFJF. O questionário contém 15 questões, sendo a maioria de múltipla escolha e com escala de mensuração do tipo Likert<sup>8</sup>, elaboradas com o objetivo de caracterizar os respondentes e delinejar percepções sobre o apoio institucional, as experiências acadêmicas e os desafios que impactam o percurso formativo. O período de coleta de dados foi de 75 dias, entre 16 de março

---

<sup>8</sup> A escala de Likert é um instrumento psicométrico utilizado para mensurar atitudes, percepções ou comportamentos, por meio de enunciados aos quais os respondentes indicam seu grau de concordância, frequência, intensidade ou satisfação, em uma escala ordinal. Neste estudo, foram adotadas escalas de 5 pontos, variando conforme a natureza das questões, por exemplo, entre níveis de concordância (1 – Discordo totalmente a 5 – Concordo totalmente), frequência (1 – Nunca a 5 – Sempre), intensidade (1 – Muito fraco a 5 – Muito forte) e satisfação (1 – Muito insatisfeito a 5 – Muito satisfeito).

de 2025 e 31 de maio de 2025 e foram recebidas 246 respostas, dos quais todos são estudantes da UFJF, provenientes de diferentes cursos, turnos e períodos.

O tempo estimado para responder o questionário foi de 5 minutos, em que todas as perguntas eram consideradas obrigatórias e para iniciá-lo era preciso aceitar os termos constantes no TCLE (Apêndice E). Neste cenário, destacam-se entre as vantagens encontradas na utilização da forma on-line de distribuição e resposta aos questionários, conforme Faleiros *et al* (2016):

possibilidade de captar participantes de diversas localizações geográficas com baixo custo; capacidade de imparcialidade e anonimato não expondo os participantes à influência da pessoa do pesquisador; possibilidade de comodidade aos participantes que respondem ao instrumento no momento que lhes é mais apropriado; facilidade do pesquisador em aplicar o instrumento a vários participantes; como os dados são inseridos eletronicamente e automaticamente transformados em banco de dados, os erros e os gastos com a digitação são eliminados; recursos visuais e áudios podem ser incluídos para facilitar o preenchimento do instrumento, e os pesquisadores podem controlar o número de questionários preenchidos em tempo real (Faleiros, 2016, p.5).

Apesar do envio do questionário ter sido realizado por meio do banco de e-mails institucionais, a Diretoria de Imagem da UFJF informou que o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) não disponibiliza o número total de alunos cadastrados nas listas de envio. Dessa forma, não foi possível mensurar com precisão a quantidade de estudantes que receberam o instrumento de pesquisa, o que impossibilita o cálculo da taxa de retorno dos questionários.

Além disso, como o envio ocorreu por meio de categorias amplas no sistema, das secretarias de unidades acadêmicas, estudantes da pós-graduação também receberam o questionário. Assim, foi necessário realizar um tratamento prévio dos dados, aplicando critérios de inclusão e exclusão com base na identificação do nível de ensino, a fim de garantir que apenas discentes da graduação fossem considerados na análise.

Dessa maneira, acredita-se que o número de voluntários que responderam ao questionário pode revelar um limitador do estudo, tendo em vista que os desafios da permanência é um tema sensível, e os respondentes podem se sentir desconfortáveis, apesar das medidas para que isso não ocorresse. Nesse contexto, para compreender

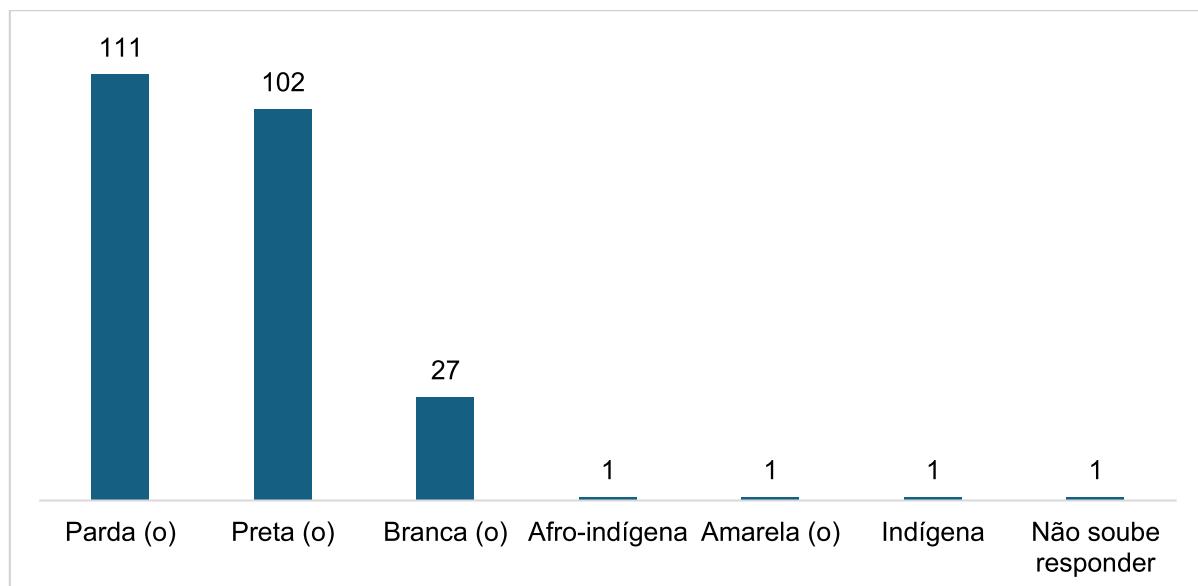
o perfil do grupo efetivamente analisado, a seção a seguir apresenta a caracterização dos estudantes participantes.

### 3.7.1 Caracterização dos estudantes participantes

Esta seção apresenta a caracterização dos estudantes participantes da pesquisa, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão e a validação do aceite ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Dos 246 respondentes dos questionários, 244 aceitaram os termos constantes no TCLE, e, portanto, foram considerados aptos a integrar a pesquisa.

No que tange à autodeclaração étnico-racial, observa-se que 87,30% dos respondentes se identificaram como negros, englobando as categorias pretos ou pardos; um participante declarou-se afro-indígena; 12,30% indicaram pertencimento a outras etnias, como apresentado no gráfico 8.

Gráfico 8 – Distribuição étnica dos respondentes



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados no questionário (2025)

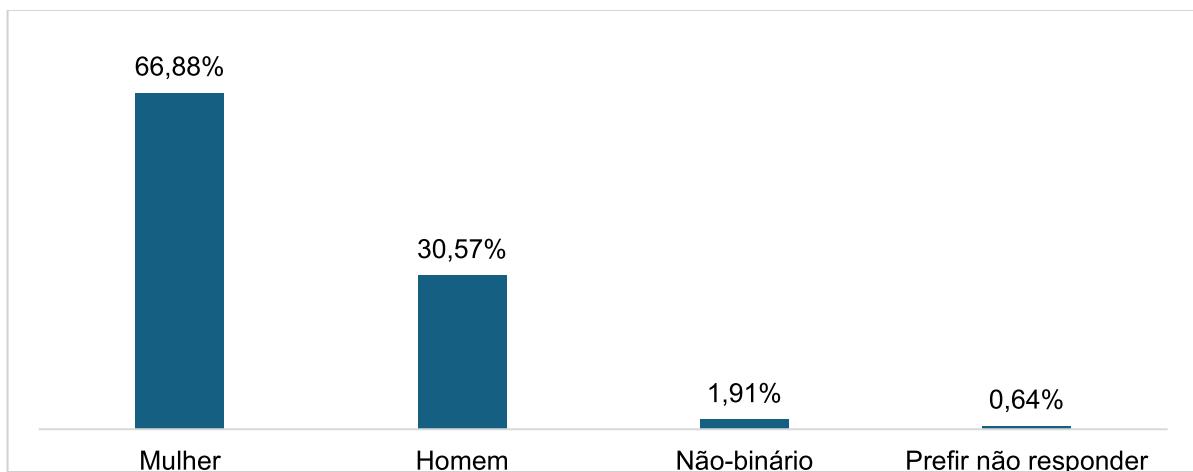
A predominância de respondentes que se autodeclararam negros (pretos ou pardos) corrobora com o perfil esperado para o público-alvo da pesquisa, considerando a centralidade das políticas de ações afirmativas na promoção da permanência de estudantes negros no ensino superior. Esse dado reafirma a

relevância de aprofundar a análise sobre as condições de permanência desses estudantes, bem como os desafios enfrentados no contexto da UFJF.

Foram obtidas 157 respostas válidas ao questionário e esse quantitativo de participantes corresponde, portanto, ao conjunto que atendeu aos parâmetros metodológicos previamente estabelecidos, assegurando a relevância, a consistência e a adequação das informações coletadas para os objetivos do estudo. A partir desse universo, foi possível traçar o perfil acadêmico dos respondentes desse mapeamento inicial, bem como aprofundar a análise sobre as condições de permanência de estudantes negros no ensino superior.

Além da dimensão étnico-racial, outro fator que merece destaque refere-se à identidade de gênero. Observa-se que 65,71% das pessoas respondentes se identificam como mulheres, 32% como homens, 1,71% como não-binárias e 0,41% optaram por não responder à pergunta. Esses dados indicam uma marcante presença feminina entre os participantes, como evidenciado no gráfico 9, e evidenciam a necessidade de considerar, na análise, as interseccionalidades que atravessam as experiências acadêmicas, especialmente no que se refere às políticas de permanência.

Gráfico 9 – Distribuição de gênero dos respondentes



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados no questionário (2025)

Vale destacar que a presença de pessoas não-binárias e de participantes que preferiram não informar seu gênero pode apontar para a importância de garantir ambientes acadêmicos inclusivos e respeitosos às múltiplas identidades. Além disso,

a categorização adotada nesta pesquisa considerou apenas o gênero com o qual os respondentes se identificam, sem aprofundar questões relacionadas à transgeneridade. Essa decisão metodológica foi tomada com o intuito de preservar o conforto e a privacidade dos participantes, considerando a sensibilidade do tema e os limites da abordagem quantitativa utilizada.

No contexto das políticas de permanência, torna-se necessário reconhecer que estudantes negras, não-binárias ou que não se enquadram nas normatividades de gênero podem enfrentar desafios específicos, relacionados tanto a barreiras institucionais quanto a processos de discriminação e exclusão. A presença de pessoas não-binárias e de participantes que preferiram não informar seu gênero pode apontar para uma urgência em fortalecer ações afirmativas que garantam ambientes acadêmicos não apenas acessíveis, mas também inclusivos e acolhedores às múltiplas identidades, promovendo condições equânimes para a permanência e o sucesso acadêmico.

No que se refere à distribuição dos respondentes por unidades acadêmicas, observa-se a participação de estudantes provenientes de 21 unidades da UFJF. Esse dado evidencia a abrangência da pesquisa, que alcançou diferentes cursos e áreas do conhecimento, contribuindo para a diversidade do perfil analisado. Cabe destacar que uma pessoa optou por não informar a sua unidade de vínculo. A seguir, apresenta-se a tabela 3 com a distribuição do número de participantes por unidade acadêmica.

**Tabela 3 - Distribuição dos respondentes por unidade acadêmica**

<b>Unidade</b>	<b>Quantidade de respondentes</b>
Instituto de Ciências Humanas	33
Faculdade de Direito	16
Instituto de Ciências Biológicas	12
Faculdade de Medicina	11
Instituto de Ciências Exatas	11
Faculdade de Letras	10
Instituto de Artes e Design	8
Faculdade de Medicina Veterinária	8
Faculdade de Engenharia	7
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	6
Faculdade de Economia	5
Faculdade de Educação Física	5
Faculdade de Educação	4
Faculdade de Serviço Social	4
Faculdade de Farmácia	4

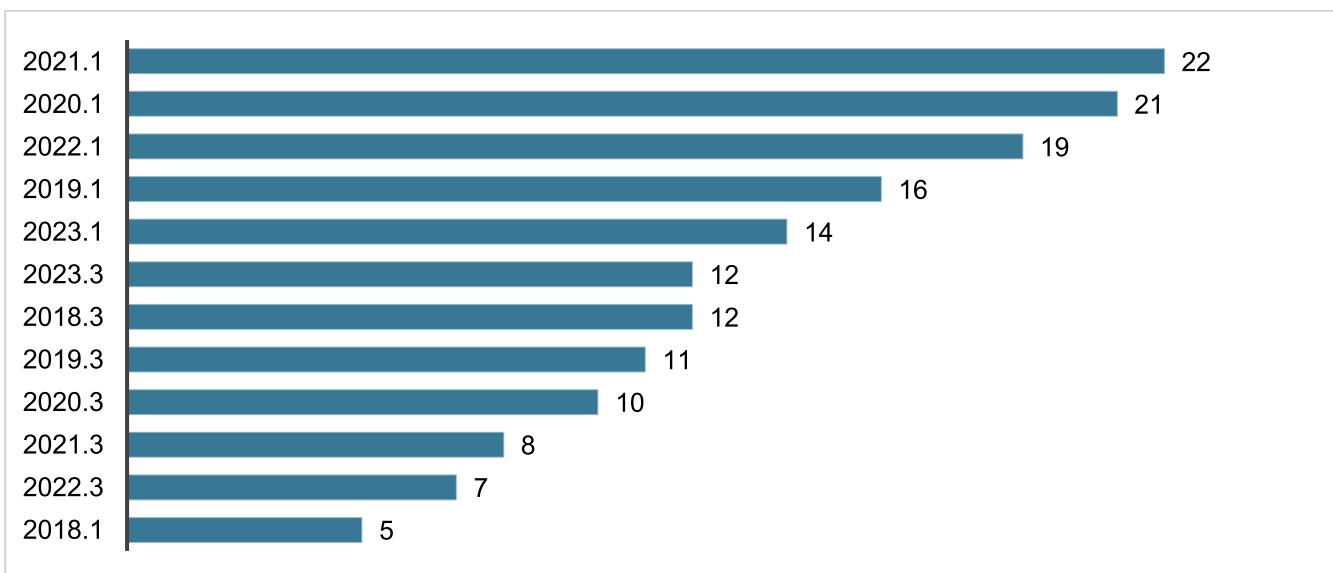
Faculdade de Enfermagem	3
Faculdade de Fisioterapia	2
Faculdade de Comunicação	2
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	2
Licenciatura em Computação	2
Faculdade de Odontologia	1

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados no questionário (2025)

A análise da distribuição dos participantes por unidade acadêmica revela que, dentre as 21 unidades que compõem o conjunto de respondentes, seis concentram a maior parte das respostas, representando, juntas, 93 respondentes, 59,24% do total.

A distribuição dos respondentes conforme o semestre de ingresso revela a participação de estudantes oriundos de diferentes momentos de entrada na graduação, abrangendo um total de 12 semestres distintos. Observa-se que os cinco semestres com maior número de participantes concentram 92 respondentes, o que corresponde a 58,60% do total de 157 participantes. Essa concentração indica uma maior representatividade de estudantes que ingressaram recentemente ou em determinados períodos críticos, o que pode influenciar nas percepções e experiências relacionadas à permanência no ensino superior. A seguir, apresenta-se o gráfico que demonstra essa distribuição.

Gráfico 10 - Distribuição dos respondentes por semestre de ingresso



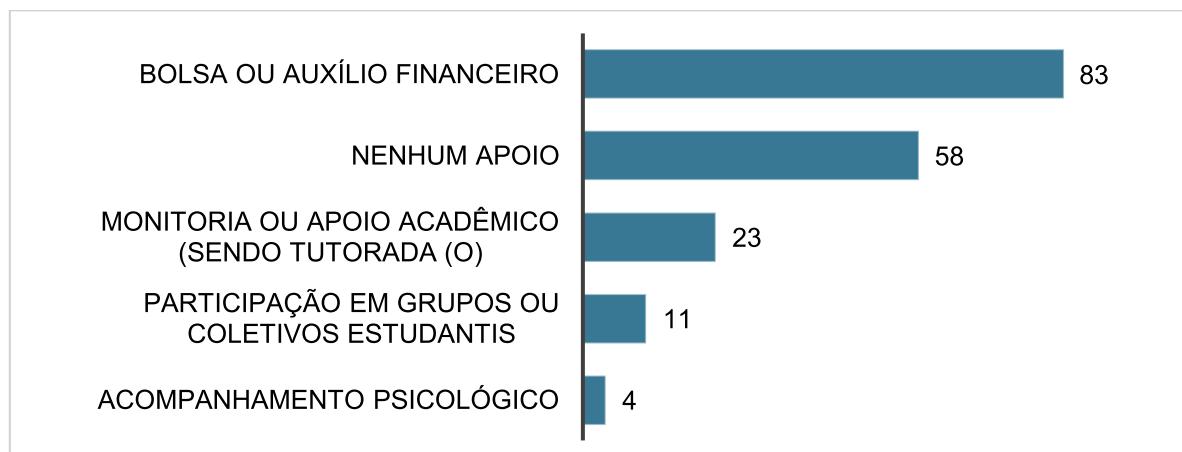
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados no questionário (2025)

O gráfico 10 evidencia a variação nos semestres<sup>9</sup> de ingresso. Esse aspecto é relevante para a análise, uma vez que as demandas e desafios relacionados à permanência podem variar conforme o tempo de vínculo institucional, influenciando as experiências relatadas pelos respondentes e a efetividade das políticas de permanência.

Além da análise quantitativa, o questionário também buscou compreender a percepção dos respondentes acerca dos tipos de apoio estudantil que utilizam, dos principais desafios enfrentados, bem como das ações afirmativas e das políticas institucionais de permanência. Foram levantadas informações sobre a forma como os estudantes enxergam a comunicação dessas políticas, como avaliam as medidas em curso na instituição, o nível de conhecimento acerca dessas iniciativas e quais ações os participantes consideram mais importantes para a promoção da permanência estudantil.

A partir dos dados coletados, foi possível identificar quais apoios estudantis são mais frequentemente utilizados pelos respondentes. O questionário permitia múltiplas respostas, de modo que cada participante pôde marcar todas as opções de apoio que utiliza, possibilitando uma visão mais abrangente sobre a utilização dos diferentes tipos de auxílio ofertados pela instituição. A seguir, o gráfico 11 ilustra a distribuição dessas respostas.

Gráfico 11 - Tipos de apoio estudantil utilizados pelos respondentes



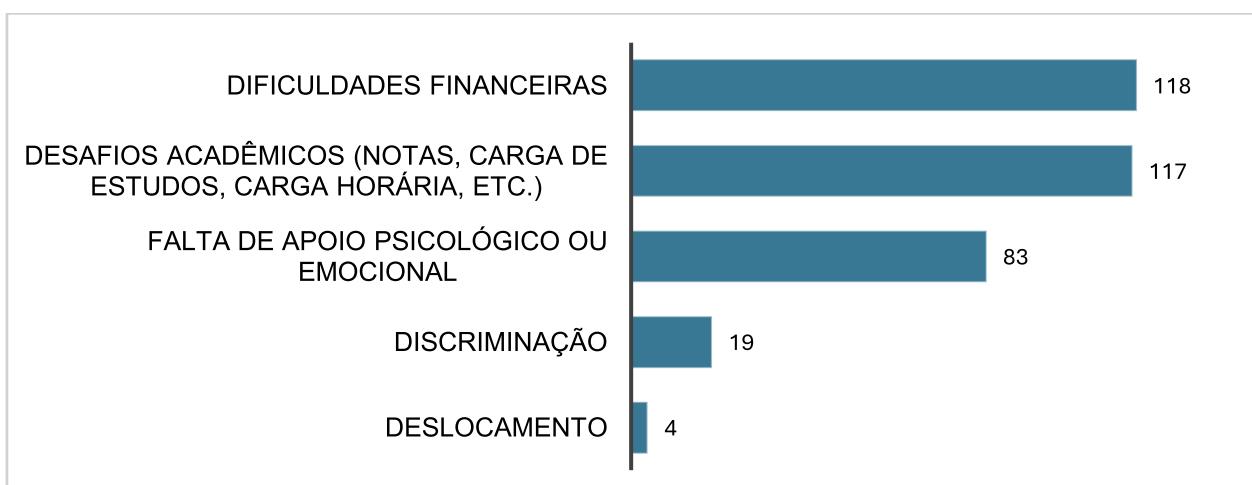
<sup>9</sup> A UFJF adota, por convenção, a seguinte nomenclatura para identificação dos semestres de ingresso: “.1” corresponde ao primeiro semestre letivo do ano; “.2” refere-se aos cursos de inverno; “.3” indica o segundo semestre letivo; e “.4” corresponde aos cursos de verão.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados no questionário (2025)

A análise dos dados revela que determinados tipos de apoio estudantil são mais recorrentes entre os participantes, enquanto outros podem apresentar baixa adesão ou conhecimento. Essa distribuição permite compreender quais iniciativas institucionais possuem maior alcance e efetividade, bem como pode evidenciar possíveis lacunas no atendimento às necessidades dos estudantes. Tais informações são fundamentais para subsidiar a avaliação das políticas de permanência e orientar futuras ações de aprimoramento no contexto da UFJF.

Além dos tipos de auxílio utilizados, os estudantes puderam relatar quais os principais desafios enfrentados por eles para permanecer na universidade. Os desafios citados com mais frequência foram evidenciados pelo gráfico 12.

Gráfico 12 - Desafios enfrentados para permanecer na universidade



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados no questionário (2025)

Para entender como os estudantes percebem os apoios institucionais oferecidos para sua permanência, foram apresentadas três afirmações<sup>10</sup> relativas aos apoios financeiro, pedagógico e psicológico, todas avaliadas em escala de Likert. A seguir, a tabela 4 sintetiza as respostas obtidas, permitindo visualizar as diferenças e

<sup>10</sup> As afirmações apresentadas foram: “A universidade oferece apoio financeiro para superar os desafios que você enfrenta para permanecer estudando”. A afirmação se repetiu mudando apenas o tipo de apoio.

similaridades na percepção sobre os diferentes tipos de apoio. Foram contabilizadas 157 respostas.

Tabela 4 - Síntese da percepção sobre os apoios oferecidos pela UFJF

<b>Tipo de Apoio</b>	<b>Concordo totalmente</b>	<b>Concordo</b>	<b>Discordo</b>	<b>Discordo Totalmente</b>	<b>Não Respondeu</b>
Financeiro	7	84	45	17	4
Pedagógico	3	57	71	24	2
Psicológico	4	36	76	38	3

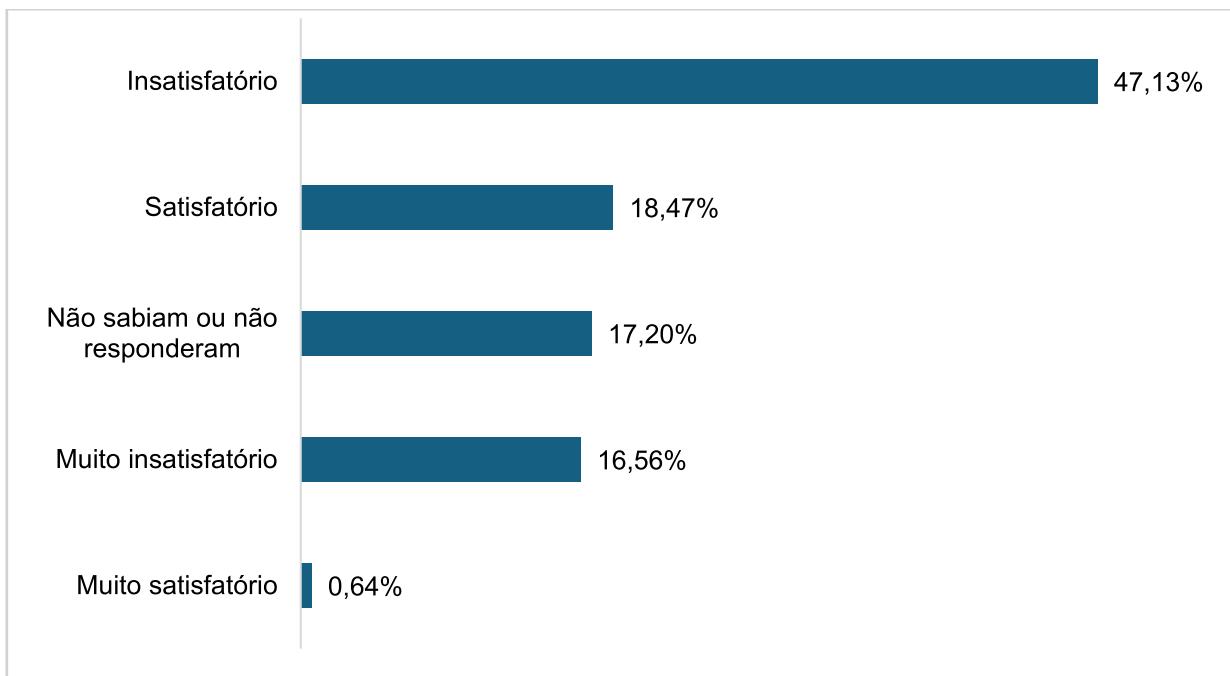
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados no questionário (2025).

A sistematização dos dados evidencia variações importantes na percepção dos estudantes quanto aos diferentes tipos de apoio institucional. Nota-se que a percepção sobre o apoio financeiro revela maior reconhecimento pelos estudantes, enquanto os apoios pedagógico e psicológico foram percebidos de maneira mais crítica, indicando a necessidade de reavaliar as estratégias adotadas nesses campos. A presença de não respondentes em cada dimensão sugere, ainda, possíveis limitações de compreensão ou engajamento, aspecto que merece atenção em futuras investigações e ações institucionais.

Nesse cenário, quando perguntados sobre como avaliam a comunicação da UFJF acerca das ações de assistência estudantil, 58,60% dos discentes disseram considerar muito insatisfatório ou insatisfatório, enquanto 40,76% afirmaram considerar satisfatória ou muito satisfatória as ações de comunicação da UFJF, uma pessoa optou por não responder.

Ainda no campo das percepções dos discentes, buscou-se compreender como eles avaliam, de maneira geral, as ações da UFJF voltadas especificamente para a permanência de estudantes negros. Esse recorte é importante para refletir sobre o entendimento da efetividade das ações implementadas pela instituição. Assim, como na questão anterior sobre a comunicação, observa-se que os índices de insatisfação permanecem elevados, apontando para possíveis lacunas entre as políticas formuladas e as vivências concretas dos discentes. A distribuição das respostas pode ser observada no gráfico a seguir.

Gráfico 13 - Avaliação de ações focadas na permanência de estudantes negros



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados no questionário (2025).

Os dados demonstram que a maioria dos respondentes avalia as ações da UFJF para a permanência de estudantes negros de forma negativa: 63,69% as consideram muito insatisfatórias ou insatisfatórias. Por outro lado, apenas 19,11% percebem-nas como satisfatórias ou muito satisfatórias. Além disso, um contingente expressivo de 17,20% afirmou não saber ou preferiu não responder à pergunta, o que também pode indicar desconhecimento ou distanciamento em relação às iniciativas institucionais.

Nesse cenário de possível desconhecimento das ações institucionais voltadas para a permanência de estudantes negros no ensino superior, os dados indicam que aproximadamente 60% dos alunos afirmam não conhecer tais ações. Por sua vez, cerca de 30% dos respondentes relatam ter conhecimento parcial, enquanto apenas 10% asseguram ter pleno conhecimento dessas iniciativas.

Essa lacuna informatacional reforça a necessidade não apenas de revisão, mas também de fortalecimento e ampliação das estratégias de permanência da UFJF, com especial atenção ao fluxo de informação, à comunicação e à visibilidade dessas ações. Considerar as especificidades e demandas do público negro na universidade é importante para que as políticas não apenas existam formalmente, mas sejam

efetivamente reconhecidas, acessadas e valorizadas pelos sujeitos a quem se destinam.

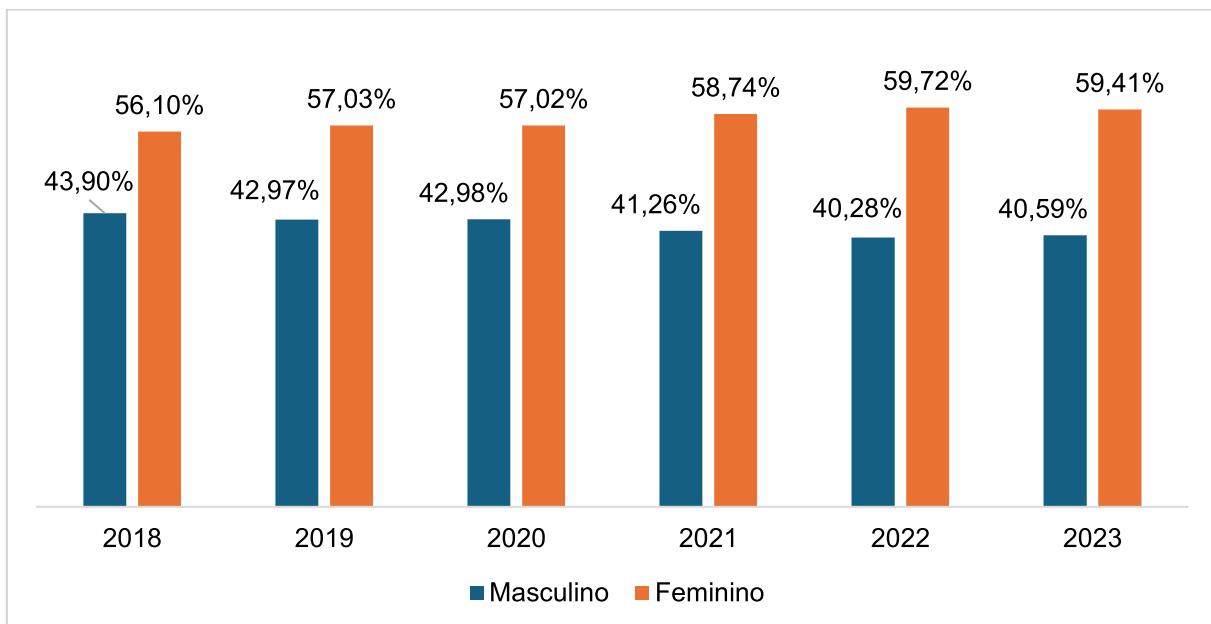
Em síntese, os resultados desta etapa da pesquisa evidenciaram não apenas a presença de políticas institucionais de permanência, mas também as fragilidades em sua disseminação e efetividade junto ao público-alvo. A compreensão das percepções, das experiências e das lacunas identificadas pelos estudantes negros da UFJF pode auxiliar na formulação de propostas mais eficazes e inclusivas, que promovam a equidade na permanência e na conclusão do ensino superior.

Uma vez mapeados quem são os estudantes negros da UFJF, eles foram convidados a participar de uma entrevista semiestruturada, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre suas trajetórias acadêmicas, identificar as principais iniciativas institucionais que impactam sua permanência e analisar os desafios enfrentados nesse percurso. Também foram convidados a participar de entrevistas semiestruturadas com gestores responsáveis pelas ações institucionais, com o objetivo de mapear as estratégias já existentes, analisar suas forças e debilidades, bem como verificar em que medida as percepções desses gestores se alinham ou se distanciam das experiências relatadas pelos estudantes.

Nesse contexto, esta etapa buscou consolidar a articulação entre os dados obtidos na análise documental, nos questionários e as narrativas dos sujeitos, contribuindo para o alcance do objetivo geral desta dissertação: compreender como a UFJF pode desenvolver mecanismos institucionais mais eficazes para a permanência de estudantes negros no ensino superior. Dessa forma, pretende-se oferecer subsídios que colaborem para a construção de políticas institucionais voltadas à promoção da permanência e do sucesso acadêmico desses estudantes.

A seleção dos estudantes para a entrevista também considerou a representatividade dos respondentes, que foi de 66% de mulheres, 33% de homens e 1% de pessoas não-binárias, o que vai ao encontro dos dados de ingressantes de 2018 a 2023 do Censo da Educação Superior de 2023, conforme pode ser evidenciado no gráfico 14.

Gráfico 14 - Taxa de Ingressantes por sexo entre os anos de 2018 e 2023



Fonte: Censo da Educação Superior (2023)

Assim, observa-se que a composição de gênero dos respondentes se aproxima da realidade do ingresso no ensino superior brasileiro, onde cerca de 60% são mulheres, evidenciando representatividade em relação à população estudantil. A partir das sete unidades acadêmicas com maior número de respondentes, foram selecionados dez estudantes, de acordo com o percentual representativo da amostra, conforme a tabela 5.

Tabela 5 - Síntese dos alunos convidados para entrevista

Unidade	Quantidade de respondentes	%	Entrevistados	Gênero das pessoas selecionadas
Instituto de Ciências Humanas	33	32,67%	3	2M + 1H <sup>11</sup>
Faculdade de Direito	16	15,84%	2	1M + 1H
Instituto de Ciências Biológicas	12	11,88%	1	1M
Faculdade de Medicina	11	10,89%	1	1M
Instituto de Ciências Exatas	11	10,89%	1	1H
Faculdade de Letras	10	9,90%	1	1M
Instituto de Artes e Design	8	7,92%	1	1M

11 A notação M, H ou M+H significa, respectivamente, Mulher, Homem, Mulher e Homem de acordo com a resposta dos estudantes ao questionário quando perguntado com que gênero se identificava.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

É importante ressaltar que aproximadamente 62% dos respondentes do questionário se disponibilizaram a serem contatados por e-mail ou aplicativo de mensagens para que pudessem participar das entrevistas. Além disso, cumpre destacar que a pessoa que se identificou como não-binária preferiu não participar das entrevistas.

A entrevista semiestruturada foi realizada no formato on-line, pela plataforma Google Meet, gravada e transcrita. Os participantes assinaram o TCLE de forma virtual. Além disso, foi enfatizado que os participantes deveriam se sentir à vontade para responder e que a qualquer momento a entrevista poderia ser interrompida. As foram elaboradas com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre os fatores que impactam a permanência de estudantes negros nos cursos de graduação da UFJF, considerando suas experiências acadêmicas, sociais e institucionais. O roteiro foi estruturado em blocos temáticos que permitem abordar desde aspectos objetivos, como o tempo de curso e a forma de ingresso, até dimensões mais subjetivas, como o sentimento de pertencimento e os efeitos do racismo nas trajetórias acadêmicas. A organização dos blocos buscou garantir uma escuta qualificada e respeitosa, possibilitando que os entrevistados compartilhassem vivências e percepções que não seriam captadas apenas por questionários fechados.

Além disso, o roteiro contempla questões que buscam identificar ações institucionais de apoio e enfrentamento ao racismo, bem como sugestões dos próprios estudantes para a melhoria das políticas de permanência. A abordagem semiestruturada conferiu flexibilidade à condução das entrevistas, permitindo a emergência de temas relevantes a partir das narrativas dos participantes.

Considerando os referenciais observados no percurso teórico do capítulo 3, comprehende-se que a permanência de estudantes negros na universidade ultrapassa a dimensão do acesso e envolve a construção de espaços de reconhecimento, diálogo e emancipação. É nesse contexto que se insere a presente análise, realizada com estudantes negros da UFJF, cujos perfis e trajetórias são apresentados a seguir.

Participaram das entrevistas dez estudantes, organizados no Quadro 4 de acordo com a unidade acadêmica a qual estão vinculados. A distribuição por gênero dos entrevistados ensejou que fossem ouvidos sete mulheres e três homens.

Quadro 4 - Distribuição dos alunos entrevistados por unidade acadêmica

<b>Sujeito</b>	<b>Unidade Acadêmica</b>
Entrevistado 1	Faculdade de Direito
Entrevistado 2	Instituto de Ciências Exatas
Entrevistado 3	Instituto de Ciências Biológicas
Entrevistado 4	Faculdade de Direito
Entrevistado 5	Instituto de Ciências Humanas
Entrevistado 6	Faculdade de Letras
Entrevistado 7	Instituto de Artes e Design
Entrevistado 8	Faculdade de Medicina
Entrevistado 9	Instituto de Ciências Humanas
Entrevistado 10	Instituto de Ciências Humanas

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de pesquisa (2025).

Além disso, dois participantes integram o campus Governador Valadares e oito o campus Juiz de Fora. Os entrevistados pertencem a diferentes áreas e unidades acadêmicas, com predominância de cursos das ciências humanas, como Bacharelado em História, Bacharelado em Tradução e Psicologia. Dentre os estudantes entrevistados, seis se autodeclararam pardos e quatro pretos. Para fins de anonimização e identificação das falas, os estudantes foram codificados com a letra E seguida de numeração sequencial (E1, E2, E3...), enquanto os gestores e gestoras entrevistados foram identificados pela letra G acompanhada da respectiva numeração (G1, G2...), de modo a diferenciar as posições institucionais e preservar a confidencialidade das informações.

As entrevistas com os estudantes foram realizadas de maneira on-line, pela plataforma Google Meet, escolha que visou facilitar a realização da conversa sem interferir tanto na rotina dos participantes. A escuta desses estudantes possibilitou deslocar o foco analítico das perspectivas tradicionalmente centradas no olhar branco e universal, voltando-o para as experiências e narrativas dos sujeitos historicamente racializados. Como afirma Bento (2022, p. 15):

Trata-se de compreender a perspectiva que emerge quando deslocamos o olhar que está sobre os ‘outros’ racializados, os considerados ‘grupos étnicos’ ou os ‘movimentos identitários’, para o centro, onde foi colocado o branco, o ‘universal’, e a partir de onde se construiu a noção de ‘raça’.

Esse movimento de deslocamento epistemológico orienta a compreensão das trajetórias e percepções dos estudantes negros acerca de sua permanência na universidade. Nessa direção, os termos de Consentimento Livre Esclarecido apresentado aos entrevistados e assinados por eles (Apêndice D) continham cláusulas que garantiam aos participantes o sigilo no trato de sua identidade, ao expor as ideias apresentadas durante a entrevista. Por esse motivo, os nomes dos entrevistados foram preservados, permitindo-os expor exemplos e casos sem o risco de serem identificados.

O roteiro disponível no Apêndice F orientou as entrevistas semiestruturadas, e devido a escolha desse modelo de entrevista, ocorreu a aglutinação de questões em alguns momentos da entrevista, bem como o surgimento de novas perguntas a partir do desenvolvimento da conversa. Nesse sentido, o quadro abaixo sintetiza os eixos de análise das perguntas.

Quadro 5 - Síntese dos eixos de análise e questões da entrevista

<b>Eixo de análise</b>	<b>Perguntas</b>
Exclusão social e Ações Afirmativas	Gestores: 4 e 5 Estudantes: 11, 12, 13, 15, 16, 17, 20
Desafios para a Permanência	Gestores: 6, 7 e 8 Estudantes: 4,5,6, 7, 8,9
Gestão	Gestores: 9, 10, 11, 12, 13 e 14 Estudantes: 14

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Assim, a partir do perfil dos participantes foi possível organizar as falas de estudantes e gestores em categorias analíticas que orientam a interpretação do material empírico. Dessa forma, na subseção a seguir, aprofundamos a discussão sobre exclusão social, ações afirmativas e desafios da permanência, articulando as narrativas dos participantes aos referenciais teóricos mobilizados.

### **3.7.2 Exclusão social, ações afirmativas e os desafios da permanência**

A análise das entrevistas foi orientada pelos conceitos abordados no capítulo 3, especialmente pela compreensão de Sawaia (2017) acerca da exclusão social. Essa perspectiva é importante para compreender as narrativas de permanência dos

estudantes negros na universidade, uma vez que suas trajetórias não se explicam apenas por fatores objetivos, como condições socioeconômicas ou políticas institucionais, mas também pelas dimensões simbólicas e afetivas que compõem o pertencimento, ou a sensação de não pertencimento, no espaço acadêmico.

Essas dimensões são evidenciadas nos relatos dos estudantes ao expressar as tensões entre as exigências institucionais e as condições concretas de vida. Uma estudante evadida do Bacharelado em Moda, por exemplo, relata sua experiência de desperiodização, evidenciando como os desafios materiais interferem diretamente na continuidade do curso:

*Então, eu ingressei por meio do PISM, foi pela cota de pretos, pardos e indígenas, pela cota D. Eu, no momento, estou desperiodizada, porque como o meu curso é um curso integral e eu necessito trabalhar enquanto eu estudo, não tem como seguir a grade certinho, com todos os horários, com todas as matérias. Então, teoricamente, eu entrei em 2021, ele tem a duração de cinco anos e, já era para eu estar me formando, já era para eu estar no sétimo, oitavo período [...] Mas tem matérias ainda do primeiro período, que falta pegar. Então, assim, eu estou bem desperiodizada (E7, Entrevista concedida em 09/08/2025).*

O relato evidencia como as condições objetivas, a necessidade de trabalhar e a estrutura curricular rígida, se articulam às experiências subjetivas de desajuste e frustração. Nesse sentido, a permanência ou evasão não é resultado apenas da ausência de condições materiais, mas também do modo como a universidade organiza seus tempos e espaços, nem sempre compatíveis com as realidades dos estudantes. Cabe ressaltar que este estudo se debruça, em particular, sobre a experiência de alguns estudantes negros.

Por outro lado, mesmo entre aqueles que conseguem permanecer até o final do curso, essas tensões continuam presentes. Uma estudante que está prestes a concluir a graduação, embora em situação semelhante, demonstra que a permanência é resultado de um esforço constante para equilibrar trabalho, estudo e imprevistos institucionais:

*Eu ingressei na universidade em 2018. Foi no ENEM. Eu sou cotista A. Entrei por renda, pela escola pública e pela minha etnia, pela minha cor. Eu estou desperiodizada, porque desde o início eu sempre trabalhei de carteira assinada à noite, e como o meu curso é integral,*

*eu tinha aula de manhã e de tarde, eu não conseguia fazer algumas matérias, eu tive que deixar para depois. E também por eu ter pegado a pandemia e a greve, atrasou bastante o meu curso, mesmo eu tenho um rendimento acadêmico bom. Então, eu me encontro atualmente no último período. Eu acabei de fazer a última matéria que faltava. Só vai faltar eu transcrever o TCC, que a pesquisa já está pronta, e fazer o último estágio. Eu devo formar em um ano (E3, Entrevista concedida em 28/07/2025).*

As duas narrativas revelam que, embora com desfechos distintos, ambas compartilham os mesmos desafios. Isso reforça o argumento de Sawaia (2017) de que exclusão e inclusão são processos interdependentes, produzidos pelo próprio funcionamento do sistema social. Assim, mesmo em contextos que buscam promover a inclusão, como o das universidades, a permanência dos estudantes negros é constantemente tensionada por mecanismos de exclusão sutis, que se expressam nas dificuldades de compatibilizar estudo, trabalho e pertencimento ao espaço acadêmico.

Os relatos analisados evidenciam que a permanência na universidade não se limita ao acesso garantido pelas políticas de cotas, mas depende também de condições institucionais que sustentem o percurso acadêmico. Assim, a exclusão não se manifesta apenas na ausência de oportunidades, mas nas dificuldades cotidianas de adequar a vida estudantil às exigências do curso e de encontrar, na instituição, espaços que acolham as múltiplas dimensões da experiência de ser um estudante negro no ensino superior.

Essa percepção é reforçada em outros momentos relatados pela entrevistada 7, que, ao refletir sobre a própria participação na pesquisa, evidencia a carência de espaços de diálogo sobre questões raciais no ambiente universitário. Sua fala sugere que a escuta oferecida pela entrevista foi, ao mesmo tempo, um exercício de reflexão e um raro momento de expressão sobre experiências silenciadas no cotidiano acadêmico:

*Olha, sinceramente, não. Acho que foi um pouquinho de desabafo. Não que me senti desconfortável, não é nada do tipo. Foi mais um desabafo ali, porque normalmente não se trata muito desses assuntos na universidade, né? Pelo menos ali, ..., onde é o meu curso, isso não vem muito à tona. Então, foi um momento de desabafar mesmo (E7, Entrevista concedida em 09/08/2025).*

A fala da estudante reforça o argumento de Sawaia (2017) de que a exclusão também se produz nas dimensões simbólicas e afetivas das relações sociais, por meio da negação do reconhecimento e da ausência de espaços de escuta. Nesse sentido, a inclusão formal por meio das políticas afirmativas não garante, por si só, a vivência plena da permanência, uma vez que o pertencimento é constantemente atravessado por silenciamentos e pela sensação de não ser parte legítima da comunidade acadêmica.

A partir dessa perspectiva, as experiências relatadas pelos estudantes revelam que a integração acadêmica e social não ocorre de forma natural a partir do ingresso na universidade. Pelo contrário, exige condições institucionais e relacionais que possibilitem ao aluno se reconhecer como parte do espaço universitário. No caso dos estudantes negros, essa integração é frequentemente atravessada por barreiras estruturais e simbólicas que dificultam o sentimento de pertencimento, seja pela ausência de representatividade, pela falta de espaços de acolhimento, ou ainda por práticas cotidianas de invisibilização de suas identidades e trajetórias.

Essa dimensão aparece de forma clara na fala de um estudante ao confirmar que suas expectativas iniciais sobre o ambiente acadêmico foram que esse era um espaço desafiador e ao mesmo tempo e de convivência. Essa estudante respondeu ao questionário e decidiu deixar o curso dias antes da entrevista, mas não tinha formalizado a evasão ainda.

*Foram confirmadas, sim. Eu esperava realmente ser um ambiente mais difícil, mas um lugar também de interação. Toda a parte de se conhecer novas pessoas, a parte da integração no ambiente acadêmico, de realmente fazer parte de um grupo maior (E2, Entrevista concedida em 30/07/2025).*

A percepção do estudante evidencia uma tensão recorrente entre o ideal de integração e a realidade vivida por estudantes negros, em que o sentimento inicial de pertencimento se fragiliza diante das barreiras estruturais e da ausência de suporte institucional contínuo. Essa visão reforça a teoria de Tinto (1975) de que a permanência não depende apenas do desempenho acadêmico, mas também da capacidade da instituição de oferecer condições que favoreçam o enraizamento social e emocional do estudante.

Nessa perspectiva, uma estudante que está prestes a concluir o curso também reflete sobre suas expectativas e sobre as limitações vividas ao longo da formação, revelando como o trabalho e a falta de apoio institucional impactaram sua trajetória:

*Eu fui direto. Eu saí do ensino médio, entrei pra universidade, então eu não tive nenhum tempo de pausa, nem nada. Eu fui a primeira da minha família a ingressar na universidade, então a expectativa não partia de mim, mas dos meus familiares. Todo mundo praticamente esperava que eu fizesse algum curso diferente do que eu faço hoje, medicina ou direito. Tinha aquele julgamento se isso iria dar dinheiro. Mas, partindo de mim, as expectativas eram baixas, pra ser sincera. Eu fiquei muito em dúvida do que fazer, no primeiro momento. Eu não passei inicialmente pra história, eu passei pra biologia, pelo PISM. Mas eu não consegui permanecer no curso, porque eu não tive assistência mesmo da universidade, até aquele processo da PROAE e tudo mais. E eu não consegui permanecer, por falta de assistência mesmo. No fim, depois de quase um ano e meio, eu consegui auxílio de passagem, alimentação, e mesmo assim não era o suficiente. Mas te digo que hoje eu consigo, eu sinto muita falta. Eu falo que eu não aproveitei a universidade em si. Eu não consegui ser monitora, não consegui participar de alguns passeios também, por conta da minha rotina mesmo. Eu sempre trabalhei, então nunca tive um pouco de disponibilidade. E o curso noturno, querendo ou não, tem uma diferença do diurno, sabe? A disposição, a falta de aula, os professores, as oportunidades. Então, é algo que eu sinto que está ali só para poder cumprir mesmo o que está na LDB (E10, Entrevista concedida em 29/07/2025).*

A fala da estudante evidencia como as expectativas iniciais, geralmente marcadas por um misto de esperança, responsabilidade familiar e incerteza, foram gradualmente tensionadas pelas condições materiais, pela necessidade de trabalhar e pela percepção de que o curso noturno oferece menos oportunidades acadêmicas. Essa vivência reafirma a importância da integração social e acadêmica como dimensão central da permanência, conforme proposto por Tinto (1975), e dialoga com a leitura de Sawaia (2017), ao demonstrar que a exclusão se produz também nas dimensões simbólicas e afetivas da vida universitária. Nesse contexto, a subseção seguinte aprofunda o olhar para a atuação da instituição, discutindo como a gestão universitária estrutura, implementa e avalia ações e estratégias voltadas à permanência estudantil.

### 3.7.3 Gestão institucional voltada para a permanência

Compreender a permanência sob a ótica desses autores permite articular as dimensões objetivas e subjetivas do fenômeno. Enquanto Tinto (1975) enfatiza a importância da integração acadêmica e social como fatores de retenção e evasão, Sawaia (2017) chama atenção para os aspectos simbólicos e emocionais que sustentam ou fragilizam esse processo. Juntas, essas visões ajudam a compreender que a evasão e a permanência não resultam apenas de decisões individuais, mas de um conjunto de condições institucionais, estruturais e simbólicas que moldam o lugar ocupado pelos estudantes negros na universidade.

O relato da estudante também traz à tona uma dimensão institucional importante: a percepção de insuficiência das políticas de assistência estudantil. Ao mencionar a demora no acesso às políticas de auxílio ao transporte e à alimentação, bem como a dificuldade em conciliar trabalho e estudo, a narrativa evidencia como as condições materiais e institucionais interferem diretamente na permanência. Essa percepção encontra eco na fala da própria gestão da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) que, em resposta ao e-mail de convite para participar da entrevista desta pesquisa, explicou que:

*A PROAE não possui nenhuma ação, programa ou serviço voltado especificamente para estudantes negros. Todos os nossos serviços são voltados aos estudantes de modo geral, exceto o Programa de Bolsas e Auxílios Estudantis, que tem como público estudantes dos cursos presenciais de graduação com renda per capita de até 1,5 salários-mínimos. A DIAAF (Diretoria de Ações Afirmativas) é responsável pela política de ações afirmativas da UFJF, caso queira entrar em contato (Pró-Reitoria da PROAE - resposta por e-mail ao convite para entrevista 01/10/2025).*

Essa declaração reforça a ausência de ações afirmativas integradas e específicas de permanência voltadas à população negra, o que limita o alcance das ações institucionais e contribui para a reprodução de desigualdades dentro da própria universidade.

A partir deste e-mail, é necessário entender que algumas ações foram tomadas no ano de 2024 na UFJF, como assegura a entrevistada G2:

*A gente tem, obviamente, os recursos, os programas de permanência, que são os programas vinculados à PROAE, que devem, inclusive, por dispositivos e normativas, terem preferencialmente alocação para os alunos que são ingressantes do sistema de cotas. Além disso, a gente tem outras ações que versam também sobre a permanência dos estudantes, por exemplo, a questão do programa de iniciação científica de ações afirmativas, com vagas exclusivamente voltadas para ações afirmativas. A partir desse ano, a gente trouxe a reserva de vagas para os alunos do PIB Arte. E agora, mais recentemente, nesse final do ano, a gente tem também um programa atrelado junto com o Ministério da Saúde, que é o AfirmaSUS<sup>12</sup>, que trabalha especificamente com a permanência dos alunos que entraram pelas ações afirmativas, mas que são da área da saúde. Além disso, a DIAAF desenvolve também ações e estratégias que visam trabalhar com o pertencimento desses estudantes, entendendo também a dimensão subjetiva. Quando a gente discute pertencimento, a gente tem que pensar que existe uma dimensão que é material, concreta, quando eu falo de recursos financeiros, de garantias materiais, para que o estudante consiga não só entrar, mas permanecer, mas a gente tem também que trabalhar com a dimensão subjetiva e simbólica, que talvez seja uma das mais difíceis, que é justamente gerar a sensação de pertencimento nesses estudantes. E aí, para isso, a gente tem que passar em uma série de atividades. (Entrevistada G2, em entrevista concedida 10/12/2025)*

Embora o acesso ao ensino superior tenha sido ampliado pelas cotas para negros, a permanência ainda depende de um conjunto de apoios materiais e simbólicos que nem sempre são assegurados pelas políticas universais de assistência estudantil, como apontado pela entrevistada G2.

Nessa direção, a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), criada em 2006, se destaca por possuir algumas iniciativas a partir de demandas regionais, como por exemplo, os programas de mestrado em Saúde da População Negra e Indígena, em História Africana e Indígena, e o mestrado em Educação no Campo. Além disso, a UFRB traz em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente um ponto sobre as políticas de integração e êxito acadêmico, como o Programa de Promoção do Sucesso Acadêmico, elaborado em 2012, teve sua implantação parcial em 2013 e aprimorado em 2015. A instituição trabalha em quatro eixos voltados para o êxito acadêmico: estranhamento, que trata contato inicial de sujeitos com a

---

12 O AfirmaSUS é uma iniciativa do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS), que visa fortalecer a permanência universitária de estudantes pertencentes a grupos socialmente vulnerabilizados, por meio do desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura, com recorte de gênero, raça e etnia, integrando ensino, serviço e comunidade.

universidade e tem como premissa o acolhimento de ingressantes; aprendizagem que versa sobre a formação pedagógica de docentes; afiliação que trata de programas de tutoria e monitoria; e o acompanhamento de egressos.

Apesar das ações elencadas não serem específicas para pessoas negras, esta dissertação ressalta que com base no Censo (IBGE, 2022), que 79,50% da população do estado da Bahia se autodeclarou preta ou parda.

No esteio desses dados é importante destacar onde está inserida a UFRB. A região do Recôncavo Baiano<sup>13</sup> é composta por vinte municípios e destacada na história brasileira pela participação de seus habitantes nas lutas pela independência da Bahia contra o domínio português em 1823. Além disso, no campo cultural a região possui uma gama de manifestações culturais registradas como patrimônio imaterial, como o Bembé do Mercado, o maior Candomblé de Rua do mundo, que ocorre há 136 anos na cidade de Santo Amaro; o Carnaval de Maragogipe e a festa da Boa Morte em Cachoeira.

A partir do contexto em que a UFRB está inserida, é importante destacar que segundo dados da instituição em 2023, 81% de seus estudantes se autodeclararam negros, pretos ou pardos, e a tendência é seguida quando se fala do quadro de servidores técnicos e docentes. Nesse sentido, as ações da instituição atuam também como ações voltadas para pessoas negras, gerando impacto positivo na região. Dois fatos chamaram a atenção em 2019: i. a diversidade étnico-racial da primeira turma de medicina da instituição, de 29 formandos, 12 (41%) eram negros ganhou notoriedade; ii. A professora Georgina Gonçalves foi eleita reitora pela comunidade acadêmica da UFRB em 2019; contudo, não foi nomeada para o cargo pelo então Presidente da República, Jair Bolsonaro, configurando uma situação inédita na trajetória institucional recente da universidade, na qual a escolha expressa no processo eleitoral interno não resultou na investidura da candidata mais votada. O episódio evidenciou tensões relacionadas à autonomia universitária e à governança institucional, elementos que integram o contexto mais amplo de formulação e

---

13 Os municípios que compõem a região do Recôncavo Baiano são: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara, Varzedo.

implementação de políticas acadêmicas e de permanência estudantil. Posteriormente, em novo processo eleitoral, a docente voltou a concorrer, sendo novamente eleita e, desta vez, empossada, assumindo a reitoria no quadriênio 2023–2027.

É importante ressaltar que a realidade da UFRB, especialmente por se tratar de uma universidade situada em região de predominância negra, foi retratada nesta dissertação visando estabelecer um paralelo com o contexto da UFJF para qualificar a análise proposta neste trabalho. Ainda que a composição étnico-racial da UFJF não seja majoritariamente negra, os dados institucionais indicam a presença significativa de estudantes pretos e pardos nos cursos de graduação, o que reforça a relevância de discutir de que modo as ações afirmativas e os programas de permanência têm respondido às demandas desse público. Assim, a comparação entre UFRB e UFJF não se fundamenta em uma equivalência demográfica estrita, mas na identificação de desafios convergentes relacionados à permanência de estudantes negros em instituições públicas federais, permitindo compreender como distintas configurações institucionais mobilizam recursos e estratégias para enfrentar desigualdades raciais historicamente produzidas.

Nessa perspectiva, a análise das falas dos entrevistados e do contexto de outra Instituição Federal de Ensino evidencia que as políticas de caráter universal, embora fundamentais, podem ser insuficientes para responder às desigualdades raciais que estruturam o percurso acadêmico dos estudantes negros. Como aponta Bento (2022), algumas organizações constroem narrativas sobre si próprias sem considerar a pluralidade da população com a qual se relacionam, aquela que utiliza seus serviços e consome seus produtos.

Essa reflexão permite compreender que, ainda que o acesso tenha sido ampliado pelas políticas afirmativas, a permanência continua condicionada por desigualdades que se expressam no cotidiano universitário. As experiências relatadas pelos estudantes indicam que o caminho até a conclusão do curso é frequentemente atravessado por interrupções, incertezas e estratégias de resistência diante das limitações materiais e institucionais.

As respostas às perguntas sobre interrupções de curso, pensamentos de desistência e reprovações revelam alguns aspectos das trajetórias acadêmicas dos entrevistados, indicando que a permanência é tensionada por fatores materiais e

simbólicos, desde a necessidade de trabalhar até as dificuldades de se reconhecer no espaço universitário. Tais elementos mostram que o percurso formativo não se limita às condições objetivas, mas envolve também dimensões subjetivas como o sentimento de pertencimento, em especial entre estudantes negros. Essa dimensão, muitas vezes invisibilizada nas análises institucionais, aparece de forma marcante no relato de uma estudante que concluiu o curso, ao refletir sobre os momentos em que pensou em desistir e as dificuldades emocionais vividas ao longo da graduação:

*Eu nunca tranquei o curso todo, eu já pensei algumas vezes em desistir, porque eu sentia que a universidade não era o ambiente pra mim, mas é muito porque eu vim de escola pública e eu sentia que todos à minha volta tinham um conhecimento de vida para entender aquilo que estava sendo dito nas matérias, e eu não tinha esse conhecimento - de antes, da escola, da minha formação. Então, muitas vezes, principalmente no início, eu pensei em desistir da faculdade, e eu já tive reprovação em algumas matérias, principalmente por falta, teve um período que eu estava me sentindo muito mal emocionalmente, então eu estava tendo dificuldade de cumprir algumas obrigações, então eu fui reprovada em três matérias nesse período (E9, Entrevista concedida em 31/07/2025).*

O relato evidencia como as desigualdades formativas e as experiências de vulnerabilidade emocional podem gerar o sentimento de deslocamento e até mesmo de não pertencimento no ambiente acadêmico. Essa sensação de não pertencimento, é expressão da dimensão afetiva da exclusão (Sawaia, 2017). Assim, mesmo para estudantes que conseguem concluir a graduação, o percurso é marcado por desafios que extrapolam o desempenho acadêmico, envolvendo processos subjetivos que influenciam diretamente a permanência. Nessa perspectiva, compreender o pertencimento e a permanência exige também considerar as relações raciais que atravessam a vivência universitária. Ao abordar as relações raciais na universidade, buscou-se compreender como a identidade racial dos estudantes influencia suas experiências acadêmicas e cotidianas, bem como se já vivenciaram ou presenciaram situações de discriminação racial.

As respostas evidenciam que, embora o discurso institucional valorize a diversidade, o racismo permanece presente, tanto de forma velada quanto explícita, afetando o pertencimento e o desempenho acadêmico dos estudantes negros. Essa

percepção é fortemente expressa no relato da Entrevistada 8, que está concluindo o curso no segundo período de 2025:

*Não, não está todo mundo no mesmo barco. Não mesmo. Alguns têm remo e outros não têm. Ninguém está nem aí. [...] Já, já tive. E é bizarro, porque você vai contar para as pessoas e elas ficam, não, isso aí é coisa da sua cabeça, porque é velado, né? Mas já tive um escancarado, assim, de o professor já ter acabado a aula dele. Acabou o slide, já chegou no último slide, fim. E começou a prosear, porque eles têm essa mania. E aí eu estava olhando no aplicativo meu ônibus e peguei minhas coisas e fui me retirando da sala para sair correndo para pegar o ônibus. E aí ele falou na frente da sala inteira, tipo, uai, por que você está indo embora? Eu falei, porque a aula acabou e eu tenho que pegar meu ônibus. E aí ele falou na frente da sala inteira: "nossa, pobre, vai embora mesmo". E, tipo, a sala inteira riu. Isso lá nos primeiros semestres, no quarto semestre. Então, é umas situações, assim, que todo mundo acha graça, engraçadinha, piadinha, mas na verdade não é. E veio de um professor que alega que veio de baixo, não sei o quê, e esses acabam sendo os piores. Os que mais deviam te dar apoio moral são os que mais fazem piadinha, porque se sentem no direito, tipo, "eu sou negro também, então eu posso falar" (E8, Entrevista concedida em 28/07/2025).*

O relato da estudante evidencia que o racismo na universidade não se restringe a situações de exclusão direta, mas também se manifesta por meio de piadas, ironias e comportamentos naturalizados, que reproduzem dor e deslegitimação. Ao afirmar que “não está todo mundo no mesmo barco”, a estudante denuncia as desigualdades estruturais e simbólicas que persistem no espaço acadêmico, onde o discurso de igualdade convive com práticas de discriminação. Essa experiência traduz a questão conceituada por Sawaia (2017) como sofrimento ético-político, onde a exclusão se apresenta de formas sutis de desvalorização, afetando o sentimento de pertencimento e o desempenho acadêmico. Além disso, a fala da estudante dialoga com Bento (2022), ao revelar como as instituições constroem narrativas de inclusão que ignoram as relações raciais concretas e seus efeitos cotidianos. Assim, a experiência relatada pela Entrevistada 8 reforça a necessidade de compreender o racismo institucional como parte do funcionamento da universidade, e não como um desvio isolado de comportamento individual.

Por outro lado, o relato da Entrevistada 6 indica uma forma mais sutil e institucionalizada de exclusão, associada à ausência de representatividade em espaços que, paradoxalmente, se propõem a discutir a produção intelectual negra:

*Na universidade, o que aconteceu foi ofertarem uma bolsa voltada para literaturas africanas e literaturas brasileiras focadas em autores negros [...] e eu conheci as pessoas aprovadas, não tinha nenhuma pessoa negra. [...] Achei, assim, um pouco confuso, sabe, porque você quer falar de literatura negra [...] e não tem nenhuma pessoa negra ali participando (E6, Entrevista concedida em 30/07/2025).*

Nesse caso, o racismo se manifesta não pela ofensa direta, mas pela negação de oportunidades e pela invisibilização dos sujeitos negros em contextos de reconhecimento acadêmico. Essa forma de exclusão pode ser compreendida à luz de Bento (2022), quando a autora descreve o “contrato subjetivo” que sustenta o pacto da branquitude: um acordo tácito de proteção e fortalecimento do grupo étnico-racial branco, que naturaliza privilégios e legitima a ocupação de espaços simbólicos e institucionais como se fossem frutos apenas do mérito individual.

Assim, a ausência de pessoas negras em iniciativas voltadas à valorização das produções afro-brasileiras não é casual, mas a expressão de uma herança simbólica que mantém a universidade como espaço majoritariamente branco e que reproduz hierarquias raciais sob o discurso da neutralidade e do mérito. Ambos os relatos, portanto, revelam como o racismo atua na manutenção desse pacto, restringindo o acesso, o reconhecimento e o sentimento de pertencimento de estudantes negros no ensino superior.

Os relatos apresentados, ao evidenciarem diferentes expressões do racismo, desde o comentário abertamente discriminatório até a exclusão simbólica em processos institucionais, revelam que a permanência de estudantes negros na universidade envolve muito mais do que a superação de dificuldades acadêmicas. Ela está atravessada por experiências cotidianas de silenciamento e desigualdade que testam, continuamente, o sentimento de pertencimento e o vínculo com o espaço universitário. Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender quais redes de apoio e mecanismos institucionais têm contribuído (ou não) para sustentar o percurso desses estudantes.

Então, marcado pela presença do racismo em suas dimensões explícitas e veladas, torna-se necessário compreender de que modo os estudantes constroem estratégias de resistência e encontram formas de apoio que possibilitam sua permanência na universidade. As vivências de discriminação e o sentimento de não

pertencimento, relatados por alguns entrevistados, podem não ser traduzidos apenas em vulnerabilidades, mas também em processos de fortalecimento coletivo e de busca por reconhecimento.

Nesse sentido, esta dissertação buscou identificar quais espaços formais e informais contribuíram para a continuidade dos estudos, bem como compreender como a universidade acolhe, ou deixa de acolher, os estudantes negros em seu cotidiano acadêmico. Além disso, procurou-se analisar as percepções sobre as ações institucionais de combate ao racismo e as sugestões dos discentes para o aprimoramento das políticas de permanência e valorização da diversidade na UFJF.

Ao discutir as formas veladas e explícitas de exclusão, Bento (2022) amplia a compreensão sobre os efeitos morais e institucionais do racismo ao afirmar que:

Quando pessoas ou grupos são colocados fora do limite em que estão em vigência regras e valores morais, podemos entender que a norma da afeição humana foi violada. A exclusão moral é marcada por um distanciamento psicológico e uma ausência de compromisso moral em relação aos que estão sendo expropriados ou excluídos. Eles estão fora do nosso universo moral e ‘autorizam’ o exercício da maldade humana. Esse exercício torna as organizações perversas e não legítimas [...] (Bento, 2022, p. 75).

Essa perspectiva é evidenciada nas falas das estudantes E6 e E8, que expõem, a partir de suas experiências, a insuficiência das ações institucionais de acolhimento e o sentimento de isolamento que perpassa a vivência universitária de pessoas negras.

A Entrevistada 6 destaca a ausência de um programa de acolhimento voltado às especificidades das trajetórias de estudantes negros. Para ela, ainda que existam iniciativas gerais, falta um espaço que reconheça e legitime a singularidade dessas vivências:

*Assim, eu acho que de uma forma mais, digamos assim, fácil, seria bacana se pelo menos tivesse algum tipo de programa de acolhimento específico para isso. Eu sei que existe um programa de acolhimento da UFJF, no geral, mas é que às vezes, nós, enquanto pessoas negras, a gente tem uma trajetória um pouco mais singular, sabe? [...] Talvez um programa de acolhimento, alguns encontros e tudo mais, porque outra coisa que eu percebi também é que, infelizmente, a Letras é um dos cursos que não tem tantas pessoas negras. [...] Então, acaba que tem certas coisas que a gente gostaria de falar, de*

*comentar, até certas falas, às vezes, que são reproduzidas dentro desse meio que a gente não tem exatamente como falar: olha, isso aqui não pareceu muito bacana - porque as outras pessoas não vão entender exatamente por que não pareceu muito bacana (E6, Entrevista concedida em 30/07/2025).*

A fala da Entrevistada 6 revela a ausência de pertencimento e a carência de uma política de acolhimento que vá além do caráter burocrático, acolhendo também as dimensões simbólicas e afetivas da permanência. Sua percepção de falta de interlocução reforça a ideia de exclusão moral discutida por Bento (2022), na medida em que o ambiente acadêmico se mostra insensível às experiências e dores que escapam à norma branca institucionalizada.

De modo complementar, a estudante E8, do curso de Medicina, reforça a crítica à omissão institucional, apontando que a falta de suporte atinge especialmente os estudantes negros e estrangeiros, que enfrentam barreiras linguísticas, financeiras e estruturais.

*Não existe. Simplesmente não existe. Eles ignoram esse fator. [...] E são justamente os estudantes negros, a maioria. Inclusive, um é do Senegal. [...] E a faculdade não dá nenhum suporte. E ele repete porque ele tem que ler um texto em português em duas horas. [...] Os próprios alunos fizeram um movimento, mandaram um e-mail para a instituição para tentar fazer alguma coisa por eles, já que eles estavam sendo reprovados, e são justamente pessoas cotistas, e a universidade não faz nada (E8, Entrevista concedida em 02/08/2025).*

Em sua fala, a Entrevistada 8 (E8, Entrevista concedida em 02/08/2025) também refletiu sobre o descaso com as condições materiais de permanência no campus avançado, como transporte e deslocamento, destacando que “o ônibus que eles disponibilizam não está disponível em todos os horários possíveis”, o que gera custos adicionais e compromete o acesso às aulas e à vida universitária.

Esses relatos revelam que a ausência de políticas específicas de acolhimento e a fragilidade das condições materiais de permanência criam um ambiente institucional que, embora se apresente como democrático, reproduz mecanismos sutis de exclusão e hierarquização racial. Ao não reconhecer as necessidades e experiências dos estudantes negros, a universidade perpetua formas de exclusão moral, naturalizando a distância entre a retórica da inclusão e as práticas efetivas de equidade.

As experiências relatadas pelas Entrevistadas 6 e 8 evidenciam que, para além das dificuldades materiais e do acolhimento insuficiente, há também uma dimensão simbólica da exclusão que se manifesta na ausência de espaços institucionais de diálogo sobre as relações étnico-raciais. Nesse sentido, também se torna fundamental entender como a temática racial é abordada nos currículos e nas práticas pedagógicas, para analisar o compromisso da universidade com a equidade racial. A partir desse olhar, buscou-se compreender se os estudantes identificam discussões sobre raça em seus cursos, bem como quais mecanismos de combate ao racismo são reconhecidos ou sugeridos por eles como necessários para a valorização da diversidade no ambiente acadêmico.

A ausência de espaços efetivos para o debate racial no cotidiano acadêmico é um elemento que reforça a exclusão simbólica e o distanciamento institucional frente às questões que atravessam a vivência dos estudantes negros. Ao refletirem sobre a presença da temática racial em seus cursos e sobre os mecanismos de enfrentamento ao racismo na universidade, os entrevistados revelam percepções diversas, que oscilam entre o reconhecimento pontual de iniciativas e a crítica à superficialidade das ações existentes.

O Entrevistado 1, do curso de Direito, destaca a limitação das discussões raciais no âmbito curricular, evidenciando uma formação ainda centrada em perspectivas legalistas e distanciadas das dimensões sociais e humanas do direito. Em suas palavras:

*[...] basicamente nada. Tem uma citação ou outra, quando se trata de direito penal, por questões óbvias, mas até os professores são bem mais positivistas, no sentido de só tratar da lei mesmo, de questões assim, do que é tratado, o que é que perpassa a funcionalidade da lei, o que é que aquilo ali gera na sociedade e quem que está sendo afetado por aquilo. Então, é até uma das minhas principais críticas do direito, porque não tem essa relação com outras áreas das sociais, que, basicamente, na minha visão, deveriam ser estudadas, porque o direito não se faz só com lei, a sociedade toda pertence a ele* (E1, Entrevista concedida em 09/08/2025).

A fala do estudante revela como a ausência de interdisciplinaridade e o predomínio de uma formação tecnicista contribuem para a invisibilização das

desigualdades raciais no campo jurídico, perpetuando uma compreensão restrita da realidade social e das populações afetadas pelas estruturas do direito.

De modo complementar, a entrevistada E10, aluna do curso de História reconhece que há tentativas de abordar o tema da diversidade nas aulas, mas ressalta o caráter superficial dessas iniciativas, que não se traduzem em práticas institucionais efetivas. Segundo ela:

*Sempre tentam... Sempre abordam esse tema, tentando incluir, de fato, não somente a questão racial, mas também LGBTQIA+, também a questão dos indígenas. Mas eu sinto que é algo que fica somente na fala. É algo que realmente na prática não há. Não há, de fato, uma efetiva. Eu sei que tem alguns movimentos, mas eu acho que ainda tem que ser algo um pouco mais incisivo mesmo. Eu, pelo menos, não vejo (isso) em curso noturno... na aula. Olha, para mim seria mais uma formação com os professores. No meu instituto, no meu curso, a maioria dos professores que tive sempre foram brancos, independente do gênero. A única que eu tive foi a Fernanda, e ela nem está mais na universidade agora. Então, assim, uma conversa com eles, uma formação mesmo antirracista, eu acho que seria ideal. Isso porque algumas falas partiram deles, e isso, de alguma maneira, afetou o restante da turma também, os alunos, enfim. E não foi muito bacana (E10, Entrevista concedida em 29/07/2025).*

As observações da estudante reforçam que, embora o discurso sobre diversidade esteja presente em certos espaços, ainda há uma lacuna significativa entre o reconhecimento formal do tema e sua efetivação no cotidiano acadêmico. A ausência de representatividade docente e a carência de formações antirracistas entre os professores são apontadas como fatores que perpetuam o racismo institucional e dificultam a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Nesse sentido, as falas de E1 e E10 revelam que o enfrentamento do racismo na universidade exige mais do que ações pontuais ou discursos de valorização da diversidade, requer mudanças estruturais no currículo, na formação docente e na cultura institucional, de modo que a equidade racial seja incorporada como princípio ético, pedagógico e político da formação universitária.

A partir das análises de Bento (2022), é possível compreender que as experiências narradas pelos estudantes expressam o funcionamento do racismo institucional, que se manifesta de maneira silenciosa e persistente nas estruturas universitárias. Para a autora, o racismo não se resume a atitudes individuais, mas

opera como um “sistema de significações” que orienta práticas e decisões, definindo quem é reconhecido como legítimo dentro das instituições. Quando as universidades mantêm currículos centrados em referenciais eurocêntricos e deixam de incorporar outras perspectivas epistemológicas, ao mesmo tempo em que reproduzem a homogeneidade racial em seus quadros docentes, reforçam o pacto da branquitude que sustenta hierarquias simbólicas e materiais no espaço acadêmico.

Nesse sentido, a exclusão não se dá apenas pelo impedimento formal do acesso, mas pela exclusão moral, “viola a norma da afeição humana” (Bento, 2022, p. 75), ao desconsiderar a humanidade dos sujeitos racializados e colocar seus saberes fora do campo de pertencimento institucional. A ausência de debates sobre a questão racial nas disciplinas, mencionada pelo Entrevistado 1, e a falta de representatividade e formação antirracista entre os docentes, apontada pela Entrevistada 10, evidenciam esse distanciamento simbólico, em que a universidade se torna um espaço que naturaliza a desigualdade sob a aparência de neutralidade acadêmica.

Assim, as falas dos estudantes reforçam que o racismo institucional opera não apenas pela omissão de políticas específicas, mas pela manutenção de práticas e valores que tornam a presença negra um corpo estranho dentro da universidade. O enfrentamento dessa lógica demanda o reconhecimento da branquitude como posição de privilégio e a construção de uma ética institucional comprometida com a equidade racial, em que o debate sobre o racismo não seja um tema periférico, mas um eixo estruturante da formação e da gestão universitária.

Após discutirem possíveis ausências institucionais e os limites das ações de enfrentamento ao racismo, os estudantes foram convidados a refletir sobre as dimensões subjetivas e simbólicas que atravessam sua trajetória acadêmica. Buscou-se compreender o que tem sustentado sua permanência na universidade, seus projetos futuros e, sobretudo, como percebem o próprio pertencimento ao espaço universitário. Essa etapa da análise é importante, pois evidencia que permanecer na universidade não depende apenas de condições materiais, mas também de processos identitários, afetivos e de reconhecimento. Como destaca Bento (2022), o sentimento de pertencimento é continuamente tensionado em contextos institucionais marcados pelo pacto da branquitude, que naturaliza privilégios e invisibiliza as trajetórias negras.

Nesse sentido, as falas dos estudantes revelam tanto as estratégias individuais de resistência quanto as fragilidades estruturais que ainda comprometem a equidade e a permanência plena no ensino superior.

As respostas dos estudantes evidenciam que o pertencimento universitário, mais do que um sentimento individual, reflete as dinâmicas institucionais que reproduzem desigualdades e tensionam o lugar do sujeito negro na universidade. A trajetória acadêmica, nesse sentido, é atravessada por ambivalências: o orgulho pela conquista e o reconhecimento do próprio mérito convivem com a sensação de deslocamento e com a dificuldade de se reconhecer plenamente no espaço acadêmico. O Entrevistado 2, expressa essa tensão de forma contundente ao afirmar:

*desde os primeiros dias eu já tive essa dúvida de não merecer estar recebendo essa oportunidade, porque eu não fiz algo para merecê-la, nos meus quesitos. Eu já sentia que eu estava roubando a vaga de alguém* (E2, Entrevista concedida em 30/07/2025).

A fala revela como o sentimento de impostura pode ser intensificado pelas estruturas simbólicas que sustentam o imaginário de que a universidade é um espaço naturalmente branco e elitizado. A dúvida sobre o próprio merecimento reflete os efeitos sutis do racismo institucional, que opera não apenas por meio da exclusão material, mas também pela negação do pertencimento simbólico. Conforme Bento (2022), o pacto da branquitude age silenciosamente na produção dessas hierarquias de valor, determinando quem é reconhecido como legítimo ocupante dos espaços de prestígio e de poder.

Entre os relatos, destaca-se também o da Entrevistada 10, cuja fala explicita a contradição entre o desejo de reconhecimento e a percepção de não pertencimento ao meio acadêmico:

*Eu estou na reta final, então eu acho que independente de tudo o que aconteceu até agora, eu acho que mais do que qualquer pessoa eu mereço formar e ganhar meu diploma. Mas eu não me sinto pertencente do meio acadêmico. [...] Eu não consigo me ver ali ainda. Por mais que eu ache que eu mereça, o que eu deveria fazer, eu não consigo me sentir pertencente* (E10, Entrevista concedida em 29/07/2025).

Sua fala revela um sentimento de conquista que se mistura à percepção de não reconhecimento, indicando que o diploma representa, ao mesmo tempo, uma vitória pessoal e o limite simbólico imposto pelas estruturas raciais. A estudante reivindica o mérito de sua trajetória, mas a ausência de identificação com o “meio acadêmico”, evidenciando que o pertencimento ainda é condicionado à lógica do esforço individual, e não reconhecido como um direito coletivo. Assim, as experiências dos Entrevistados 2 e 10 apontam para a necessidade de compreender a permanência não apenas como resultado de políticas institucionais, mas como um processo que envolve o enfrentamento cotidiano das barreiras simbólicas e afetivas que o racismo impõe à presença negra na universidade.

As reflexões sobre pertencimento e merecimento revelam que a permanência de estudantes negros na universidade é atravessada por fatores que vão além das dimensões socioeconômicas, alcançando aspectos simbólicos, afetivos e identitários. No caso das mulheres negras, essas tensões assumem contornos ainda mais complexos, pois a experiência acadêmica é atravessada por uma dupla marca de inferiorização, o racismo e o sexismo. A intersecção entre raça e gênero pode potencializar os desafios enfrentados por essas estudantes, tanto no acesso e na permanência quanto na possibilidade de reconhecimento pleno de seus saberes e trajetórias.

Nesse sentido, ao serem questionadas se a identificação como mulheres representa um desafio adicional à permanência, as entrevistadas trouxeram reflexões que evidenciam as múltiplas camadas de exclusão que permeiam o cotidiano acadêmico e suas estratégias de resistência.

A Entrevistada 3, por exemplo, descreve de forma contundente as barreiras enfrentadas no campo científico, espaço historicamente masculinizado e branco. Ela relata que “é muito difícil de encontrar cientistas mulheres” e que “tem muitos professores muito antigos que fazem piadas, desestimulam muito as alunas” (E3, em entrevista concedida em 28/07/2025). A estudante aponta ainda a existência de casos de abuso sexual e psicológico e destaca como a mulher negra enfrenta uma situação mais complexa dentro da universidade, associada a estereótipos de servidão ou agressividade. Sua fala explicita como o racismo e o sexismo se entrelaçam nas relações institucionais, resultando em uma exclusão simbólica e afetiva: “Eu converso

*muito mais com as meninas que trabalham na limpeza, as meninas que trabalham como técnicas no laboratório do que com as colegas que também são alunas”* (E3 em entrevista concedida em 28/07/2025). A estudante denuncia, assim, uma hierarquia racial que organiza o pertencimento dentro da universidade, na qual as mulheres negras são vistas mais como prestadoras de serviço do que como legítimas ocupantes do espaço acadêmico.

Nessa direção, a fala da entrevistada G2, quando perguntada sobre a relação de sua trajetória com a disposição para assumir cargos de gestão, evidencia como sua inserção institucional está profundamente atravessada por sua identidade racial e de gênero, orientando seu engajamento com ações afirmativas desde o ingresso como aluna até sua atuação atual:

*Eu me identifico como mulher negra, estou na UFJF desde 2012. Em cargo de gestão, especificamente, estou desde abril de 2024 [...] A vontade de fazer parte da gestão (superior), era especificamente para tratar de ações afirmativas. Minha jornada está intrinsecamente ligada a temática. Ela se liga, na medida em que quando eu cito minha trajetória, eu cito desde que eu ingressei nesta instituição como aluna. Eu cheguei na UFJF em 2003, e desde então nunca mais saí.* (G2, Entrevista concedida em 09/12/2025).

A centralidade dessa experiência interseccional para compreender pertencimento institucional encontra ressonância na fala da entrevistada E6, aluna do curso de Letras, cuja vivência, situada ainda no percurso formativo, revela como desigualdades históricas que antecedem o ingresso no ensino superior impactam tanto as oportunidades quanto a percepção de legitimidade. Ela observa que “é uma certa pressão, porque enquanto a gente está lá, a gente sente essa cobrança, essa descrença” (E6, entrevista concedida em 30/07/2025), apontando que a ausência de contato prévio com uma língua estrangeira repercute em sua experiência acadêmica. Sua narrativa explicita o modo como essas desigualdades estruturais, combinadas à racialização de sua presença na universidade, operam na forma de descredibilização contínua: “*Eu cheguei e falei, olha, passei em primeiro lugar [...] e a pessoa insistiu para mim. Como que uma pessoa que não sabe quem eu sou está dizendo para mim que eu não passei em primeiro lugar e foi procurar meu nome na lista de cotas*” (E6,

entrevista concedida em 30/07/2025), ilustrando o funcionamento cotidiano do racismo.

De modo semelhante, a Entrevistada 10 destaca a sobrecarga emocional e a expectativa desproporcional colocada sobre as mulheres negras. Para ela, “*há uma expectativa, uma espera muito grande de nós, e quando a gente não consegue alcançar, gera uma frustração muito grande*” (E10, em entrevista concedida em 29/07/2025). Essa pressão, acompanhada de julgamentos e “*apontamentos que não são pertinentes*”, produz insegurança e fragiliza o sentimento de pertencimento: “*nesses momentos me fizeram realmente pensar se eu deveria estar ali ou não*” (E10 em entrevista concedida em 29/07/2025). Nesse sentido, Bento (2022) relata que 68% das trabalhadoras domésticas são mulheres negras de baixa escolaridade e quando esse é analisado juntamente com a questão da discriminação simbólica conseguimos compreender melhor a fala das entrevistadas, quando refletem sobre o que alguns setores da sociedade esperam delas.

As falas das entrevistadas demonstram que, embora a universidade se apresente como espaço de emancipação e igualdade, ela ainda pode reproduzir estruturas de poder que naturalizam a subalternização das mulheres negras. A permanência dessas estudantes, portanto, não é apenas resultado de mérito individual, mas de resistência frente a um ambiente que frequentemente nega sua legitimidade e, até sua humanidade. Nesse contexto, as mulheres negras constroem trajetórias de permanência que são, simultaneamente, percursos de enfrentamento, denúncia e afirmação de existência dentro de um espaço que historicamente lhes foi negado.

Diante das experiências relatadas, torna-se evidente que a permanência dos estudantes negros na universidade é resultado de uma luta contínua contra as estruturas de exclusão que atravessam tanto o espaço acadêmico quanto a sociedade. Seus relatos evidenciam como desigualdade se manifesta no cotidiano universitário. A permanência, portanto, não se resume a estar na universidade, mas a resistir dentro dela, reivindicando reconhecimento, legitimidade e cuidado institucional.

Nesse contexto, é importante compreender como a universidade tem buscado responder a algumas dessas demandas. A partir da criação e atuação da Pró-Reitoria

de Sistemas de Dados e Avaliação (PROSDAV), observa-se um esforço institucional de estruturação e qualificação de dados institucionais. Nesse sentido, analisamos de que forma essas iniciativas têm sido desenvolvidas e quais impactos elas produzem na trajetória dos estudantes negros e negras da UFJF.

Criada em abril de 2024, a PROSDAV reúne setores estratégicos que articulam a gestão acadêmica, a informação e a avaliação institucional, com foco na promoção da permanência e da equidade no ensino superior. Entre seus principais setores estão: o Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO), responsável pela governança digital e pela otimização dos processos institucionais; a Coordenação de Registros Acadêmicos (CDARA), que gerencia a matrícula e o controle acadêmico dos discentes; o Centro de Difusão do Conhecimento (CDC), encarregado da gestão das bibliotecas e da difusão da informação para ensino, pesquisa e extensão; e o Setor de Avaliação e Regulação, que coordena os processos avaliativos e regulatórios previstos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Juntos, esses setores sustentam as ações da PROSDAV, que busca integrar políticas de gestão, inclusão e diversidade na UFJF.

Nesse contexto, compreender o papel da PROSDAV implica também analisar como seus setores operam de forma articulada para subsidiar a formulação e o monitoramento de políticas de permanência e inclusão. Um dos exemplos mais expressivos dessa integração é o Observatório de Dados da UFJF, que atua como uma ferramenta estratégica de gestão e transparência institucional, permitindo que decisões sejam tomadas com base em evidências concretas sobre o perfil e o percurso dos estudantes.

O entrevistado G1 (em entrevista concedida 22/10/2025) reconhece que, embora nenhuma base de dados seja perfeita, a UFJF tem avançado significativamente na consolidação e na qualidade de seus registros acadêmicos. Segundo ele, os dados atualmente disponibilizados pelo Observatório estão alinhados com os relatórios do SIGA e com o Censo da Educação Superior, o que representa um marco de consistência institucional. Esses avanços são resultado do trabalho de uma equipe dedicada e da criação de um grupo de trabalho voltado à melhoria contínua da qualidade dos dados.

Nessa direção, a entrevistada G2 argumenta que:

*Hoje existem algumas ações e programas institucionais, e que o próximo passo é fazer com que eles se articulem dentro de uma grande política institucional, para além das perspectivas internas de cada Pró-reitoria ou coordenação de curso, por exemplo. Culminando num arcabouço que englobe todos esses programas e todas essas ações. Isso vêm com a maturidade institucional destas políticas. (G2, em entrevista concedida em 09/12/2025)*

O entrevistado G1, responsável pela PROSDAV, destacou ainda iniciativas em andamento, como o Censo da Diversidade, que está sendo desenvolvido em parceria com a DIAAF, que visa ampliar o conhecimento sobre o perfil sociodemográfico dos discentes. Além disso, o entrevistado ressalta que a criação da PROSDAV estimulou o uso de alguns dados em toda a universidade, fortalecendo a cultura de monitoramento e avaliação. Hoje, outras pró-reitorias recorrem com frequência à PROSDAV para solicitar informações e apoio técnico na formulação e acompanhamento de políticas institucionais, reforçando o papel estratégico da Pró-reitoria na gestão baseada em evidências.

A partir do comentário de G2, é possível perceber como sua fala dialoga com as falas do G1 no sentido da integração institucional, quando perguntada acerca da integração entre setores, a entrevistada assegura que:

*A integração precisa ser aprimorada, otimizada. Otimizada no sentido de que a universidade como um todo, ela compreenda que garantir o acesso e a permanência não é uma atribuição específica da Diretoria de Ações Afirmativas. Ela não é atribuição de um único setor. Ela é, na verdade, uma responsabilidade que deve ser compartilhada com as diferentes unidades, administrativas e acadêmicas. Pensando, sobretudo, naqueles indivíduos que estão em contato mais próximo dos alunos, que são coordenações de cursos, chefe de departamento. (G2, Entrevista concedida em 09/12/2025).*

A análise das trajetórias, dos dados quantitativos e do contexto de gestão institucional evidencia que a permanência de estudantes negros na UFJF é atravessada por múltiplas dimensões, materiais, simbólicas, subjetivas e estruturais, que se entrelaçam e produzem desafios complexos. As experiências relatadas revelam não apenas a insuficiência de políticas universais de assistência estudantil, mas também a persistência de dinâmicas que podem reforçar desigualdades raciais historicamente construídas. Ao mesmo tempo, mostram a potência das estratégias de

resistência, das redes de apoio e das expectativas projetadas pelos estudantes tanto sobre a instituição quanto sobre suas trajetórias acadêmicas.

Compreender essas vivências, à luz dos referenciais teóricos, permite reconhecer que a permanência não é um processo natural ou linear após o acesso, mas uma construção cotidiana que exige políticas intencionais, mecanismos institucionais eficazes e comprometidos com a equidade racial. A análise da pesquisa de campo deste trabalho indica, portanto, a necessidade de que a universidade avance para além da lógica da inclusão formal, incorporando ações capazes de enfrentar as desigualdades identificadas e promover experiências acadêmicas que assegurem pertencimento, reconhecimento e condições reais de conclusão dos cursos.

Assim, a partir das forças, fragilidades, tensões e potencialidades evidenciadas ao longo desta análise, torna-se possível delinear caminhos para um conjunto articulado de ações institucionais que respondam às demandas emergentes. Nesse sentido, o capítulo seguinte apresenta o Plano de Ação Educacional, construído com base nos dados levantados, nas teorias mobilizadas e nas percepções dos estudantes e gestores envolvidos na pesquisa, com vistas a contribuir para o fortalecimento da permanência de estudantes negros na UFJF.

#### **4. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL**

O presente capítulo apresenta o Plano de Ação Educacional (PAE) elaborado a partir dos resultados da pesquisa de campo, da revisão teórica e da análise documental desenvolvidas nos capítulos anteriores. As evidências reunidas demonstram que, embora avanços tenham sido alcançados no acesso ao ensino superior por meio das políticas de ações afirmativas, persistem desafios significativos para garantir a permanência efetiva de estudantes negros na Universidade Federal de Juiz de Fora.

As narrativas dos estudantes, os dados quantitativos e a interlocução com os gestores evidenciaram lacunas na assistência estudantil, fragilidades na comunicação institucional, ausência de ações específicas voltadas à população negra e insuficiente integração entre políticas acadêmicas, pedagógicas e de diversidade. Esses elementos, aliados às dimensões simbólicas e afetivas que atravessam as experiências dos participantes, reforçam a necessidade de ações estruturadas que articulem acolhimento, acompanhamento e intervenção institucional.

Além dos dados quantitativos apresentados, o estudo assumiu um viés qualitativo necessário para compreender a permanência de estudantes negros para além dos números. A abordagem qualitativa permitiu captar nuances das experiências, sentimentos e percepções dos participantes. Esses elementos dificilmente emergiriam apenas por meio de instrumentos fechados. As entrevistas semiestruturadas possibilitaram a escuta aprofundada de trajetórias atravessadas por racismo, desigualdade econômica, tensões emocionais e desafios institucionais, oferecendo um panorama mais sensível e complexo da permanência. Ao privilegiar a narrativa dos sujeitos, a pesquisa reafirma a centralidade da voz estudantil como fonte de interpretação crítica do cotidiano universitário e como subsídio para a formulação de políticas mais alinhadas à realidade vivida.

Metodologicamente, o estudo se estruturou em uma perspectiva de triangulação de métodos, articulando análise documental, questionário on-line e entrevistas semiestruturadas com estudantes e gestores. Essa estratégia buscou ampliar a consistência dos resultados e construir um olhar multifacetado sobre a permanência na UFJF. A fase quantitativa permitiu delinear o perfil do público e

identificar tendências gerais, enquanto a fase qualitativa possibilitou compreender com maior profundidade os significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências. O uso combinado dessas técnicas reforça o compromisso da pesquisa com uma análise robusta, capaz de dialogar tanto com indicadores objetivos quanto com as dimensões simbólicas que influenciam a trajetória acadêmica. Essa articulação metodológica é coerente com estudos sobre equidade racial e permanência no ensino superior, que demandam abordagens capazes de captar desigualdades estruturais e processos subjetivos associados.

A principal contribuição deste trabalho reside na produção de conhecimento aplicado, capaz de subsidiar a formulação de políticas institucionais de permanência voltadas especificamente para estudantes negros. Ao revelar lacunas, fragilidades e potencialidades da UFJF, a pesquisa oferece evidências concretas que podem orientar intervenções mais assertivas, favorecendo a construção de uma universidade antirracista e comprometida com a equidade. Além disso, ao articular literatura crítica, dados empíricos e análises institucionais, o estudo contribui para o campo acadêmico ao ampliar o debate sobre permanência sob a ótica racial, destacando que o acesso por meio das cotas não garante, por si só, uma trajetória igualitária. Dessa forma, a dissertação se coloca como possível instrumento de transformação institucional e como referência para futuras pesquisas que busquem compreender e enfrentar as desigualdades raciais na educação superior.

Diante desse cenário, o PAE proposto neste capítulo tem como objetivo apresentar estratégias e iniciativas que possam contribuir para o enfrentamento das desigualdades identificadas e para a construção de uma cultura universitária comprometida com a equidade racial. As ações aqui delineadas buscam não apenas responder às demandas emergentes da pesquisa, mas também dialogar com os princípios da gestão pública orientada por evidências, com a legislação educacional vigente e com as diretrizes de equidade e diversidade que orientam as políticas de educação superior no Brasil.

O plano de ação é organizado em quatro eixos que articulam as seguintes dimensões: 4.1 Assistência estudantil; 4.2 Acolhimento, pertencimento e saúde mental; 4.3 Formação dos servidores e ambiência; e 4.4 Melhoria contínua e monitoramento. Esses eixos propõem caminhos para o fortalecimento da

permanência de estudantes negros na UFJF. Ao final, busca-se oferecer subsídios para a tomada de decisão e para o aprimoramento das políticas universitárias, contribuindo para que a instituição avance na construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo, democrático e antirracista.

O êxito das intervenções propostas depende da colaboração efetiva dos atores institucionais envolvidos: gestores, representações estudantis e setores administrativos diretamente relacionados às políticas de ensino, inclusão e permanência. A articulação entre esses segmentos é essencial para assegurar que as ações sejam implementadas de forma integrada, evitando fragmentações ou sobreposições. Além disso, o sucesso do PAE requer a adoção de práticas operacionalmente viáveis e a utilização racional dos recursos disponíveis, de modo a garantir sustentabilidade, continuidade e efetividade nas iniciativas voltadas à permanência de estudantes negros na universidade. Nessa perspectiva, um plano pode ser compreendido como uma sequência lógica de ações distribuídas ao longo de um período, como afirma Chiavenato (2011, p. 131):

Todos os planos têm um propósito em comum: a previsão, a programação e a coordenação de uma sequência lógica de eventos, os quais, se bem-sucedidos, deverão conduzir ao alcance do objetivo que se pretende. Geralmente, um plano é um curso predeterminado de ação sobre um período especificado de tempo e proporciona respostas às seguintes questões: o que, quando, como, onde e por quem (Chiavenato, 2011, p.131).

Para auxiliar o plano, esta dissertação recorrerá, como estratégia analítica, à análise *SWOT*<sup>14</sup>, ou FOFA, em português, que significa Fraquezas, Oportunidades, Forças e Ameaças. Esta estratégia é amplamente utilizada no planejamento e na avaliação de políticas públicas e institucionais, por possibilitar a identificação sistemática de fatores internos e externos que incidem sobre determinado fenômeno. Chiavenato (2007) assegura que:

O termo *SWOT* (do inglês *strengths, weakness, opportunities e threats*) poderia ser denominado FFOA (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças). Na verdade, trata-se de uma tabela de dupla entrada em que, nas linhas, estão as forças e fraquezas

---

14 Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats.

organizacionais e, nas colunas, as oportunidades e ameaças ambientais (Chiavenato, 2007, p.290).

A ferramenta auxilia a estimar pontos fortes e fracos no ambiente interno de uma organização, bem como as oportunidades e ameaças no ambiente externo a fim de desenvolver planos de médio e longo prazo. Esta estratégia auxilia na elaboração do planejamento estratégico e começou a ser utilizada entre as décadas de 60 e 70 em escolas estadunidenses, com o objetivo de mapear o ambiente interno e ao mesmo tempo perceber oportunidades e ameaças externas.

No campo da educação superior, essa ferramenta permite analisar de forma integrada as capacidades institucionais, os limites estruturais e as condições contextuais que influenciam a formulação, a implementação e os resultados das políticas educacionais. Ao ser aplicada à temática da permanência estudantil, especialmente no que se refere às trajetórias de estudantes negros, a análise *SWOT* contribui para evidenciar não apenas os avanços normativos e organizacionais, mas também as fragilidades e tensões que atravessam o cotidiano universitário, subsidiando a construção de estratégias institucionais mais equitativas e orientadas por evidências.

Quadro 6 - Análise *SWOT* da Permanência dos estudantes negros na UFJF

Dimensão	Elementos identificados
Forças	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Arcabouço normativo consolidado;</li> <li>• Consolidação da DIAAF;</li> <li>• Institucionalização da Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF);</li> <li>• Experiência institucional acumulada na implementação de ações afirmativas, anterior à Lei nº 12.711/2012;</li> <li>• Disponibilidade de dados institucionais (CDARA e CGCO), que permitem o monitoramento da evasão e da permanência com recorte étnico-racial;</li> </ul>
Fraquezas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de políticas institucionais específicas de permanência para pessoas negras;</li> <li>• Fragmentação da gestão institucional da permanência estudantil;</li> <li>• Fragilidade na gestão da informação, com ausência de registros sistematizados sobre ações de permanência e seus resultados;</li> <li>• Insuficiência de políticas de acompanhamento contínuo;</li> <li>• Burocracias acadêmicas e administrativas, como relatado pelos estudantes;</li> <li>• Enfrentamento do racismo institucional, evidenciado por relatos de discriminação racial e exclusão simbólica no cotidiano universitário.</li> </ul>

Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atualização da Lei de Cotas (Lei nº 14.723/2023);</li> <li>Fortalecimento da agenda nacional de equidade racial;</li> <li>Possibilidade de maior integração intersetorial;</li> <li>Existência de experiências exitosas em outras IFES, como a UFRB;</li> <li>Avanço dos processos de avaliação institucional orientados por dados;</li> <li>Consolidação e ampliação de programas como o PIB Arte e o AfirmaSUS.</li> </ul>
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> <li>Restrições orçamentárias;</li> <li>Naturalização da evasão como problema individual;</li> <li>Reprodução do racismo estrutural e institucional no ambiente universitário, afetando o pertencimento e o vínculo acadêmico;</li> <li>Risco de descontinuidade de ações institucionais, quando dependentes de gestões ou projetos específicos, sem institucionalização de longo prazo.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A análise *SWOT* apresentada no Quadro 6 permite compreender a permanência dos estudantes negros nos cursos de graduação da UFJF como um fenômeno multidimensional, atravessado por fatores institucionais, normativos e estruturais, que incidem de forma diferenciada sobre os estudantes negros. As forças identificadas evidenciam que a universidade dispõe de bases legais e institucionais relevantes para o enfrentamento da evasão, destacando-se a consolidação do marco normativo das ações afirmativas e a consolidação da Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF).

Entretanto, ao lado dessas potencialidades, as fraquezas apontadas revelam limites na capacidade institucional de transformar tais marcos normativos em políticas efetivas de permanência. A predominância de ações universais de assistência estudantil, aliada à fragmentação da gestão entre diferentes setores, contribui para a ausência de estratégias sistemáticas voltadas às especificidades das trajetórias de estudantes negros. Soma-se a isso a insuficiência de mecanismos de acompanhamento pedagógico e psicossocial contínuo, aspectos que dificultam tanto o monitoramento da evasão quanto a avaliação da efetividade das ações implementadas.

As oportunidades mapeadas podem indicar um cenário favorável para o aprimoramento das políticas institucionais de permanência, especialmente diante do fortalecimento da agenda nacional de equidade racial e das exigências legais de

monitoramento e avaliação das ações afirmativas. Nesse contexto, a possibilidade de maior integração intersetorial e o uso estratégico dos dados institucionais despontam como caminhos para a construção de um arcabouço de programas e ações mais coerentes, orientadas por evidências e sensíveis às dimensões materiais e simbólicas da permanência estudantil. Ademais, experiências exitosas de outras instituições federais de ensino superior, como a UFRB, reforçam a viabilidade de ações institucionais voltadas ao pertencimento, ao êxito acadêmico e à redução das desigualdades raciais.

Por outro lado, as ameaças identificadas evidenciam riscos que extrapolam o âmbito interno da universidade, como as restrições orçamentárias e a reprodução do racismo estrutural e institucional no cotidiano acadêmico. Tais fatores podem comprometer a efetividade das políticas de permanência, sobretudo quando a evasão é naturalizada como resultado de escolhas individuais, desconsiderando seus determinantes institucionais e sociais.

Dessa forma, a articulação entre as dimensões da análise SWOT evidencia que, embora a UFJF apresente avanços normativos e institucionais, a permanência de estudantes negros ainda se encontra tensionada por fragilidades estruturais e simbólicas. O quadro analítico reforça a necessidade de uma gestão institucional integrada, que articule assistência estudantil, ações afirmativas, acompanhamento acadêmico e enfrentamento do racismo institucional, de modo a transformar as oportunidades identificadas em políticas sustentáveis e capazes de reduzir as desigualdades observadas nos indicadores de evasão.

A partir desta análise, torna-se visível que o enfrentamento das fragilidades identificadas demanda a proposição de ações institucionais planejadas, sistematizadas e orientadas por evidências. Assim, a análise SWOT cumpre o papel de subsidiar a formulação do Plano de Ação Educacional, ao estabelecer uma relação direta entre os problemas diagnosticados, os objetivos a serem alcançados e as estratégias institucionais necessárias para o fortalecimento da permanência estudantil, especialmente no que se refere aos estudantes negros.

Nesse sentido, as propostas foram organizadas seguindo a metodologia 5W2H, utilizada para detalhar, de forma objetiva e sistemática, os elementos constitutivos do plano de ação. Essa ferramenta auxilia na tradução de problemas e ideias em

atividades concretas, articulando cada intervenção a perguntas fundamentais do planejamento (Corrêa, 2019), conforme apresentado no Quadro 6.

Quadro 7 - Síntese da metodologia 5W2H

Foco da abordagem	Pergunta	Descrição
Definição	O que? (What?)	Define a ação a ser tomada
Propósito	Por quê? (Why?)	Define a justificativa da ação a ser tomada
Local	Onde? (Where?)	Define onde será tomada a ação ou onde ocorre o desafio a ser enfrentado
Cronograma (Prazo)	Quando? (When?)	Define quando a ação será tomada
Atores	Quem? (Who?)	Define as pessoas ou cargos envolvidos na ação
Procedimentos	Como? (How?)	Descreve o método a ser seguido para realizar a ação
Custos	Quanto? (How Much?)	Trata dos recursos a serem dispendidos para realizar a ação

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

O Quadro 6 sintetiza a lógica da metodologia 5W2H, cuja abordagem analítica e prática transforma desafios em passos explícitos, sistemáticos e gerenciáveis. Como destaca Correa (2019, p. 167): “A matriz 5W2H é uma ferramenta de gestão muito eficiente e muito simples e fácil de ser aplicada. Ela nos auxilia a fazer um plano de ação qualificado e estruturado em etapas práticas e bem definidas”.

Nesse sentido, a partir das ideias de Correa (2019) é possível perceber que a ferramenta permite visualizar e acompanhar processos de forma mais precisa, favorecendo tanto o alcance de resultados quanto estratégias de melhoria contínua. Assim, entendemos que a metodologia, nesse sentido, pode ser aplicada em três momentos: i. diagnóstico, para investigação aprofundada do problema; ii. elaboração do plano de ação; e iii. padronização de procedimentos a serem seguidos.

As propostas apresentadas a seguir foram elaboradas com base nas fragilidades e potencialidades evidenciadas ao longo da análise, bem como nas demandas trazidas pelos estudantes e gestores participantes da pesquisa. Cada ação busca responder a desafios concretos da realidade universitária, considerando sua viabilidade operacional, a articulação entre diferentes setores da instituição e a necessidade de promover práticas efetivamente antirracistas. Dessa forma, o conjunto de intervenções aqui delineado constitui um esforço de planejamento orientado por

evidências e comprometido com o fortalecimento da permanência de estudantes negros na UFJF.

No campo das políticas de igualdade racial, a literatura evidencia o papel histórico do Movimento Negro na incidência sobre a formulação de políticas públicas educacionais. Conforme destaca Gomes (2022), a partir dos anos 2000 observa-se uma inflexão estratégica marcada pela passagem da denúncia das desigualdades raciais para a atuação direta na cobrança, intervenção no Estado e construção de políticas de promoção da equidade:

A partir do terceiro milênio a luta do Movimento Negro adquire um outro tipo de visibilidade nacional e política e apresenta uma mudança na sua relação com a sociedade: a efetiva passagem da fase da denúncia para o momento de cobrança, intervenção no Estado e construção de políticas públicas de igualdade racial. Nesse novo processo o movimento se destaca pela sua atuação na esfera jurídica, política, social e econômica, via cobrança da garantia de oportunidades iguais e do direito à educação, assim como na esfera acadêmica, via demanda de implementação das políticas de ações afirmativas; notadamente na questão das cotas raciais (Gomes, 2022, p. 50)

A inflexão descrita por Gomes (2022) evidencia que a atuação do Movimento Negro ultrapassa a questão reivindicatória e passa a incidir diretamente sobre a formulação e a implementação de políticas de Estado, incluindo aquelas voltadas ao acesso e permanência no ensino superior. Nesse contexto, as universidades são convocadas a estruturar respostas institucionais capazes de traduzir demandas históricas por equidade racial em práticas concretas de gestão acadêmica e assistência estudantil.

Assim, para assegurar coerência entre o diagnóstico produzido, os objetivos propostos e as intervenções delineadas, o PAE foi estruturado em eixos temáticos que articulam dimensões pedagógicas, institucionais e de gestão. Esses eixos integram as demandas evidenciadas na pesquisa de campo às diretrizes de equidade racial que orientam esta dissertação, permitindo compreender as ações propostas não como iniciativas isoladas, mas como parte de uma estratégia institucional integrada à realidade da UFJF. Tal organização contribui para explicitar os fatores que atravessam a permanência de estudantes negros na instituição e fundamenta a proposição de

intervenções ancoradas nos dados empíricos e no referencial teórico mobilizado, detalhadas nas seções subsequentes.

#### 4.1 AGILIDADE E AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS AUXÍLIOS

O primeiro eixo do Plano de Ação Educacional (PAE) diz respeito à assistência estudantil e às condições materiais de permanência, as quais são dimensões centrais para garantir que estudantes negros consigam não apenas ingressar, mas também se manter na universidade.

Os dados coletados evidenciaram dificuldades relacionadas ao acesso a auxílios, atrasos em processos institucionais e insuficiência de medidas específicas para essa população. Essas limitações revelam fragilidades no suporte material oferecido pela universidade, que incidem de forma desigual sobre estudantes negros, atravessando sua permanência acadêmica.

O acesso oportuno aos auxílios de assistência estudantil, especialmente alimentação, transporte e apoio socioeconômico, surgiu como um dos principais desafios enfrentados pelos estudantes negros participantes da pesquisa. Os relatos evidenciaram demora na liberação de benefícios, dificuldades na tramitação documental e ausência de mecanismos objetivos de acompanhamento dos processos. Tais desafios impactam diretamente a permanência, sobretudo entre estudantes em situação de vulnerabilidade que dependem dos auxílios para manter sua rotina acadêmica. Diante desse cenário, a ação proposta neste eixo busca aprimorar os fluxos institucionais, reduzir o tempo de análise e ampliar o número de estudantes atendidos, assegurando maior agilidade, previsibilidade e equidade no acesso aos auxílios. A medida contribui para uma política de permanência mais justa, eficiente e sensível às desigualdades raciais.

Quadro 8 - 5W2H – Agilizar e ampliar o acesso aos auxílios de assistência estudantil

5W2H	Descrição
<b>What? (O que?)</b>	Agilizar e ampliar o acesso aos auxílios de assistência estudantil.
<b>Why? (Por quê?)</b>	Reducir o tempo de espera, aumentar a cobertura e minimizar impactos da vulnerabilidade socioeconômica sobre a permanência.

<b>Where?</b> (Onde?)	UFJF, Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE), coletivos da sociedade civil organizada, internos e externos à UFJF.
<b>When?</b> (Quando?)	Implementação em 2026, com avaliação semestral
<b>Who?</b> (Quem?)	Gestores e servidores da PROAE com auxílio do CGCO
<b>How?</b> (Como?)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão de fluxos e normativas;</li> <li>• Revisão dos prazos máximos;</li> <li>• Divulgação de calendário;</li> <li>• Acompanhamento via sistema.</li> </ul>
<b>How Much?</b> (Quanto?)	Os atores envolvidos possuem remunerações vinculadas à UFJF, tendo em vista que já são servidores da instituição. Além disso o SIGA já é utilizado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Cabe destacar que a agilidade no acesso aos auxílios também depende do cumprimento dos prazos institucionais previstos na Portaria PROAE/UFJF nº 12, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta os procedimentos de análise socioeconômica para ingresso no Programa de Bolsas e Auxílios de Assistência Estudantil da UFJF. UFJF (2024, p.4) assegura que: “Será emitido resultado da análise socioeconômica no SIGA 3 no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da documentação lançado no SIGA 3 pelo setor administrativo”.

Assim, a revisão dos fluxos internos proposta nesta ação não apenas contribui para a redução de atrasos e inseguranças enfrentadas pelos estudantes, como também fortalece a capacidade institucional de cumprir os prazos estabelecidos, garantindo maior previsibilidade, transparência e efetividade nos processos de assistência estudantil.

Além disso, a pesquisa de campo evidenciou a lacuna de comunicação sobre ações específicas da PROAE voltadas para sujeitos beneficiários de ações afirmativas. Nesse sentido, é preciso agilizar e ampliar o acesso os editais, tanto pela tentativa de reduzir as filas de espera quanto pela criação e maior divulgação de editais com reserva de vagas ou até editais exclusivos para pessoas negras.

Nessa perspectiva, a atuação da sociedade civil organizada, por meio de coletivos negros internos e externos à UFJF, surge como elemento relevante na mediação institucional, na circulação de informações e no acolhimento estudantil. Organizações como o Movimento Negro Unificado (MNU), o coletivo Vozes da Rua e o Grupo Descolônia, formado por estudantes negros do Instituto de Artes e Design

interessados na produção e pesquisa em arte afrocentrada, ilustram redes de apoio que podem potencializar a capilaridade das informações e fortalecer estratégias de acolhimento entre estudantes negros. Embora relevante, tal colaboração não constituiu objeto direto da investigação empírica desta pesquisa.

Com relação ao atendimento ser agilizado, uma das ferramentas a ser utilizada pela instituição pode ser a racionalização de serviços da PROAE. Nessa direção é importante entender como a literatura entende o conceito de fila, Torres (1966) assegura que:

Em sua forma mais familiar uma fila é gerada quando unidades (clientes), chegando a um posto de serviço, não possam ser atendidas prontamente, tendo, ocasionalmente, que esperar para sê-lo. O grupo que espera é a fila; porém, esse termo geralmente indica todos os clientes presentes, isto é, os que esperam e os que estejam sendo atendidos. (Torres 1966, p.112)

Dessa forma, é possível pensar na racionalização do fluxo de processos para acesso aos auxílios estudantis a partir da teoria das filas, como conceitua Costa (2009):

As formações de filas ocorrem porque a procura pelo serviço é maior do que a capacidade do sistema de atender a esta procura. A razão pelo qual os gerentes dos estabelecimentos e o poder público não aumentam suas capacidades de atendimento podem ser resumidas basicamente por dois motivos: inviabilidade econômica e limitação de espaço. Dessa forma, a Teoria das Filas tenta através de análises matemáticas detalhadas encontrar um ponto de equilíbrio que satisfaça o cliente e seja viável para o provedor do serviço. (Costa, 2009, p. 2)

A teoria das filas foi desenvolvida para prover modelos que retratem o comportamento de um sistema que forneça serviços que possuam demandas que aumentem aleatoriamente, como tráfego e atendimento à serviços, como o atendimento bancário. Levando em consideração a teoria das filas, é possível entender que se existe uma fila para julgar se um estudante pode ser beneficiário um programa de assistência estudantil, a teoria das filas pode ser aplicada. Além disso, Torres (1966, p.113) traz o conceito de disciplina da fila: “A disciplina da fila é o conjunto de regras que determinam a ordem em que os clientes são atendidos. Há

várias possibilidades: atendimento pela ordem de chegada, atendimento aleatório, prioridade para certas categorias de clientes etc.”

Dessa maneira, é possível compreender a motivação dessa proposição, que é uma tentativa de reduzir o tempo de espera visando aumentar a cobertura dos auxílios estudantis, tentando mitigar os efeitos da vulnerabilidade socioeconômica sobre a permanência. Nessa direção, é necessário um esforço conjunto da administração Superior universitária, mais exatamente da PROAE, no sentido de promover a revisão de normativas, alinhando a revisão de fluxos de processos à teoria das filas, de maneira que seja possível o acompanhamento dessas solicitações e a observância de suas possíveis priorizações.

Outra dimensão a ser observada é a dimensão material: o custo para a instituição seria baixo, tendo em vista que o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) já engloba algumas ferramentas que seriam utilizadas para inscrição e acompanhamento dos processos, além de ter seu fluxo centrado em um setor específico, o CGCO que é atrelado à PROSDAV.

Nesta direção, é importante que a instituição se atente a editais com vagas reservadas e vagas específicas para a permanência de pessoas negras a partir da PROAE com orientações a unidades que têm editais de bolsas e projetos. O custo para esta ação é baixo, tendo em vista que os editais para tais projetos já existem. Além de ampliar oportunidades acadêmicas, a iniciativa contribui para consolidar uma política institucional mais sensível às demandas dos estudantes negros.

Tais medidas, entretanto, devem articular-se a outras dimensões igualmente relevantes para a permanência estudantil, que não se restringem ao âmbito material. Nesse sentido, o próximo eixo aborda aspectos subjetivos, emocionais e relacionais que emergiram de forma expressiva na pesquisa, especialmente no que diz respeito ao acolhimento e ao sentimento de pertencimento dos estudantes negros à comunidade universitária.

#### 4.2 ACOLHIMENTO, PERTENCIMENTO E SAÚDE MENTAL

O segundo eixo do Plano de Ação Educacional aborda dimensões subjetivas e psicossociais que emergiram com força nas narrativas dos estudantes, especialmente

no que se refere ao sentimento de pertencimento e às experiências de sofrimento emocional ao longo da trajetória acadêmica. Os relatos evidenciaram que a permanência não depende apenas de condições materiais, mas também da construção de vínculos, redes de apoio e ambientes que acolham as identidades e vivências de estudantes negros. Assim, as ações previstas nessa buscam fortalecer mecanismos institucionais de acolhimento, promover espaços de escuta qualificada e ampliar estratégias de apoio psicossocial, contribuindo para uma ambência universitária que favoreça a permanência com dignidade, saúde e reconhecimento.

A pesquisa de campo evidenciou que muitos estudantes negros ingressam na universidade sem possuir uma rede de apoio consolidada, enfrentando dúvidas acadêmicas, dificuldades de adaptação e desafios decorrentes de trajetórias escolares marcadas pela desigualdade.

Diante desse cenário, a criação de um programa de acolhimento e apoio psicológico voltado para estudantes negros surge como estratégia para fortalecer vínculos, promover orientação ao ambiente universitário e reduzir a sensação de isolamento frequentemente relatada pelos participantes.

Quadro 9 - Rodas de acolhimento e apoio psicossocial voltadas a estudantes negros

5W2H	Descrição
<b>What? (O que?)</b>	Realizar rodas de acolhimento e apoio psicossocial destinadas especificamente a estudantes negros.
<b>Why? (Por quê?)</b>	Promover espaços de escuta qualificada, fortalecer pertencimento, minimizar impactos emocionais do racismo e contribuir para o bem-estar psicossocial.
<b>Where? (Onde?)</b>	UFJF, PROAE
<b>When? (Quando?)</b>	2026, com encontros mensais, com ciclos semestrais e avaliações periódicas.
<b>Who? (Quem?)</b>	Equipes de psicologia da UFJF e da PROAE, docentes parceiros, estudantes participantes
<b>How? (Como?)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação da equipe facilitadora;</li> <li>• Elaboração de roteiros antirracistas;</li> <li>• Divulgação;</li> <li>• Realização das rodas;</li> <li>• Registro das demandas;</li> <li>• Avaliação de impacto.</li> </ul>
<b>How Much? (Quanto?)</b>	O custo com estrutura de apoio e materiais básicos já é contabilizado pela universidade, tendo em vista que a Pró-reitoria conta com dotação orçamentária para este fim, bem como conta com dotação para convite a pessoas da área via Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Dessa maneira, os relatos obtidos pela pesquisa de campo demonstraram que estudantes negros enfrentam desafios emocionais e psicossociais específicos decorrentes de situações de racismo, solidão acadêmica, sobrecarga e processos de autoafirmação racial. Esses fatores, frequentemente invisibilizados nas abordagens institucionais tradicionais, afetam o bem-estar e repercutem diretamente na permanência.

Assim, a realização de rodas de acolhimento e apoio psicossocial configura-se como uma intervenção necessária para criar espaços seguros de fala, escuta e elaboração coletiva das experiências vividas. Nesses encontros, conduzidos por uma equipe capacitada da PROAE para uma abordagem antirracista, os estudantes encontram suporte emocional e se reconhecem em trajetórias compartilhadas, fortalecendo autoestima, vínculos e pertencimento dialogando com Bento (2022) que revela a existência de um pacto narcísico que impõem barreiras sutis e invisíveis às pessoas negras.

Com a intenção de promover espaços de escuta qualificada, fortalecer questões ligadas ao pertencimento com objetivo de tentar mitigar os impactos emocionais e psicológicos do racismo contribuindo para o bem-estar psicossocial esta dissertação propõe que a universidade organize e gerencie esses espaços de acolhimento com encontros mensais e ciclos periódicos de avaliação. Nesse sentido, faz-se importante a colaboração da sociedade civil organizada por meio de grupos internos e externos à instituição no sentido de auxiliar que estes espaços sejam de fato, espaços acolhedores.

A partir da organização desses espaços por uma comissão formada na PROAE, contando com apoio de equipes de psicólogos e assistentes sociais da universidade, docentes parceiros e estudantes selecionados via edital, bem como agentes da sociedade. Nessa direção é importante que seja formada uma equipe de facilitadores da ação proposta com pessoas que tenham passado por capacitação.

Com esta iniciativa pedagógica, a comissão poderá ser capaz de elaborar roteiros antirracistas e divulgá-los de maneira a realizar as rodas de acolhimento e dar maior publicidade a elas. Além da realização das rodas, é importante registrar as demandas que forem levantadas nessas rodas de acolhimento e avaliar seu impacto

na instituição. Nesse sentido, é necessário pensar nos custos que essa ação geraria. Os custos podem variar, tendo em vista que a estrutura física de apoio e materiais básicos possuem baixo para aquisição e a Pró-reitoria possui dotação orçamentária para este tipo de material além de possuir estrutura física que acolha a iniciativa. Em contrapartida a formação das equipes pode demandar a presença de convidados, então representaria um custo também já previsto, tendo em vista que as instituições federais utilizam o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) para esse tipo de despesas, por vezes mitigando os custos com passagens aéreas e estadia.

Nesse cenário, esta proposta representa, portanto, uma prática necessária para humanizar as relações na instituição e reconhecer que a permanência não é apenas um fenômeno acadêmico, mas também emocional e subjetivo. Ao oferecer um espaço de cuidado, a universidade se aproxima das necessidades reais dos estudantes negros e pode contribuir para a redução dos impactos do racismo em suas trajetórias. Dessa forma, essa ação reforça o compromisso institucional com a promoção de ambientes acolhedores, capazes de sustentar o bem-estar e fortalecer a permanência de maneira integral, dialogando com políticas mais amplas de equidade e saúde mental.

Assim, ao promover um espaço de cuidado, partilha e orientação, esta ação contribui de forma direta para a consolidação de uma ambiência acadêmica. O conceito de ambiência descrito por Bestetti (2014) argumenta que:

Quando falamos em ambiência, pensamos em humanização por meio do equilíbrio de elementos que compõem os espaços, considerando fatores que permitam o protagonismo e a participação. Pressupõe o espaço como cenário onde se realizam relações sociais, políticas e econômicas de determinados grupos da sociedade, sendo uma situação construída coletivamente e incluindo as diferentes culturas e valores (Bestetti, 2014, p. 3).

Logo, podemos entender que a construção de redes de solidariedade e a circulação de informações essenciais à trajetória universitária tende a auxiliar nas taxas de êxito acadêmico.

Diante disso, podemos dizer que o cuidado e a humanização do espaço institucional não se esgotam em ações de apoio e escuta: eles se consolidam quando docentes e currículos incorporam, de modo intencional, princípios de equidade,

reconhecimento e enfrentamento ao racismo, fortalecendo o protagonismo estudantil e a participação. Nesse sentido, a seção seguinte aprofunda essa discussão, focalizando a formação docente e o currículo como dimensões centrais para a construção de uma ambiência acadêmica capaz de favorecer a permanência de estudantes negros.

#### 4.3 FORMAÇÃO ANTIRRACISTA, CURRÍCULO E AMBIÊNCIA ACADÊMICA

O terceiro eixo concentra-se na dimensão pedagógica e curricular, que desempenha papel fundamental na experiência formativa de estudantes negros. A pesquisa evidenciou que a predominância de epistemologias eurocentradas, a baixa diversidade nos quadros docentes e a ausência de conteúdos que dialoguem com a realidade e as identidades desses estudantes impactam diretamente sua permanência e seu engajamento acadêmico. Nesse sentido, as ações previstas nessa subseção visam promover a formação continuada de docentes e técnicos, incorporar perspectivas étnico-raciais nas práticas pedagógicas e revisar currículos de forma a torná-los mais inclusivos e representativos. Trata-se de um conjunto de intervenções orientadas à construção de uma ambiência acadêmica antirracista, capaz de valorizar saberes diversos e fortalecer trajetórias estudantis.

A pesquisa de campo também indicou que a permanência de estudantes negros está diretamente relacionada à forma como são acolhidos, reconhecidos e legitimados no ambiente acadêmico. No entanto, práticas pedagógicas pouco sensíveis às questões raciais, bem como a ausência de formação continuada com foco em equidade, foram apontadas como fatores que fragilizam essa permanência. A formação antirracista dirigida a docentes e técnicos surge, portanto, como uma ação estratégica para qualificar a atuação institucional, promover ambientes de aprendizagem mais inclusivos e desconstruir práticas que reproduzem desigualdades. Ao ampliar o repertório formativo dos profissionais da universidade, essa ação contribui para transformar o cotidiano acadêmico e fortalecer o compromisso da UFJF com uma educação pública, democrática e antirracista.

Nessa direção, é importante que o Movimento Negro por meio de seus grupos, coletivos e indivíduos, sejam convidados a fazer parte da instituição no âmbito desta

formação continuada, apesar dos desafios enfrentados pelos movimentos sociais e a dificuldade de ter seus saberes reconhecidos, como aponta Gomes (2022):

Os projetos, os currículos e as políticas educacionais têm dificuldade de reconhecer esses e outros saberes produzidos pelos movimentos sociais, pelos setores populares e pelos grupos sociais não-hegemônicos. No contexto atual da educação, regulada pelo mercado e pela racionalidade científico-instrumental, esses saberes foram transformados em não existência, ou seja, em ausências (Gomes, 2022, p. 42)

A reflexão de Gomes (2022), pode ser sintetizada em uma questão: É possível educar para a diversidade em uma sociedade marcada pelo colonialismo e pelo racismo? Esta proposta foi pensada a partir desta questão com o objetivo de qualificar as práticas pedagógicas e institucionais, reduzindo práticas consideradas racistas e fortalecer o ambiente universitário o tornando mais inclusivo de forma a contribuir para a permanência dos estudantes negros nos cursos de graduação da UFJF.

Quadro 10 – Formação continuada antirracista para docentes e técnicos

5W2H	Descrição
<b>What?</b> (O que?)	Implementar formação continuada antirracista destinada a docente, técnicos-administrativos e colaboradores terceirizados.
<b>Why?</b> (Por quê?)	Qualificar práticas pedagógicas e institucionais, reduzir manifestações de racismo, e fortalecer ambientes de aprendizagem inclusivos, contribuindo para a permanência de estudantes negros.
<b>Where?</b> (Onde?)	PROGEPE em conjunto com as unidades acadêmicas e administrativas da UFJF.
<b>When?</b> (Quando?)	2026, com ciclos semestrais de formação, com oferta contínua e avaliações anuais.
<b>Who?</b> (Quem?)	PROGRAD, DIAAF, PROGEPE, docentes, técnicos-administrativos, convidados especialistas no tema, além da sociedade civil organizada, por meio de grupos e coletivos do Movimento Negro.
<b>How?</b> (Como?)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento de módulos formativos;</li> <li>• Convite a especialistas;</li> <li>• Criação de materiais didáticos;</li> <li>• Oferta presencial e on-line;</li> <li>• Certificação dos participantes.</li> </ul>
<b>How Much?</b> (Quanto?)	Os atores envolvidos possuem remunerações vinculadas à UFJF, tendo em vista que já são servidores da instituição. Além disso, a oferta presencial da qualificação ocorreria no campus universitário, enquanto a oferta on-line pode ser feita de maneira gratuita pela plataforma Conferência Web RNP. A

	utilização da plataforma Google sala de aula faz com que os materiais digitais sejam disponibilizados de maneira gratuita, e para os materiais impressos, caso sejam utilizados, a Pró-reitoria possui dotação orçamentária para este tipo de recurso pedagógico.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Ao implementar formação continuada destinada ao quadro de servidores (docentes e técnicos-administrativos em educação) e trabalhadores terceirizados da universidade, a PROGEPE dialoga com a questão do pertencimento simbólico tanto no atendimento ao público, de forma geral, realizada por servidores e terceirizados, quanto na busca por um currículo mais inclusivo. Tendo em vista o processo de contratação pelos órgãos público e o médio custo para produção de materiais, convite a palestrantes externos e estruturação da formação da comunidade acadêmica é necessária a integração de setores como a Diretoria de Ações Afirmativas e da PROGEPE.

Com a atuação conjunta dos setores será possível planejar módulos formativos a serem ofertados para os dois campi de maneira remota e presencial com certificação para os participantes e convidar especialistas no tema, bem como atores da sociedade engajados no Movimento Negro. O custo para esta proposta ser implementada é baixo, tendo em vista que a plataforma Google Sala de aulas e a plataforma ConferênciaWeb<sup>15</sup> já são utilizadas por outros institutos federais e não oneraria a instituição. Nesse cenário, os custos relativos a convidados utilizados via SCDP de acordo com os saldos disponíveis para esta finalidade, utilizando a dotação orçamentária do setor.

Além disso, a predominância de currículos marcados por perspectivas eurocentradas foi um dos elementos identificados na pesquisa como fator que compromete o pertencimento e o engajamento de estudantes negros. A ausência de conteúdos, autores e epistemologias que dialoguem com suas identidades e experiências reforça desigualdades e limita o alcance formativo dos cursos de graduação. Nesse sentido, a revisão curricular com a inserção de perspectivas étnico-raciais diferentes das que são abordadas constitui uma ação importante para

---

15 O ConferênciaWeb é uma plataforma de conferência on-line que oferece integração com fermentas como Moodle e Eduplay e pode ser acessada com as credenciais institucionais.

promover uma formação acadêmica plural, crítica e conectada à realidade social brasileira. Essa revisão implica ampliar referências, diversificar abordagens e reconhecer a produção intelectual de sujeitos negros como parte legítima do conhecimento científico e cultural.

Dessa forma, a proposta de revisão curricular não se resume à inclusão pontual de conteúdos, mas envolve uma reestruturação mais profunda, capaz de reorientar práticas pedagógicas, ampliar horizontes epistemológicos e construir um ambiente formativo efetivamente plural. Ao promover a presença de saberes não hegemônicos nos currículos, a universidade reconhece sua responsabilidade no combate ao racismo epistêmico e contribui para a formação de profissionais mais preparados para atuar de maneira ética e socialmente comprometida. Essa ação, portanto, fortalece tanto a permanência estudantil quanto o papel social da universidade pública na promoção da equidade racial.

Assim, investir em uma formação continuada antirracista significa avançar para além do cumprimento formal das legislações relacionadas às relações étnico-raciais, assumindo um compromisso institucional com a mudança de cultura e de práticas pedagógicas. Essa iniciativa pode promover transformações significativas no modo como os estudantes experienciam a universidade, ampliando sua participação, seu reconhecimento e sua permanência. Dessa forma, a formação se torna um eixo estruturante na construção de um ambiente acadêmico comprometido com a equidade, impactando diretamente a qualidade das relações estabelecidas em sala de aula e na instituição como um todo.

Diante do exposto, observa-se que a revisão curricular e a formação continuada antirracista constituem dimensões essenciais para transformar a experiência acadêmica, pois incidem diretamente sobre as práticas pedagógicas, os referenciais de conhecimento legitimados e a qualidade das relações produzidas no cotidiano universitário. No entanto, para que tais mudanças se consolidem e produzam efeitos duradouros na permanência estudantil, é necessário que sejam acompanhadas por mecanismos institucionais de gestão capazes de coordenar ações, definir responsabilidades, garantir recursos, estabelecer fluxos, bem como monitorar e avaliar resultados. Assim, a seção seguinte aprofunda a discussão sobre a gestão institucional, com foco na melhoria de processos e no monitoramento sistemático das

iniciativas, de modo a assegurar sua continuidade, efetividade e aderência ao compromisso com a equidade racial.

#### 4.4 CENTRALIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

O quarto eixo do Plano de Ação Educacional volta-se à gestão institucional, reconhecendo que a permanência estudantil também depende de processos administrativos eficientes, comunicação clara e monitoramento sistemático de indicadores. A pesquisa evidenciou fragilidades na articulação entre setores, dispersão de informações e inexistência de mecanismos contínuos de acompanhamento da permanência racializada. Nesse sentido, as ações organizadas na subseção 4.4 buscam aprimorar a transparência, integrar bases de dados e fortalecer a capacidade institucional de planejamento e tomada de decisão, contribuindo para que as políticas de equidade racial sejam mais consistentes, sustentáveis e alinhadas às necessidades dos estudantes negros.

Entre as fragilidades mapeadas, destaca-se a dificuldade de acesso a informações sobre políticas de permanência, auxílios, editais e serviços institucionais, frequentemente dispersas em diferentes setores e divulgadas de forma pouco uniforme. Esse cenário afeta especialmente estudantes negros, que relatam desconhecimento de prazos, procedimentos e canais de atendimento, o que compromete a transparência, gera inseguranças e limita o acompanhamento sistemático das ações institucionais.

Para enfrentar essa lacuna, propõe-se a criação de um portal único dedicado à permanência estudantil, capaz de organizar, centralizar e tornar mais acessíveis as informações relevantes ao percurso acadêmico dos estudantes. Complementarmente, recomenda-se instituir um Comitê Permanente de Equidade Racial e Êxito Acadêmico, responsável por coordenar iniciativas, monitorar resultados, promover diálogo intersetorial e assegurar que as ações propostas constituam uma política institucional contínua, evitando que se configurem como esforços fragmentados ou episódicos.

Quadro 11 - Centralizar informações sobre permanência

5W2H	Descrição
<b>What? (O que?)</b>	Criar um portal institucional unificado reunindo informações sobre permanência, assistência estudantil, acompanhamento acadêmico e ações afirmativas.
<b>Why? (Por quê?)</b>	Facilitar o acesso dos estudantes às políticas institucionais, reduzir desinformação e promover transparência e organização dos serviços ofertados.
<b>Where? (Onde?)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Site institucional da UFJF;</li> <li>• Páginas de setores como PROAE e DIAAF;</li> <li>• Integração com SIGA.</li> </ul>
<b>When? (Quando?)</b>	Início da implementação em 2026, com atualizações contínuas.
<b>Who? (Quem?)</b>	Equipe de TI (CGCO), Coordenação de Registros Acadêmicos (CDARA), Diretoria de Comunicação Institucional, PROAE e DIAAF.
<b>How? (Como?)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mapeamento de informações;</li> <li>• Desenvolvimento técnico e revisão de conteúdo;</li> <li>• Divulgação e manutenção contínua.</li> </ul>
<b>How Much? (Quanto?)</b>	Os atores envolvidos possuem remunerações vinculadas à UFJF, tendo em vista que já são servidores da instituição. Além disso a estrutura de Tecnologia da Informação existente na UFJF seria utilizada para a implementação desse portal unificado. Assim, não haverá custo adicional.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A falta de integração entre os dados institucionais referentes à evasão, retenção, trancamentos, reprovações e demais indicadores relacionados à trajetória acadêmica impede uma compreensão aprofundada da permanência dos estudantes negros. Nessa direção, Caetano (2020, p. 174), argumenta que há dificuldade em levantar informações sobre evasão no SIGA devido à falta de informação correta do motivo de saída do aluno e a impossibilidade de afirmar com precisão as causas reais dos cancelamentos das matrículas dos alunos.

A pesquisa de campo demonstrou que grande parte dessas informações está dispersa ou não é analisada sob recorte racial, dificultando o planejamento de ações mais efetivas. Dessa forma, a criação de um sistema de monitoramento de indicadores de permanência emerge como medida estratégica para subsidiar decisões de gestão baseadas em evidências, possibilitando identificar tendências, fragilidades e necessidades específicas.

Nessa direção, a proposta tem como objetivo facilitar o acesso dos estudantes às políticas institucionais, reduzir desinformação e promover transparência e organização dos serviços ofertados além de propor a criação de um portal institucional

unificado reunindo informações sobre permanência, assistência estudantil, acompanhamento acadêmico e ações afirmativas ou a inserção destes dados no SIGA. Além disso, é importante que os sites institucionais e redes sociais, em especial, o da UFJF e os de setores como PROAE e DIAAF façam ampla divulgação de maneira que a informação seja mais bem difundida.

A partir de uma atuação integrada entre setores da PROSDAV (CGCO e CDARA), Diretoria de Comunicação Institucional, PROAE e DIAAF, a proposta tem a intenção de mapear as informações institucionais sobre permanência com a equipe técnica do CDARA, assistência estudantil e ações afirmativas, bem como o desenvolvimento técnico a partir do apoio da equipe de tecnologia da informação do CGCO. A revisão do conteúdo ficaria a cargo de uma equipe mista da PROAE e da DIAAF, bem como a divulgação e alimentação contínua desse sistema.

Além disso, a institucionalização de um comitê permanente representa um passo importante para consolidar uma governança sensível às questões raciais e comprometida com a permanência estudantil. Ao reunir diferentes atores institucionais e garantir a participação de estudantes, o comitê fortalece a transparência, o acompanhamento das ações e a continuidade das políticas, mesmo diante de mudanças de gestão. Assim, a ação se articula de maneira estratégica às demais intervenções do PAE, contribuindo para uma atuação sistêmica e sustentável na promoção da equidade racial.

Dessa forma, apesar da pesquisa de campo demonstrar que grande parte dessas informações está dispersa ou não é analisada sob recorte racial, tornando o planejamento de ações mais desafiador, a criação de um sistema de monitoramento de indicadores de permanência também emerge desta proposição como uma medida estratégica para subsidiar decisões de gestão baseadas em evidências, possibilitando identificar tendências, fragilidades e necessidades específicas.

Assim, a proposta demonstra que centralização das informações em um portal unificado tem potencial para transformar a comunicação institucional, tornando-a mais explícita, objetiva e inclusiva. Além de facilitar o acesso dos estudantes aos serviços disponíveis, a iniciativa fortalece a transparência administrativa e a eficiência dos fluxos internos. Ao oferecer informações de forma organizada e acessível, a

universidade contribui para reduzir hiatos informacionais e aprimorar a experiência acadêmica, reforçando seu compromisso com a permanência e a equidade racial.

Nesse sentido, para complementar e detalhar aspectos operacionais e elementos de apoio às ações apresentadas, a seção seguinte reúne informações complementares que contribuem para a compreensão e a viabilização do PAE.

#### 4.5 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

As ações apresentadas no Plano de Ação Educacional foram estruturadas para serem implementadas de forma gradual ao longo de um período de três anos, de modo a assegurar organização, viabilidade institucional e adequação às capacidades administrativas da Universidade Federal de Juiz de Fora.

No primeiro ano, as iniciativas concentram-se na etapa de preparação, que envolve a constituição das comissões responsáveis, o planejamento detalhado das atividades e a capacitação de servidores e trabalhadores terceirizados, etapa fundamental para consolidar uma base institucional sólida e garantir que os diferentes atores compreendam os objetivos, as diretrizes e os procedimentos das ações propostas.

O segundo ano é destinado ao monitoramento sistemático e aos ajustes necessários, com foco na consolidação das práticas já iniciadas, na identificação de fragilidades e potencialidades e na adequação das ações às legislações vigentes, às normativas internas e às metas institucionais.

Já o terceiro ano corresponde ao momento de avaliação dos resultados alcançados, de revisão crítica das políticas implementadas e de análise da possibilidade de ampliação das ações para outros setores, áreas ou campi da universidade, fortalecendo práticas bem-sucedidas e corrigindo eventuais distorções identificadas ao longo do processo.

Para assegurar que os princípios da administração pública sejam seguidos, o Plano de Ação Educacional prevê estratégias complementares de avaliação ao longo de todo o seu ciclo de implementação. O acompanhamento contínuo das ações permite o registro sistemático das etapas, avanços e dificuldades, sendo realizado de forma articulada entre as unidades envolvidas, com o apoio de indicadores claros,

relatórios periódicos e reuniões de acompanhamento, garantindo que as iniciativas permaneçam alinhadas aos objetivos centrais do PAE e possam ser ajustadas de maneira tempestiva.

A avaliação das ações e práticas, realizada de forma semestral ou anual, possibilita uma análise mais aprofundada da qualidade, do alcance e dos impactos das intervenções, combinando indicadores quantitativos e qualitativos, como a percepção dos estudantes, melhorias no clima institucional e avanços na redução das desigualdades.

Complementarmente, o retorno da comunidade acadêmica constitui um eixo importante do processo avaliativo, por meio da criação de canais permanentes de escuta e participação, permitindo que os estudantes, especialmente aqueles diretamente impactados pelas políticas, expressem percepções, avaliem serviços, sugiram melhorias e apontem fragilidades. Essa participação ativa fortalece o caráter democrático da gestão universitária e contribui para que as práticas institucionais estejam permanentemente alinhadas às necessidades reais da comunidade acadêmica.

A implementação gradual das ações propostas e a definição de estratégias sistemáticas de avaliação reforçam o caráter dinâmico e processual do PAE. Ao distribuir as iniciativas ao longo de três anos, iniciando pela preparação institucional, avançando para o monitoramento e culminando na revisão e possível expansão, o PAE reconhece que mudanças estruturais requerem tempo, adaptação contínua e participação ativa dos diferentes segmentos da universidade.

Do mesmo modo, os mecanismos de avaliação aqui traçados, incluem monitoramento constante, análise periódica das práticas e retorno participativo dos estudantes, garantem que o plano permaneça sensível às transformações institucionais e às necessidades reais da comunidade acadêmica. Assim, as ações aqui propostas não apenas respondem às evidências produzidas pela pesquisa, mas também estabelecem um ciclo permanente de aprendizado organizacional e aperfeiçoamento das políticas de permanência.

Desse modo, as informações complementares sobre implementação e avaliação reforçam a perspectiva de que o PAE é um instrumento orientado pela

responsabilidade pública, comprometido com a melhoria contínua e alinhado ao horizonte institucional de promover uma universidade mais justa, diversa e equitativa.

O conjunto de ações apresentado neste capítulo materializa um esforço de planejamento educacional orientado por evidências, fundamentado nas percepções e experiências dos estudantes, nos dados quantitativos levantados e nas análises teóricas desenvolvidas ao longo da dissertação. Ao estruturar o PAE em eixos integrados que articulam assistência estudantil, acolhimento, formação, currículo e gestão institucional, buscou-se construir uma proposta que possibilita o enfrentamento consistente dos desafios que comprometem a permanência de estudantes negros na UFJF.

O PAE indica possíveis caminhos, compatíveis com a estrutura administrativa da universidade e alinhados às demandas emergentes da pesquisa de campo, destacando a importância da articulação intersetorial, da gestão integrada, da alocação adequada de recursos e do compromisso contínuo da gestão.

Nesse cenário, é importante ressaltar que a efetividade das ações dependerá, principalmente, do engajamento dos atores institucionais, da consolidação de processos de monitoramento permanentes e da disposição para revisões e aprimoramentos ao longo do tempo. Assim, o PAE não se encerra em si mesmo: ele se apresenta como um instrumento vivo, que deve dialogar com novos diagnósticos, avaliações e contextos, contribuindo para que a UFJF avance no fortalecimento de uma cultura universitária democrática, inclusiva e comprometida com a justiça social.

Assim, as iniciativas aqui elaboradas não devem ser compreendidas como possíveis soluções isoladas, mas como partes de uma estratégia mais ampla de transformação institucional, sustentada por práticas antirracistas, pela promoção da equidade e pelo fortalecimento de políticas de inclusão. Logo, com o fechamento deste capítulo, abre-se espaço para a análise final da pesquisa, que discutirá os limites e contribuições do estudo, as implicações do PAE para a gestão educacional e as possibilidades de continuidade investigativa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo desta dissertação permitiram retomar a questão central que orientou o estudo e compreender como a UFJF se posiciona em relação à permanência de estudantes negros nos cursos de graduação. Ao fazê-lo, buscou-se reafirmar a relevância do tema diante dos desafios contemporâneos do ensino superior público brasileiro. Ao reconhecer que as desigualdades raciais se expressam de modo persistente no acesso, na trajetória e nos resultados acadêmicos, este trabalho procurou analisar como programas e práticas institucionais podem incidir na redução dessas assimetrias, com foco específico na permanência ao longo da graduação.

A partir da questão norteadora delineou-se um objetivo geral voltado a compreender como a UFJF pode desenvolver mecanismos institucionais para fortalecer a permanência de estudantes negros. Nessa direção, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: i. mapear as iniciativas existentes; ii. compreender os desafios enfrentados; e iii. propor medidas que promovam a inclusão e a equidade.

Para responder à questão de pesquisa e aos objetivos propostos, adotou-se um percurso metodológico que articulou levantamento documental, aplicação de questionários aos estudantes da UFJF, realização de entrevistas com estudantes negros respondentes do questionário e com gestores de setores-chave da instituição e análise de dados institucionais, em diálogo com revisão teórica sobre racismo estrutural, racismo institucional, ações afirmativas e permanência estudantil. Essa combinação permitiu examinar o tema sob uma perspectiva analítica e evidenciar como determinados marcos normativos, fluxos de processos institucionais e iniciativas de assistência e inclusão se materializam na experiência estudantil. O recorte temporal selecionado, de 2018 a 2023, e o diálogo com fontes primárias e secundárias viabilizaram uma leitura contextualizada das ações de permanência, o que possibilitou observar transformações, continuidades e lacunas que atravessam a política educacional em âmbito institucional.

A interlocução entre referencial teórico, dados empíricos e análise institucional evidenciou que a permanência, quando observada sob a lente da equidade racial, demanda uma abordagem integrada que articule dimensões materiais e simbólicas.

Nesse sentido, o percurso realizado demonstrou que compreender a permanência para além da não evasão implica perceber condições de trajetória que favoreçam o desenvolvimento acadêmico, o pertencimento institucional e a superação de barreiras estruturais que afetam estudantes negros. Essa perspectiva orienta a síntese dos achados apresentada na sequência, bem como as contribuições e desdobramentos discutidos ao final deste capítulo.

Os dados analisados evidenciaram que a permanência de estudantes negros na UFJF está relacionada a um conjunto de fatores que vão além da oferta de auxílios financeiros, envolvendo condições materiais e simbólicas. As respostas aos questionários e as entrevistas indicaram que o suporte econômico é condição necessária, mas não suficiente para sustentar a permanência ao longo do curso, uma vez que barreiras simbólicas, raciais e acadêmicas continuam a produzir sensações de isolamento, sobrecarga e questionamento da legitimidade de sua presença no espaço universitário. A articulação entre esses elementos reforça que os determinantes da permanência são multidimensionais e demandam políticas capazes de atuar simultaneamente em diferentes frentes.

No que se refere às ações institucionais, o mapeamento das iniciativas existentes mostrou avanços decorrentes das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil, mas também revelou descontinuidades, fragilidades administrativas e baixa integração entre setores responsáveis pela permanência. As análises apontaram que alguns programas têm sido decisivos para garantir condições mínimas de continuidade acadêmica, mas carecem de mecanismos de monitoramento sistemático que permitam identificar precocemente riscos de evasão e desigualdades de percurso. Ainda que existam iniciativas pontuais voltadas ao acolhimento estudantil, elas se configuram de forma dispersa e com alcance limitado, o que reduz seu impacto sobre trajetórias de grupos racialmente vulnerabilizados.

Ao relacionar os dados obtidos com a literatura sobre racismo institucional e permanência, observou-se que o enfrentamento das desigualdades raciais na graduação requer políticas contínuas, intersetoriais e orientadas por diagnósticos precisos, capazes de vincular dimensões materiais e simbólicas visando o êxito acadêmico. O estudo indicou que a permanência não se resume à manutenção formal da matrícula, mas envolve condições estruturais para o desenvolvimento acadêmico,

a construção de pertencimento e a redução dos efeitos diferenciais do racismo na trajetória universitária. Assim, os resultados apresentados sugerem a necessidade de fortalecer ações integradas de permanência e de ampliar estratégias institucionais que promovam equidade racial de forma sistemática, tema que orienta as contribuições, limitações e desdobramentos discutidos a seguir.

No campo teórico, este estudo contribui ao reforçar a centralidade da permanência como categoria complexa que articula dimensões materiais e simbólicas, especialmente quando analisada sob a perspectiva da equidade racial. Ao mobilizar referenciais sobre racismo institucional, ações afirmativas e políticas de permanência, o trabalho evidencia que a permanência não pode ser compreendida apenas como a continuidade formal na matrícula, mas como condição de trajetória que envolve pertencimento, suporte institucional e enfrentamento de desigualdades historicamente construídas. Dessa forma, o estudo oferece uma interpretação integrada da permanência estudantil racializada no ensino superior público, ampliando o debate em torno da permanência como política de equidade.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa avança ao combinar levantamento documental, análise de dados institucionais e instrumentos empíricos aplicados diretamente a estudantes negros e a gestores de setores importantes da universidade, o que possibilitou uma aproximação da permanência a partir das experiências e percepções daqueles que vivenciam desigualdades estruturais em sua formação. Essa escolha metodológica contribui para explicitar nuances da permanência que não são captadas exclusivamente por indicadores quantitativos, ao mesmo tempo que reafirma a importância de abordagens mistas para analisar fenômenos educacionais marcados por assimetrias raciais. Assim, o estudo demonstra a relevância de integrar dados institucionais e vozes estudantis como estratégia para qualificar diagnósticos e orientar políticas públicas.

No âmbito institucional, a pesquisa oferece subsídios para o aprimoramento dos programas e ações de permanência da UFJF ao mapear iniciativas existentes, identificar lacunas e propor elementos para a construção de mecanismos de acompanhamento contínuo. Ao evidenciar tanto as conquistas quanto as descontinuidades das ações implementadas, o estudo contribui para fortalecer a incorporação da variável raça/cor nos processos de planejamento, monitoramento e

avaliação institucional, além de reafirmar a necessidade de políticas sustentadas e intersetoriais que articulem assistência estudantil, acompanhamento acadêmico e promoção do pertencimento. Desse modo, as contribuições apresentadas podem servir de referência para gestores, pesquisadores e atores institucionais comprometidos com a equidade racial e a consolidação da permanência como política estruturante da educação superior pública.

Apesar de ter mobilizado diferentes fontes de informação, este estudo possui limitações decorrentes do recorte institucional e temporal adotado, que restringe a análise à realidade da UFJF em um período específico. Tal delimitação permitiu aprofundar a compreensão sobre dinâmicas locais de permanência dos estudantes negros, mas não autoriza generalizações diretas para outras instituições ou contextos regionais. Do mesmo modo, o foco em estudantes negros na graduação implica que as conclusões não abarcam a totalidade das diversidades raciais, étnicas e sociais presentes na universidade, embora indiquem tendências relevantes para o debate mais amplo sobre equidade racial.

No plano metodológico, as limitações dizem respeito à abrangência dos instrumentos de coleta e à disponibilidade de dados institucionais. A aplicação de questionários permitiu alcançar um conjunto representativo de estudantes, mas não contemplou a totalidade dos cursos nem das experiências vivenciadas. Do mesmo modo, o número reduzido de entrevistas, ainda que suficiente para identificar tendências e recorrências, limitou a possibilidade de aprofundar nuances específicas associadas a trajetórias singulares. Além disso, lacunas na organização e disponibilização de dados institucionais dificultaram a construção de séries históricas completas sobre permanência e evasão racializada, restringindo a amplitude das análises desenvolvidas.

Os achados deste estudo indicam caminhos para o aprimoramento das políticas de permanência voltadas a estudantes negros na UFJF. Entre as recomendações centrais, destaca-se a necessidade de implementar um sistema integrado de monitoramento da permanência, capaz de articular dados socioeconômicos, acadêmicos e raciais, permitindo identificar precocemente riscos de evasão e orientar intervenções específicas. Além disso, essa dissertação propôs o fortalecimento das ações de acolhimento e pertencimento, com ampliação de espaços

formativos e coletivos voltados à construção de redes de apoio e à afirmação racial, a partir de iniciativas coordenadas entre setores acadêmicos, administrativos e estudantis.

Outro desdobramento relevante consiste na institucionalização da variável raça/cor como dimensão estruturante da política de permanência, de modo a garantir que diagnósticos, metas e ações contemplam desigualdades raciais de forma sistemática. Nesse sentido, é importante observar o fortalecimento de mecanismos de acompanhamento acadêmico, articulados aos programas de assistência estudantil, que considerem as especificidades das trajetórias de estudantes negros. Por fim, aponta-se a importância de promover espaços permanentes de diálogo entre estudantes, pesquisadores e gestores institucionais, assegurando que experiências e demandas estudantis orientem o ciclo de políticas, do diagnóstico à avaliação.

Como pesquisador e servidor técnico-administrativo em educação na UFJF, este estudo me colocou diante de um duplo pertencimento: investigo a instituição ao mesmo tempo em que a habito e a integro cotidianamente. Essa condição exige reconhecer que o olhar construído sobre a permanência de estudantes negros é atravessado não apenas por referenciais teóricos e escolhas metodológicas, mas também pela minha experiência enquanto trabalhador da universidade, que presencia de perto os efeitos das políticas institucionais, suas potências e suas fragilidades. Ao produzir esta pesquisa, não pude me posicionar como observador externo; ao contrário, precisei tensionar continuamente as fronteiras entre análise e implicação, entre diagnóstico e responsabilidade, reconhecendo que minha trajetória profissional informa a maneira como interpreto processos, atribuo relevâncias e comprehendo as dinâmicas de permanência.

Como homem negro que percorreu a educação pública e nela encontrou formação, tensionamento e consciência racial, esta jornada também me fez revisitar memórias e experiências que atravessam minha relação com o mundo acadêmico. Ouvir estudantes relatarem percepções de pertencimento, dúvidas sobre permanecer, enfrentamentos cotidianos diante do racismo e estratégias de resistência produziu deslocamentos que excedem a linguagem técnica. Em muitos relatos, identifiquei gestos, sentimentos e silêncios que reconheço como meus: a necessidade de provar continuamente a legitimidade de estar presente, a busca por referências que validem

a trajetória, a importância de redes de apoio que sustentam o percurso quando a instituição não o faz. Esse encontro entre memória e pesquisa evidenciou que a permanência, antes de ser um indicador, é também uma história marcada por raça e desejo de transformação.

Em síntese, esta dissertação reposicionou minha compreensão do que significa pesquisar equidade racial dentro da universidade pública. Ser um servidor e pesquisador negro em um país marcado por desigualdades estruturais significa assumir que o conhecimento produzido é, simultaneamente, análise e implicação, técnica e compromisso, ciência e responsabilidade política. Compreendi que contribuir para a permanência de estudantes negros exige mais do que sistematizar dados e mapear ações: requer sustentar uma postura que reconheça a universidade como espaço em disputa e que reivindique políticas capazes de alterar trajetórias, e não apenas descrevê-las. Essa consciência orienta as recomendações apresentadas nesta dissertação e reafirma minha compreensão de que pesquisar, nesse contexto, é também um gesto de permanência.

Ao longo desta dissertação, buscou-se evidenciar que políticas de permanência voltadas à promoção da equidade racial não podem se limitar à garantia de recursos materiais, embora estes sejam indispensáveis. É necessário articular ações de acolhimento, acompanhamento acadêmico e monitoramento contínuo, de modo que estudantes negros encontrem as condições estruturais e simbólicas necessárias para permanecer, se desenvolver e concluir sua formação. A permanência, nesse sentido, configura-se como processo dinâmico, que demanda políticas sistemáticas, intersetoriais e comprometidas com a transformação institucional.

Ademais, as análises realizadas reafirmam que fortalecer a permanência de estudantes negros na educação superior pública é condição para consolidar a democratização do acesso e ampliar oportunidades educacionais no país. Ao evidenciar avanços, desafios e possibilidades de aprimoramento das ações institucionais, esta dissertação reafirma a necessidade de políticas que reconheçam a centralidade da equidade racial para o êxito acadêmico. Assim, espera-se que os achados e reflexões aqui apresentados contribuam para o aprimoramento das políticas de permanência na UFJF e inspirem novos estudos e ações comprometidas com a construção de uma universidade mais justa, plural e democrática.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** Companhia das letras, 2022.

BERSANI, H. **Racismo estrutural e o direito à educação.** Educação em Perspectiva, Viçosa, MG, v. 8, n. 3, p. 380–397, 2017. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v8i3.892. Disponível em: <https://beta.periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6975>. Acesso em: 12 out. 2024.

BESTETTI, Maria Luisa Trindade. Ambiência: espaço físico e comportamento. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 17, n. 3, p. 601-610, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/sRNRKc96QsmC6fybS8LQmDc/?lang=pt> Acesso 30 nov. 2025

BRASIL. **Congresso Nacional. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Congresso Nacional. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm). Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.087, de 5 de novembro de 2019.** Institui a Estratégia Nacional de Governo Digital. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2019/decreto/d10087.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/d10087.htm). Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023.** Institui o Plano Nacional de Inclusão Digital. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2023-2026/2023/decreto/d11785.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/d11785.htm). Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002.** Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Produtivo. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/decreto/2002/D4228.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/2002/D4228.htm). Acesso em: 20 abr. 2025.

**BRASIL. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas.** Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=24676](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24676). Acesso em: 14 set. 2024.

**BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).** Censo da Educação Superior 2022. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2022/apresentacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2022.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf). Acesso em: 12 set. 2024.

**BRASIL. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010.** Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF, 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/lei/l12288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/lei/l12288.htm). Acesso em: 12 set. 2024.

**BRASIL. Ministério da Educação.** **Cartilha da Lei de Cotas: 2023.** Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/lei-de-cotas-cartilha.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

**BRASIL. Projeto de Lei nº 1332, de 1983.** Dispõe sobre medidas compensatórias e institui normas de ação afirmativa. Disponível em: [http://www.abdias.com.br/atuacao\\_parlamentar/deputado\\_lei\\_texto.htm#compensatoria](http://www.abdias.com.br/atuacao_parlamentar/deputado_lei_texto.htm#compensatoria). Acesso em: 12 out. 2024.

**CAETANO, Fernanda de Oliveira Souza.** **A evasão no primeiro ciclo do Bacharelado em Ciências Exatas da UFJF.** 2020.

**CARVALHO, Marília.** **Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos.** Revista Brasileira de Educação, p. 77-95, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PHZCR8tTdbqDtFCbTQ7dL8z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2024.

**CHIAVENATO, Idalberto.** **Administração.** Elsevier Brasil, 2007.

**CHIAVENATO, Idalberto.** **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor.** Editora manole, 2004.

**CORRÊA, Fernando Ramos.** **Gestão da qualidade.** Volume Único. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2019.

**COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Natália Cristina Dreossi.** A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa**, São Paulo , v. 47, e228764, 2021 . Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022021000100713&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022021000100713&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 19 abr. 2025. Epub 26-Mar-2021. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202147228764>.

COSTA, Luciano Cajado. Teoria das filas. **Universidade Federal do Maranhão. SD. Acesso em**, v. 12, 2009. Disponível em:  
[https://www.deinf.ufma.br/~mario/grad/filas/TeoriaFilas\\_Cajado.pdf](https://www.deinf.ufma.br/~mario/grad/filas/TeoriaFilas_Cajado.pdf) Acesso em 10 dez. 2025

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 1223-1245, 2010.

FALEIROS, F. et al. Uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. **Texto & Contexto: Enfermagem**, Florianópolis, v. 25, n. 4, e3880014, 2016.. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/tce/a/Hjf6ghPxk7LT78W3JBTdpjf/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 07 mai.2025.

GAIOSO, Natalicia Pacheco de Lacerda. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes Limitada, 2022.

LIMA, Silvia Peixoto de; RODRIGUEZ, Margarita Victoria. **Políticas educacionais e equidade: revendo conceitos**. Contrapontos, Florianópolis, v. 08, n. 01, p. 53-69, abr. 2008. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-71142008000100005&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-71142008000100005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 12 out. 2024.

MACIEL, Carina Elisabeth; CUNHA JÚNIOR, Mauro; LIMA, Tatiane da Silva. A produção científica sobre permanência e evasão na educação superior no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e198669, 2019. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ep/a/TcyrZH4JGLSqK8Jy333yrSq/?lang=pt#> Acesso: 15 nov. 2024.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em:  
<https://michaelis.uol.com.br> Acesso em: 23 jul. 2025

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível

em: [https://biblio.fflch.usp.br/Munanga\\_K\\_UmaAbordagemConceitualDasNocoesDeRacaRacismoldentidadeEEtnia.pdf](https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoesDeRacaRacismoldentidadeEEtnia.pdf). Acesso em: 30 out. 2024.

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (Ed.). **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística--IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2024.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO**, p. 117-142, 2005. Disponível em: [https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf) Acesso em: 12 mar. 2025

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 3.708, de 9 de novembro de 2001**. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências. *Diário Oficial* do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 10 nov. 2001.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Editora Vozes Limitada, 2017.

SCALI, Danyelle Freitas. **Evasão nos cursos superiores de tecnologia: a percepção dos estudantes sobre seus determinantes**. 2009. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/469631> Acesso em: 15 nov. 24

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo e; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo e. **A Evasão No Ensino Superior Brasileiro – Novos Dados**. Instituto Lobo. 2017. Disponível em: [https://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art\\_088.pdf](https://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_088.pdf). Acesso em: 10 abr. 2025.

SOUZA, A. S. de. RACISMO INSTITUCIONAL: PARA COMPREENDER O CONCEITO. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. I.], v. 1, n. 3, p. 77–88, 2011. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/275>. Acesso em: 30 ago. 2025.

TINTO, Vincent. **Dropout from higher education: A theoretical synthesis of recent research.** Review of Educational Research, v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/00346543045001089>. Acesso em: 13 set. 2024.

TORRES, Oswaldo Fadigas. Elementos da teoria das filas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 6, p. 111-127, 1966.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Diretoria de Ações Afirmativas. Relatório de gestão, 2016-2019.** Disponível em: <https://www2.ufjf.br/diaaf/wp-content/uploads/sites/74/2022/02/Relat%C3%B3rio-Gest%C3%A3o-DIAAF-2016-2019.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Diretoria de Ações Afirmativas. Relatório de gestão, 2020.** Disponível em: <https://www2.ufjf.br/diaaf/wp-content/uploads/sites/74/2022/02/Relat%C3%B3rio-Gest%C3%A3o-DIAAF-2020.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Diretoria de Ações Afirmativas. Relatório de gestão, 2021.** Disponível em: <https://www2.ufjf.br/diaaf/wp-content/uploads/sites/74/2022/02/Relat%C3%B3rio-Gest%C3%A3o-DIAAF-2021.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2027.** Juiz de Fora: UFJF, 2022. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/pdi/wp-content/uploads/sites/249/2022/05/PDI-UFJF-2022a2027.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pró-Reitoria de Apoio Estudantil. **Portaria PROAE/UFJF nº 12, de 31 de janeiro de 2024.** Dispõe sobre os procedimentos de análise socioeconômica para fins de acesso ao Programa de Bolsas e Auxílios de Assistência Estudantil da UFJF. Juiz de Fora: UFJF, 2024. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/proae/wp-content/uploads/sites/57/2024/01/PORTARIA-PROAE-12-2024.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Portaria PROGEPE nº 133, de 10 de maio de 2024.** Disponível em: [https://sei.ufjf.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?uV-thFNrPwwYOslsiwqSw3B1akOKGju-hX6APmd37zyh9n6vWAFv2LszwVwRUoONrtNZUTDK0axTA739v1ITQwNe3JpU4iCAqfi4ItKCij-gzml\\_mgs1IWEm6O6a0qCm](https://sei.ufjf.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?uV-thFNrPwwYOslsiwqSw3B1akOKGju-hX6APmd37zyh9n6vWAFv2LszwVwRUoONrtNZUTDK0axTA739v1ITQwNe3JpU4iCAqfi4ItKCij-gzml_mgs1IWEm6O6a0qCm). Acesso em: 12 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Resolução nº 05, de 24 de fevereiro de 2005.** Disciplina o disposto na Resolução nº 16/2004 do Conselho Superior e dá outras providências. Juiz de Fora, 2004. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/consu/wp->

[content/uploads/sites/33/2018/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-05-2005.pdf](https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2018/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-05-2005.pdf). Acesso em: 8 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Resolução nº 16, de 4 de novembro de 2004.** Dispõe sobre a reserva de vagas na graduação. Juiz de Fora, 2004. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2018/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-16-2004.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2024.

VALLANDRO, Leonel; BORNHEIM, Gerd. Aristóteles: ética à Nicomaco. **Tradução da versão inglesa WD Ross. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores),** 1978.

VEIGA, Cynthia Greive.; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de (Orgs.). **Historiografia da educação: abordagens teóricas e metodológicas.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. E-book. 298 p. Disponível em: <https://livrosabertos.fae.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/03/Historiografia-da-educacao-abordagens-teoricas-e-metodologicas.pdf>? Acesso em: 12 mar. 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método.** 2.ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

## APÊNDICE A – EVASÃO POR CURSO DE GRADUAÇÃO NA UFJF

Curso	Campus	Turno	Estudantes de outros grupos étnico-raciais			Estudantes Negros		
			Ingressantes	Evadidos	% Estudantes Evadidos em comparação com ingressantes	Ingressantes	Evadidos	% Estudantes Evadidos em comparação com ingressantes
Abi - Ciências Biológicas	Juiz de Fora	Integral	61	18	29,51%	31	13	41,94%
Ciências Biológicas	Juiz de Fora	Integral	38	12	31,58%	11	3	27,27%
Administração	Governador Valadares	Integral	94	58	61,70%	104	89	85,58%
Ciências Biológicas	Juiz de Fora	Integral	7	3	42,86%	3	1	33,33%
Ciências Contábeis	Governador Valadares	Integral	76	36	47,37%	89	47	52,81%
Ciências Econômicas	Governador Valadares	Integral	105	72	68,57%	100	72	72,00%
Direito	Juiz de Fora	Integral	182	30	16,48%	100	32	32,00%
Direito	Governador Valadares	Integral	148	46	31,08%	125	54	43,20%
Ciências Econômicas	Juiz de Fora	Integral	216	45	20,83%	82	23	28,05%
Farmácia	Governador Valadares	Integral	128	52	40,63%	81	57	70,37%
Fisioterapia	Governador Valadares	Integral	40	19	47,50%	62	27	43,55%
Farmácia	Juiz de Fora	Integral	189	43	22,75%	88	39	44,32%
Medicina	Governador Valadares	Integral	192	30	15,63%	122	21	17,21%
Abi - Filosofia	Juiz de Fora	Integral	77	33	42,86%	46	24	52,17%
Filosofia	Juiz de Fora	Integral	10	5	50,00%	5	2	40,00%
Nutrição	Governador Valadares	Integral	97	47	48,45%	106	58	54,72%
Filosofia	Juiz de Fora	Integral	17	5	29,41%	13	6	46,15%
Odontologia	Governador Valadares	Integral	120	25	20,83%	100	26	26,00%

Abi - Geografia	Juiz de Fora	Integral	87	29	33,33%	35	14	40,00%
Geografia	Juiz de Fora	Integral	26	10	38,46%	20	6	30,00%
Educação Física	Governador Valadares	Integral	52	41	78,85%	83	61	73,49%
Geografia	Juiz de Fora	Integral	42	8	19,05%	21	10	47,62%
Abi - História	Juiz de Fora	Integral	118	29	24,58%	62	13	20,97%
História	Juiz de Fora	Integral	6	4	66,67%	2	1	50,00%
História	Juiz de Fora	Integral	44	7	15,91%	40	10	25,00%
Abi - Letras	Juiz de Fora	Integral	87	19	21,84%	36	10	27,78%
Letras	Juiz de Fora	Integral	8	2	25,00%	2	1	50,00%
Medicina	Juiz de Fora	Integral	408	20	4,90%	145	13	8,97%
Odontologia	Juiz de Fora	Integral	195	32	16,41%	75	19	25,33%
Pedagogia	Juiz de Fora	Diurno	136	34	25,00%	69	18	26,09%
Serviço Social	Juiz de Fora	Diurno	115	25	21,74%	63	19	30,16%
Fisioterapia	Juiz de Fora	Integral	76	25	32,89%	43	18	41,86%
Educação Física	Juiz de Fora	Integral	141	49	34,75%	91	25	27,47%
Enfermagem	Juiz de Fora	Integral	132	40	30,30%	101	31	30,69%
Engenharia Civil	Juiz de Fora	Integral	193	63	32,64%	86	46	53,49%
Administração	Juiz de Fora	Integral	153	36	23,53%	68	16	23,53%
Abi - Geografia	Juiz de Fora	Noturno	6	8	133,33%	5	4	80,00%
Geografia	Juiz de Fora	Noturno	125	58	46,40%	84	39	46,43%
Abi - Letras	Juiz de Fora	Noturno	9	9	100,00%	6	7	116,67%
Pedagogia	Juiz de Fora	Noturno	7	11	157,14%	4	4	100,00%
Psicologia	Juiz de Fora	Integral	149	26	17,45%	92	14	15,22%
Arquitetura E Urbanismo	Juiz de Fora	Integral	136	34	25,00%	70	18	333,33%
Direito	Juiz de Fora	Noturno	171	39	22,81%	106	30	28,30%
Ciência Da Computação	Juiz de Fora	Noturno	3	9	300,00%	3	10	333,33%
Administração	Juiz de Fora	Noturno	142	49	34,51%	72	34	47,22%
Engenharia De Produção	Juiz de Fora	Noturno	1107	48	4,34%	54	38	70,37%
Ciências Econômicas	Juiz de Fora	Noturno	205	60	29,27%	114	36	31,58%
Música	Juiz de Fora	Integral	2	2	100,00%	2	2	100,00%

Nutrição	Juiz de Fora	Integral	182	59	32,42%	107	36	33,64%
Ciências Exatas	Juiz de Fora	Integral	882	346	39,23%	379	161	42,48%
Opção 2º Ciclo Ciências Exatas - Engenharia Computacional	Juiz de Fora	Integral	13	3	23,08%	1	1	100,00%
Opção 2º Ciclo Ciências Exatas - Engenharia Mecânica	Juiz de Fora	Integral	6	1	16,67%	1	1	100,00%
Engenharia Computacional	Juiz de Fora	Integral	77	26	33,77%	41	17	41,46%
Ciência Da Computação	Juiz de Fora	Integral	63	14	22,22%	20	5	25,00%
Estatística	Juiz de Fora	Integral	71	27	38,03%	35	23	65,71%
Física - Abi	Juiz de Fora	Integral	73	29	39,73%	36	21	58,33%
Matemática - Abi	Juiz de Fora	Integral	69	21	30,43%	26	14	53,85%
Química	Juiz de Fora	Integral	111	44	39,64%	62	32	51,61%
Química	Juiz de Fora	Integral	27	6	22,22%	1	1	100,00%
Engenharia Elétrica - Energia	Juiz de Fora	Noturno	21	4	19,05%	11	4	36,36%
Engenharia Elétrica - Robótica E Automação Industrial	Juiz de Fora	Integral	8	5	62,50%	9	2	22,22%
Engenharia Elétrica - Sistemas De Potência	Juiz de Fora	Integral	10	2	20,00%	1	1	100,00%
Engenharia Elétrica - Sistemas Eletrônicos	Juiz de Fora	Integral	11	1	9,09%	5	4	80,00%
Engenharia Elétrica - Telecomunicações	Juiz de Fora	Integral	7	4	57,14%	5	3	60,00%
Bacharelado Interdisciplinar Em Artes E Design	Juiz de Fora	Integral	147	36	24,49%	96	29	30,21%
Engenharia Ambiental E Sanitária	Juiz de Fora	Integral	173	60	34,68%	96	29	30,21%

Serviço Social	Juiz de Fora	Noturno	4	4	100,00%	3	2	66,67%
Engenharia Elétrica - Sistemas Eletrônicos	Juiz de Fora	Integral	21	57	271,43%	13	27	207,69%
Engenharia Elétrica - Robótica E Automação Industrial	Juiz de Fora	Integral	11	17	154,55%	10	15	150,00%
Engenharia Elétrica - Sistemas De Potência	Juiz de Fora	Integral	25	42	168,00%	9	19	211,11%
Engenharia Elétrica - Telecomunicações	Juiz de Fora	Integral	27	45	166,67%	13	32	246,15%
Engenharia Elétrica - Energia	Juiz de Fora	Noturno	44	53	120,45%	24	31	129,17%
Engenharia Mecânica	Juiz de Fora	Integral	18	31	172,22%	14	20	142,86%
Bacharelado Interdisciplinar Em Ciências Humanas	Juiz de Fora	Integral	465	179	38,49%	274	115	41,97%
Turismo	Juiz de Fora	Integral	138	50	36,23%	72	34	47,22%
Bacharelado Interdisciplinar Em Ciências Humanas	Juiz de Fora	Noturno	14	17	121,43%	6	12	200,00%
Ciência Da Religião	Juiz de Fora	Noturno	11	4	36,36%	13	7	53,85%
Ciência Da Religião	Juiz de Fora	Noturno	13	9	69,23%	10	7	70,00%
Ciências Contábeis	Juiz de Fora	Integral	135	34	25,19%	62	18	29,03%
Ciências Contábeis	Juiz de Fora	Noturno	129	44	34,11%	86	30	34,88%
Física	Juiz de Fora	Noturno	15	25	166,67%	4	11	275,00%
Matemática	Juiz de Fora	Noturno	8	20	250,00%	3	2	66,67%
Química	Juiz de Fora	Noturno	2	16	800,00%	1	6	600,00%
Jornalismo	Juiz de Fora	Noturno	186	48	25,81%	44	21	47,73%
Medicina Veterinária	Juiz de Fora	Integral	186	48	25,81%	96	29	30,21%
Letras - Libras	Juiz de Fora	Noturno	16	15	93,75%	9	9	100,00%
Rádio, Tv E Internet	Juiz de Fora	Integral	104	20	19,23%	63	15	23,81%
Bacharelado Em Artes Visuais	Juiz de Fora	Integral	128	16	12,50%	34	11	32,35%
Bacharelado Em Moda	Juiz de Fora	Integral	108	12	11,11%	35	9	25,71%

Licenciatura Em Artes Visuais	Juiz de Fora	Integral	120	22	18,33%	38	8	21,05%
Cinema E Audiovisual	Juiz de Fora	Integral	136	22	16,18%	18	3	16,67%
Bacharelado Em Design	Juiz de Fora	Integral	124	15	12,10%	41	9	21,95%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLÉ) QUESTIONÁRIO COM ALUNOS

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “Permanência no Ensino Superior: desafios dos estudantes negros na graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é compreender os desafios à permanência dos estudantes negros da UFJF, dialogando com as políticas públicas de acesso no ensino superior. Tendo em conta que a evasão dos alunos negros contribui para a perpetuação de desigualdades sociais e econômicas, o estudo mostra-se socialmente relevante. Nesta pesquisa pretendemos entender como a UFJF pode desenvolver mecanismos institucionais relacionados a permanência de pessoas negras nos cursos de graduação.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você um questionário on-line seja distribuído aos alunos pela Diretoria de Imagem Institucional da UFJF respeitando os procedimentos necessários para divulgação de pesquisas ciências pela UFJF de citados na Portaria PROPP/UFJF Nº 101, de 17 de outubro de 2024. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: informações sensíveis e desconforto ao responder. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, está garantida a confidencialidade das respostas, utilizando pseudônimos ou codificação de dados. Nos comprometemos a armazenar os dados coletados em sistemas seguros com acesso restrito. O participante pode interromper ou desistir do questionário a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

A pesquisa pode ajudar da seguinte maneira: identificar os desafios enfrentados por estudantes negros na UFJF, permitindo a proposição de medidas para melhorar suas condições de permanência; criar um espaço onde os estudantes possam compartilhar suas vivências, promovendo o empoderamento e a visibilidade de suas demandas; contribuir para o fortalecimento do senso de pertencimento desses estudantes no ambiente acadêmico; oferecer um diagnóstico sobre a eficácia das políticas de permanência já existentes; identificar lacunas nas ações institucionais, promovendo o desenvolvimento de iniciativas mais eficazes e inclusivas; reduzir as taxas de evasão entre estudantes negros, contribuindo para melhores indicadores institucionais; contribuir para o aprimoramento das políticas afirmativas e das práticas de gestão educacional.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas

atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ENTREVISTA COM GESTORES

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “Permanência no Ensino Superior: desafios dos estudantes negros na graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é compreender os desafios à permanência dos estudantes negros da UFJF, dialogando com as políticas públicas de acesso no ensino superior. Tendo em conta que a evasão dos alunos negros contribui para a perpetuação de desigualdades sociais e econômicas, o estudo mostra-se socialmente relevante. Nesta pesquisa pretendemos entender como a UFJF pode desenvolver mecanismos institucionais relacionados a permanência de pessoas negras nos cursos de graduação.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você uma entrevista semiestruturada a partir da disponibilidade de contato assinalada por você no questionário on-line. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: informações sensíveis e desconforto ao responder. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, está garantida a confidencialidade das respostas.

Por conta do cargo ocupado, existe a possibilidade de identificação indireta dos gestores participantes desta pesquisa. Embora todas as medidas sejam adotadas para preservar o sigilo e a confidencialidade das informações, a especificidade das funções exercidas pode permitir sua identificação indireta. Caso concorde em participar, o (a) participante declara estar ciente desse possível risco. Nos comprometemos a armazenar os dados coletados em sistemas seguros com acesso restrito. O participante pode interromper ou desistir desta entrevista semiestruturada a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou necessidade de justificativa.

A pesquisa pode ajudar da seguinte maneira: identificar os desafios enfrentados por estudantes negros na UFJF, permitindo a proposição de medidas para melhorar suas condições de permanência; criar um espaço onde os estudantes possam compartilhar suas vivências, promovendo o empoderamento e a visibilidade de suas demandas; contribuir para o fortalecimento do senso de pertencimento desses estudantes no ambiente acadêmico; oferecer um diagnóstico sobre a eficácia das políticas de permanência já existentes; identificar lacunas nas ações institucionais, promovendo o desenvolvimento de iniciativas mais eficazes e inclusivas; reduzir as taxas de evasão entre estudantes negros, contribuindo para melhores indicadores

institucionais; contribuir para o aprimoramento das políticas afirmativas e das práticas de gestão educacional.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

## APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ENTREVISTA COM ALUNOS

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “Permanência no Ensino Superior: desafios dos estudantes negros na graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é compreender os desafios à permanência dos estudantes negros da UFJF, dialogando com as políticas públicas de acesso no ensino superior. Tendo em conta que a evasão dos alunos negros contribui para a perpetuação de desigualdades sociais e econômicas, o estudo mostra-se socialmente relevante. Nesta pesquisa pretendemos entender como a UFJF pode desenvolver mecanismos institucionais relacionados a permanência de pessoas negras nos cursos de graduação.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você uma entrevista semiestruturada a partir da disponibilidade de contato assinalada por você no questionário on-line. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: informações sensíveis e desconforto ao responder. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, está garantida a confidencialidade das respostas e o anonimato dos participantes, utilizando pseudônimos ou codificação de dados. Nos comprometemos a armazenar os dados coletados em sistemas seguros com acesso restrito. O participante pode interromper ou desistir desta entrevista semiestruturada a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

A pesquisa pode ajudar da seguinte maneira: identificar os desafios enfrentados por estudantes negros na UFJF, permitindo a proposição de medidas para melhorar suas condições de permanência; criar um espaço onde os estudantes possam compartilhar suas vivências, promovendo o empoderamento e a visibilidade de suas demandas; contribuir para o fortalecimento do senso de pertencimento desses estudantes no ambiente acadêmico; oferecer um diagnóstico sobre a eficácia das políticas de permanência já existentes; identificar lacunas nas ações institucionais, promovendo o desenvolvimento de iniciativas mais eficazes e inclusivas; reduzir as taxas de evasão entre estudantes negros, contribuindo para melhores indicadores institucionais; contribuir para o aprimoramento das políticas afirmativas e das práticas de gestão educacional.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por

causadas atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

## APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO COM OS ALUNOS

1. Você aceita ser contatada(o) para uma entrevista acerca do tema desta pesquisa? Se sim, envie seu número (DDD) 9xxxxxxxx.

2. De acordo com sua cor ou raça, você se autodeclara como (marque apenas uma opção):

- ( ) Amarela (o)  
( ) Branca (o)  
( ) Indígena  
( ) Parda (o)  
( ) Preta (o)  
( ) Outro: \_\_\_\_\_

3. Qual seu curso de graduação na UFJF? \_\_\_\_\_

4. Quando você ingressou na UFJF? (Ano e período) \_\_\_\_\_

Por exemplo: 2018.3 (segundo semestre de 2018) ou 2019.1 (primeiro semestre de 2019)

5. Quais são os principais desafios que você enfrenta para permanecer na universidade? *Marque todas que se aplicam.*

- ( ) Dificuldades financeiras  
( ) Desafios acadêmicos (notas, carga de estudos, carga horária etc.)  
( ) Falta de apoio psicológico ou emocional  
( ) Discriminação  
( ) Outro:

6. A universidade oferece apoio financeiro para superar os desafios que você enfrenta para permanecer estudando

- ( ) Marcar apenas uma.  
( ) Discordo totalmente  
( ) Discordo  
( ) Concordo

Concordo totalmente

7. A universidade oferece apoio pedagógico para superar os desafios que você enfrenta para permanecer estudando. *Marcar apenas uma.*

Discordo totalmente

Discordo

Concordo

Concordo totalmente

8. A universidade oferece apoio psicológico para superar os desafios que você enfrenta para permanecer estudando

Marcar apenas uma.

Discordo totalmente

Discordo

Concordo

Concordo totalmente

9. Quais os tipos de apoio estudantil você utiliza atualmente? *(Marque todas as que se aplicam)*

Bolsa ou auxílio financeiro

Acompanhamento psicológico

Monitorias ou apoio acadêmico (sendo tutorado)

Participação em grupos ou coletivos estudantis

Não utilizo nenhum apoio

Outro: \_\_\_\_\_

10. Como você avalia a comunicação / divulgação da UFJF acerca das ações de assistência estudantil? *Marcar apenas uma opção*

Muito insatisfatório

Insatisfatório

Satisfatório

Muito satisfatório

11. Com que gênero você se identifica?

- Mulher
- Homem
- Não-binário
- Prefiro não responder

12. Como você avalia as ações da UFJF voltadas para a permanência de alunos pretos e pardos?

- Muito insatisfatório
- Insatisfatório
- Satisfatório
- Muito satisfatório
- Não sei

13. Você tem conhecimento sobre as iniciativas da universidade voltadas para a permanência de estudantes negros?

- Sim
- Não
- Tenho conhecimento parcial

14. Que tipo de ação você considera mais importante para a permanência dos alunos pretos e pardos? (pergunta aberta)

15. O que você sugere como melhorias para as políticas de permanência? (pergunta aberta)

**APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ALUNOS**

1. Em que período do curso você está atualmente? Você ingressou na UFJF por meio de cotas raciais?
2. Quais eram suas expectativas ao ingressar na universidade? Na sua opinião, essas expectativas têm se confirmado?
3. Você já interrompeu ou trancou sua matrícula em algum momento? Se sim, por quê?
4. Você já pensou em desistir da graduação? O que motivou esse pensamento?
5. Você teve alguma reprovação?
6. Em algum momento você sentiu que sua identidade racial influenciou sua experiência na universidade?
7. Você já presenciou ou sofreu alguma situação de discriminação racial no ambiente acadêmico? Como lidou com isso?
8. Se você já viveu alguma situação racista na universidade, como você considera que a situação vivida afetou o seu desempenho universitário?
9. Se você já viveu ou presenciou alguma situação racista na universidade, como você considera que a situação afetou a sua vida na universidade?
10. Quais espaços (formais ou informais) funcionaram como suporte para você continuar o curso?
11. Como você percebe o acolhimento da universidade com estudantes negros(as)? Essas ações contribuíram de alguma forma para sua permanência? Como?
12. O que a UFJF poderia fazer para melhorar as condições de permanência?
13. Você já teve em seu curso alguma discussão ou conteúdo em disciplinas com a temática racial? Se sim, qual foi a disciplina? Como foi esse debate?
14. Quais mecanismos de combate ao racismo você identifica na universidade?
15. O que você sugere para a universidade no combate ao racismo e para valorizar a diversidade?
16. O que tem sido mais importante para você se manter na universidade até agora?

17. Quais são seus planos após a conclusão do curso?
18. Você sente que pertence à universidade, se sente merecedor de estar no curso que está?
19. Você entende que, além da questão da raça, a questão de você se identificar mulher é um desafio à sua permanência?
20. Você gostaria de compartilhar algo que entenda ser importante para a pesquisa?

**APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS GESTORES**

1. Como você se identifica etnicamente?
2. Qual a sua formação? Há quanto tempo atua na UFJF e há quanto tempo está na gestão?
3. Você tem em mente quais ações ou programas a instituição desenvolve para apoiar a permanência de estudantes negros nos cursos de graduação? Caso tenha sido na sua gestão, como essas ações foram elaboradas e implementadas?
4. Na sua opinião, quais desafios a universidade enfrenta para garantir a permanência de estudantes negros? Você propõe ou vislumbra alguma estratégia para superar esses desafios?
5. Como você entende vê a integração entre diferentes setores da universidade para a criação ou execução de ações de permanência? E para você, quais são as áreas mais envolvidas?
6. A universidade realiza algum tipo de monitoramento ou avaliação das ações voltadas para a permanência de estudantes negros? Se sim, como os resultados dessas ações são analisados e utilizados para melhorias?
7. Quais ações ou políticas você acredita que poderiam ser implementadas para ampliar ou melhorar a permanência de estudantes negros? Há algo em planejamento para os próximos anos?